



APOIO ENTRE PARES E MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Uma leitura psicanalítica das reorganizações identitárias com migrantes marcados pela experiência de deslocamento forçado por conflitos armados.

Mariana Bassoi Duarte

Tese orientada por Professora Doutora Maria Emília Marques

Ispa – Instituto Universitário

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de

Doutoramento em Psicologia

Área de especialidade..... Psicologia Clínica

2025

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Psicologia na área de especialização de Psicologia Clínica realizada sob a orientação de Professora Doutora Maria Emília Marques, apresentada no ISPA - Instituto Universitário no ano de 2025.

Palavras-chave:

Apoio entre Pares; Mediação Intercultural; Deslocamento Forçado e Refúgio; Psicanálise; Conflitos Armados.

Key words:

Peer Support; Intercultural Mediation; Forced Displacement and Refuge, Psychoanalysis, Armed Conflicts.

Categorias de Classificação da tese

PsycINFO Classification Categories and Codes:

3300 Health and Mental Health Treatment & Prevention

3143 Psychoanalytic Theory

3000 Social Psychology

3020 Group & Interpersonal Processes

Agradecimentos

À minha orientadora, Professora Doutora Maria Emília Marques, pela confiança depositada no tema desta investigação e pelas preciosas horas de supervisão, fundamentais para a concretização deste trabalho. *Em memória.*

Aos Professores Doutores que compuseram o júri de defesa, cujas valiosas avaliações contribuíram significativamente ao meu aprendizado.

Ao meu parceiro de vida, pelo suporte ao longo destes quatro anos de investigação. Por todos os momentos em que a angústia e ansiedade se apresentavam e que com suas palavras doces e a presença além mar, me apaziguavam. Por me ensinar a fazer lar onde quer que estejamos.

Aos meus pais e irmãos, pela constante presença, mesmo na ausência. Em especial aos meus pais, pelas marcas que me constituíram e que me permitem lançar voos pelo mundo sabendo que há sempre um lugar de pouso.

Aos colegas psicanalistas, Doutor Allan Martins Mohr e Doutora Suzana Duarte Santos Mallard, pela generosidade em integrar os grupos de intervenção e pelas contribuições enriquecedoras nas análises e discussões que moldaram esta pesquisa.

À Da'ed Almnezil, pela construção de pontes de tradução e mediação de linguagem, que transcendem oceanos e revelam múltiplas formas de presença, sustentadas por uma amizade ao longo dos anos.

Ao Khalid, por me apresentar a intervenção do Apoio entre Pares no contexto migratório, com profundo desejo e domínio técnico, abrindo novos horizontes para esta investigação.

Aos colegas de trabalho, Davide Musardo, Gregory Keane e Miguel Palma, pelas trocas e reflexões sobre a prática no mundo humanitário, cujas experiências atravessam e enriquecem esta pesquisa.

Aos colegas de formação da Biblioteca Freudiana de Curitiba (BFC), a companhia de vocês, atravessando mares simbólicos ao longo deste percurso formativo, e as trocas teóricas e afetivas foram inestimáveis para a escrita desta tese.

Em especial, aos participantes que, voluntariamente, compartilharam suas histórias, permitindo que suas vozes fossem ouvidas e integradas nesta investigação.

To exist is to resist
A todos aquellos que (re)existen
Sumud

Resumo

A presente proposta de investigação para o Programa de Doutoramento em Psicologia Clínica tem como objetivo principal explorar e discutir a prática de intervenção *Peer Support/Apoio* entre Pares e os processos intersubjetivos com migrantes marcados pela experiência de deslocamento forçado consequentes de conflitos armados, e seus efeitos nas identidades. Para tal pretende-se analisar, a partir dos conceitos da psicanálise e da etnopsicanálise, o dispositivo *Peer Support ou Apoio entre Pares* e perceber como é que os elementos compartilhados entre os pares se integram na próprias identidades dos sujeitos que vivenciam transformações sociais, psíquicas e físicas. Este dispositivo pretende privilegiar o cuidado centrado no paciente em contextos de guerra e/ou conflito. Com esse propósito, propõe-se como metodologia um estudo longitudinal qualitativo que utiliza o instrumento FANI – *Free Association Narrative Interview* para a recolha e análise de dados. Este instrumento permite aceder a processos de intersubjetividade priorizando a observação e análise do conteúdo trazido pelo próprio participante, ao invés de um tema pré estabelecido pelo investigador. A recolha de dados foi feita a partir de entrevistas com os participantes e coordenadores dos grupos *Peer Support*. Os participantes na investigação são migrantes marcados por experiências de deslocamento forçado no decorrer de conflitos armados, guerras ou ocupação militar, alguns apresentam trauma físico e/ou queimadura no corpo decorrentes dos ambientes de conflito e ocupação. A análise dos dados pretende convocar reflexões da prática clínica vinculada a contextos transculturais em articulação com a psicanálise, política e cultura. A partir da análise das entrevistas emergiram cinco grandes temas para a discussão dos resultados: *Identities Roubadas; Cronologia e Trauma: sintoma ou criação?; Tornando-se um Peer: deparar-se com sua própria história, criar pontes e se reabilitar; O Apoio entre Pares e o re-enlace social: os (des)encontros e suas (im)possibilidades; O Apoio entre Pares: potencialidades e desafios*. Como resultado da investigação, o Apoio entre Pares pode ser compreendido como um recurso terapêutico, funcionando como um instrumento de acolhimento para o sofrimento psíquico, moldado pelas influências culturais e sociais. O *Peer Support* surge como uma intervenção possível, facilitada pela via da identificação. Os aspectos identificatórios são a base desse encontro e, ao longo do processo, podem gerar efeitos em ambas as partes envolvidas, remodelando subjetividades nesse processo de transformação. As pontes estabelecidas pela linguagem e escrita, dirigidas ao outro como testemunho de histórias pessoais e coletivas, possuem um valor rehumanizador, atuando como suturas que amenizam as fraturas cronológicas. Novos aspectos identificatórios são incorporados a partir do encontro com o outro, enriquecendo a experiência e o vínculo estabelecido.

Abstract

This doctoral research proposal for the Clinical Psychology program aims to explore and discuss the Peer Support intervention practice and the intersubjective processes experienced by migrants impacted by forced displacement due to armed conflicts, focusing on its effects on identity. The study seeks to analyze the Peer Support framework through the lens of psychoanalysis and ethnopsychanalysis, examining how shared elements between peers are integrated into the identities of individuals undergoing social, psychological, and physical transformations. This approach emphasizes patient-centered care in contexts of war and/or conflict. The methodology involves a qualitative longitudinal study utilizing the *FANI – Free Association Narrative Interview* – tool for data collection and analysis. This instrument facilitates access to intersubjective processes by prioritizing the observation and analysis of content presented by the participant, rather than imposing predefined themes. Data collection was conducted through interviews with participants and coordinators of Peer Support groups. The participants in this study are migrants who have experienced forced displacement due to armed conflicts, wars, or military occupation, with some presenting physical trauma and/or burns as a result of these environments. The data analysis aims to encourage reflections on clinical practice in transcultural contexts, integrating psychoanalysis, politics, and culture. From the analysis of the interviews, five main themes emerged for the discussion of results: *Stolen Identities; Chronology and Trauma: symptom or creation?; Becoming a Peer: confronting one's own story, building bridges, and re-inhabiting oneself; Peer Support and Social Reconnection: encounters and (im)possibilities; Peer Support: potentials and challenges*. The research findings suggest that Peer Support can be understood as a therapeutic resource, functioning as a tool to address psychological suffering, shaped by cultural and social influences. Peer Support emerges as a viable intervention facilitated through identification processes. Identificatory aspects form the foundation of these interactions and, throughout the process, can have transformative effects on both parties involved, reshaping subjectivities. The bridges established through language and writing, directed toward others as testimonies of personal and collective histories, hold rehumanizing value, serving as sutures that alleviate chronological fractures. New identificatory aspects are incorporated through encounters with others, enriching the experience and strengthening the bonds formed.

Résumé

Cette proposition de recherche doctorale pour le programme de psychologie clinique vise à explorer et à discuter la pratique d'intervention du soutien par les pairs (*Peer Support*) et les processus intersubjectifs vécus par des migrants affectés par des déplacements forcés dus à des conflits armés, en mettant l'accent sur ses effets sur l'identité. L'étude cherche à analyser le cadre du soutien par les pairs à travers le prisme de la psychanalyse et de l'ethnopsychanalyse, en examinant comment les éléments partagés entre pairs s'intègrent dans les identités des individus confrontés à des transformations sociales, psychologiques et physiques. Cette approche met l'accent sur un soin centré sur le patient dans des contextes de guerre et/ou de conflit. La méthodologie repose sur une étude longitudinale qualitative utilisant l'outil *FANI – Free Association Narrative Interview* – pour la collecte et l'analyse des données. Cet instrument facilite l'accès aux processus intersubjectifs en priorisant l'observation et l'analyse du contenu présenté par le participant, au lieu d'imposer des thèmes prédéfinis. La collecte des données a été réalisée à travers des entretiens avec des participants et des coordinateurs des groupes de soutien par les pairs. Les participants à cette étude sont des migrants ayant vécu des déplacements forcés à la suite de conflits armés, de guerres ou d'occupations militaires, dont certains présentent des traumatismes physiques et/ou des brûlures liés à ces environnements. L'analyse des données vise à encourager des réflexions sur la pratique clinique dans des contextes transculturels, en intégrant la psychanalyse, la politique et la culture. Cinq thèmes principaux ont émergé de l'analyse des entretiens pour alimenter la discussion des résultats: *Identités volées* ; *Chronologie et traumatisme : symptôme ou création ?* ; *Devenir un pair : affronter sa propre histoire, construire des ponts et se réhabiter* ; *Soutien par les pairs et reconnexion sociale : rencontres et (im)possibilités* ; *Soutien par les pairs : potentiels et défis*. Les résultats de la recherche suggèrent que le soutien par les pairs peut être compris comme une ressource thérapeutique, fonctionnant comme un outil pour traiter la souffrance psychique, influencée par des facteurs culturels et sociaux. Le soutien par les pairs émerge comme une intervention possible, facilitée par les processus d'identification. Les aspects identificatoires constituent la base de ces interactions et, tout au long du processus, peuvent avoir des effets transformateurs sur les deux parties impliquées, remodelant les subjectivités. Les ponts établis par le langage et l'écriture, dirigés vers les autres comme témoignages d'histoires personnelles et collectives, possèdent une valeur réhumanisante, agissant comme des sutures qui atténuent les fractures chronologiques. De nouveaux aspects identificatoires sont incorporés à travers les rencontres avec autrui, enrichissant l'expérience et renforçant les liens établis.

Índice

Introdução.....	11
PARTE I - Revisitar os escritos	
Capítulo1 - Estado da Arte.....	20
Peer Support ou Apoio entre Pares.....	20
O Contexto Humanitário e Crise Migratória.....	26
PARTE II - Os Passos da travessia	
Capítulo 2 - Metodologia da Investigação.....	32
2.1 Participantes da Pesquisa.....	34
2.1.1 Caracterização dos Participantes.....	34
2.2 Método FANI – Free Association Narrative Interview.....	35
2.2.1 Procedimentos de Recolha de Dados.....	36
2.3 Procedimentos de Análise.....	37
PARTE III - Os (des)encontros	
Capítulo 3 - Apresentação e Análise das Entrevistas.....	44
3.1 Apresentação e Análise das Narrativas - Primeira recolha de dados.....	44
Apresentação da Narrativa - Amira.....	44
Análise da Entrevista de Amira - A língua materna e o resgate da própria história.....	56
Apresentação da Narrativa – Eida.....	64
Análise da Entrevista de Eida – O encontro com o outro e a relação (im)possível.....	70
Apresentação da Narrativa – Ana.....	73
Análise da Entrevista de Ana – Língua materna e o encontro intercultural.....	82
Apresentação da Narrativa – Ravi.....	88
Análise da Entrevista de Ravi – Identificação e o Lugar da Diferença.....	96
Apresentação da Narrativa – Hani.....	102
Análise da Entrevista de Hani – Biopoder, o outro e a imagem.....	108
Apresentação da Narrativa – Habiba.....	114

Análise da Entrevista de Habiba – O que ainda queima e um Lugar outro.....	121
Apresentação da Narrativa – Alla.....	129
Análise da Entrevista de Alla – Corpo político e autonomia.....	134
 3.2 Apresentação e Análise das Narrativas: Segunda Recolha de Dados.....	 139
Apresentação da Narrativa II – Habiba.....	139
Análise da Entrevista II de Habiba - As mulheres, o feminino e suas possibilidades.....	146
 PARTE IV - Os efeitos	
Capítulo 4 – Discussão.....	158
Identidades Roubadas.....	159
Cronologia e Trauma: sintoma ou criação?.....	167
Tornando-se um Peer: se deparar com sua própria história, criar pontes e se reabitar.....	171
O Apoio entre Pares e o re-enlace social: os (des)encontros e suas (im)possibilidades.....	178
O Apoio entre Pares: potencialidades e desafios.....	184
 PARTE V - Tempo de Concluir	
Conclusão.....	192
Referências.....	197
Anexos.....	204
ANEXO 1 – Comitê de Ética Aprovação.....	205
ANEXO 2 – Modelo Consentimento Informado.....	206

Introdução

A atual crise migratória é considerada uma das maiores crises humanitárias da nossa era. No relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - ACNUR (UNHCR, no original), de 2024, estima-se que existam no mundo mais de 117 milhões de pessoas em situação de deslocamento forçado como resultado de perseguição, conflito, violência, violações de direitos humanos ou eventos que perturbem gravemente a ordem pública. De entre estas, 68.3 milhões são deslocadas internamente, o que significa, na maioria das vezes, que permanecem na mesma zona de conflito ou de restrição de direitos e recursos. Estima-se também, que dentre as pessoas em deslocamento forçado, 40% sejam crianças e adolescentes (menores de 18 anos); sendo que o número de crianças desacompanhadas tem crescido exponencialmente. Aproximadamente 2 milhões de crianças nasceram como refugiadas. Setenta e cinco por cento dos menores que testemunharam ou experienciaram violência, abuso, negligência, exploração, tráfico, recrutamento militar e a presença da morte encontram-se deslocados em países em desenvolvimento do sul global também afetados por dificuldades sócio-económicas. De entre os deslocados, 4.4 milhões são apátridas, o que significa não possuir uma nacionalidade e portanto com maiores restrições no acesso a direitos básicos (UNHCR, 2024). Os dados apresentados constam de documentos oficiais, mas estimativas mais realistas apontam para números muito maiores.

Nesta investigação utilizaremos a definição de "migrantes em deslocamento forçado" para designar migrantes que se encontrem em situação de refúgio, apatridia, exílio. Serão igualmente considerados nesta definição indivíduos que obtiveram um estatuto legal diferente (como um visto de estudante), mas cuja premissa inicial para a migração foi a fuga ou saída forçada de uma realidade de guerra e conflito armado. Isto significa também notar que os números do ACNUR que não consideram estes outros tipos de condições legais para os deslocamento forçados aumentariam consideravelmente os números publicados. A escolha justifica-se no facto de o foco da investigação ser a experiência de ser forçado a migrar devido a conflito, e não necessariamente o estatuto jurídico dessa mesma condição embora também seja importante pensar nas "nomeações" e no reconhecimento legal que o estatuto de refugiado pode oferecer. Para alguns, representa a possibilidade de acesso a determinadas

necessidades básicas, mas também, em muitos casos, condiciona uma estigmatização por via desta denominação legal. A presente investigação não se propõe a analisar essas diferenças se elas não emergirem como algo de experiência individual durante as narrativas; no entanto, seria importante pensar em futuras investigações que analisem as especificidades, incluindo também o gênero.

O deslocamento geográfico em si já pressupõe um movimento de perdas e intensa desorganização interna para acomodar a experiência que prevalece sobre a mobilidade. Quem migra depara-se com perdas materiais, simbólicas e imaginárias; a perda do lar, dos bens materiais, dos entes queridos, e também do lugar de pertença e filiação. Os sujeitos feridos na guerra ainda lidam com as marcas físicas da violência nas suas vidas. A expropriação de direitos e a destituição do indivíduo da categoria de 'humano' podem causar efeitos psíquicos traumáticos para alguns sujeitos, manifestados através de sinais de sofrimento no corpo e/ou sintomas. As experiências de sofrimento dos migrantes também se articulam com as experiências sociais e políticas. A experiência traumática vivida também nas mutilações e torturas dos corpos tem seus efeitos sobre a subjetividade e sobre as diferentes formas de aparecimento do sofrimento psíquico.

Para além da investigação, tenho me dedicado à prática clínica e supervisão de casos com essa população, em contexto humanitário. O manejo clínico dos casos de migrantes em deslocamento forçado devido a conflitos, muitas vezes em condições de vulnerabilidade e sofrimento extremo, constitui um desafio significativo. Sintomas como despersonalização, agitação e outras manifestações de sofrimento são frequentemente apresentados, o que requer abordagens ancoradas numa sólida combinação de experiência técnica e fundamentos teóricos. No entanto, muitas vezes nos deparamos com profissionais que não possuem a experiência necessária, devido às limitações dos recursos locais, e que precisam lidar com a urgência dessas exigências.

Existe uma ampla discussão internacional sobre a perturbação do stress pós-traumático (PSPT) e sobre as diversas técnicas de saúde mental associadas ao tratamento do trauma. No Ocidente, os protocolos de saúde mental para "tratamento de trauma" têm ganhado cada vez mais popularidade. No entanto, corre-se o risco de patologizar o sofrimento humano,

reduzindo a complexidade das experiências vividas a diagnósticos simplificados. Tal abordagem proporciona uma sensação de conforto ao oferecer uma "resposta" às manifestações emergentes de sofrimento, mas muitas vezes negligencia importantes questões subjetivas, individuais, culturais e políticas.

Essa crítica não é nova e é fundamental destacar os trabalhos mais recentes de autores como Saiba Varma (2020) e Samah Jabr (2024) que aprofundam o debate sobre a ocidentalização do conceito de trauma. Nestes, argumenta-se que o trauma é muitas vezes o resultado de experiências históricas contínuas, como conflitos armados e ocupações, que expõem os indivíduos a constantes situações traumáticas. Estas perspectivas contrariam a tendência de atender ao trauma com abordagens homogêneas e descontextualizadas, enfatizando a necessidade de uma compreensão mais abrangente das experiências humanas.

Os campos da etnopsiquiatria (Georges Devereux, 1967; Moro, 1992; Nathan, 2000), da psicologia transcultural e da antropologia médica (Kleinman, 1978; 2020) estão entre as disciplinas que há muito criticam o uso da PSPT como categoria nosológica. Essas críticas veem a PSPT como o resultado do diálogo entre diferentes atores que criam modelos normativos para explicar e tratar o sofrimento relacionado com o trauma. Os autores argumentam em concordância que isso pode levar à patologização das reações à experiência traumática, em parte por desconsiderar características sociais, culturais e suas consequências. Por outro lado, o transtorno psicopatológico do sobrevivente ao trauma não pode ser reduzido ao plano intrapsíquico. Afetando várias esferas de um indivíduo, incluindo corpo, personalidade, aspirações de vida, identidade, integridade, sistemas de crenças, sentimento de pertença à família e à sociedade, autonomia, relações comunitárias e sensação de segurança (Barudy, 1989).

Também em acordo com Theisen-Womersley (2021), uma crítica significativa ao diagnóstico de PSPT tem que ver com o seu perigoso potencial para medicalizar o sofrimento humano. Isto significa reduzir as implicações sociais e morais de eventos traumáticos, como guerras ou genocídios, a um conjunto de consequências estritamente individuais ou biológicas. Ao enfatizar a "realidade" da PSPT como uma categoria biopsicológica universal, pode-se, sem querer e paradoxalmente, minimizar a gravidade social e moral desses eventos.

Trata-se de uma outra forma de negar ou relegar à nossa consciência coletiva a realidade política e social que dá origem a estes acontecimentos traumáticos. Isto é particularmente importante em contextos de guerra, que muitas vezes aterrorizam e destroem comunidades inteiras, afetando os tecidos sociais e as identidades coletivas. Nesses casos, mesmo aqueles que sofrem atrocidades pessoais muitas vezes percebem seus ferimentos como questões sociais e políticas, como agravamento do sofrimento psicológico. Também alvo de críticas têm sido os pressupostos que sustentam grande parte do trabalho humanitário baseado em modelos ocidentais de trauma. Um aspeto muito evidente, mas muitas vezes negligenciado, é que nem todos os refugiados estão traumatizados. Estudos recentes sugerem que, embora a prevalência de sofrimento mental entre esta população seja significativamente elevada, a maioria dos refugiados não apresenta perturbações mentais e parece recuperar do sofrimento relacionado com as experiências migratórias após um certo período de tempo da chegada ao país de acolhimento. O trauma, portanto, não é uma construção desincorporada ligada a um evento isolado, mas é também, uma construção cultural e histórica (Droždek & Wilson, 2007).

Se este não é um debate novo, então qual seria a motivação para esta investigação? Embora a temática não seja inédita, o contexto humanitário e emergencial é muitas vezes confrontado com a repetição do foco no "trauma" psíquico, a par do desafio de implementar estratégias que promovam a descentralização do tratamento especializado em saúde mental e a democratização do acesso a esses cuidados para a população em geral. Mais importante ainda, é necessário repensar dispositivos que valorizem as expressões culturais locais, fortaleçam os laços comunitários e desenvolvam autonomia para uma apropriação coletiva da reorganização e da resistência. Muitas vezes, técnicas desenvolvidas em países do Norte Global, onde há mais financiamento e apoio à investigação, ainda são reproduzidas em larga escala. No entanto, há um vasto campo de discussões sobre intervenção e investigação voltadas para populações deslocadas em países vizinhos do sul global, regiões que também enfrentam circunstâncias semelhantes àsquelas das quais os deslocados tentam fugir e pedir asilo.

A fim de desenvolver competências e capacidades técnicas para uma gestão clínica culturalmente orientada e de maior qualidade, é também necessário pensar em possibilidades

de formação dos profissionais e atores de saúde mental para identificar e apropriar-se do processo de adaptação das intervenções. Fanon (2008), um dos precursores dessa discussão, corrobora a análise das perturbações mentais, destacando a cultura na discussão de uma sociogênese do sofrimento mental e na crítica à inadequação da intervenção eurocêntrica/"ocidental" para lidar com a opressão colonial e o racismo. Alerta para a patologização do sofrimento psíquico, que acaba por inviabilizar a existência da alteridade, impondo um endurecimento das posições de superioridade e inferioridade entre médico e paciente, repetindo um discurso inconsciente de poder hegemônico como uma desumanização sistematizada.

Assim, a temática do sofrimento psíquico desses sujeitos e as possibilidades de intervenção que priorizam a subjetividade ganham atenção central na discussão. Isso leva-nos a questionar os possíveis rumos de tratamento e estratégias em saúde mental em contexto humanitário, marcado por conflitos políticos e extrema vulnerabilidade e instabilidade social.

O interesse em analisar e desenvolver estratégias que vão além do tratamento do trauma, focando especialmente nas reconstruções, reorganizações e ressignificações individuais e coletivas em contextos de migração decorrentes de guerras e ocupações, orientou a investigação de possíveis estratégias subjetivas para superar os impasses do sujeito no sofrimento e na interação com o outro. Em contextos onde reina a violência e a realidade se revela tirânica e arbitrária, com riscos reais para a vida do indivíduo, simbolizar e elaborar os efeitos da experiência torna-se então um desafio para a gestão clínica. O desafio da linguagem, onde o terapeuta e o paciente nem sempre falam a mesma língua materna, pode ser uma saída para esse impasse, mas pode também a outros níveis, ser mais um impedimento na ordem discursiva.

Nestes anos em que trabalhei com populações em situação de deslocamento forçado, muitas das consultas eram apoiadas por mediadores interculturais, a maioria dos quais tendo passado pelas mesmas experiências daqueles que estavam a ser assistidos. Em diferentes países, diferentes organizações para as quais trabalhei ou ofereci consultoria, "promoviam" e expandiam a inclusão de mediadores interculturais nos serviços de apoio psicossocial. Não constituiria então, esta abordagem, uma forma de *Apoio entre Pares*? A falta de uma

nomenclatura ou de um entendimento comum desta abordagem torna-nos difícil saber quantos e como são aplicados neste contexto. Um desafio que será abordado mais adiante; neste ponto, é importante notar que o princípio do Apoio entre Pares tem sido amplamente utilizado, mesmo que não seja chamado de *Peer Support/ Apoio entre Pares*. Isso revela um interesse pela intervenção, mas limita a possibilidade de estudos científicos que possam trazer à discussão os benefícios e desafios dessa prática.

Há alguns anos, a organização internacional de emergência humanitária em que trabalho implementou o dispositivo de Apoio entre Pares num dos projetos de cuidados médicos para pessoas deslocadas à força no Médio Oriente com ferimentos em resultado de conflitos armados. Por mais que a organização se esforce por minimizar as dificuldades enfrentadas pelos pacientes no tratamento médico, as relações discursivas e os laços sociais necessitam de todo um processo de reconexão para além do atendimento médico e psicológico. A intervenção da Saúde Mental e do Apoio Psicossocial é essencial neste processo e tem recebido cada vez mais atenção e investimento a nível internacional no trabalho com migrantes em deslocamento forçado, não só como um serviço especializado, com psicólogos e psiquiatras, mas também no desenvolvimento de estratégias que possibilitem o apoio a pacientes para além do ambiente clínico tradicional. A Saúde Mental desempenha um papel importante no apoio aos pacientes e cuidadores ao longo de todo o processo de acolhimento, reorganização no novo país, recuperação das lesões físicas e marcas psíquicas.

O Apoio entre Pares surge como uma alternativa para prestar apoio psicossocial aos migrantes durante os processos de acolhimento, aculturação, tratamento e recuperação, incluindo um apoio que se tem revelado eficiente na gestão multidisciplinar da dor, especialmente para aqueles que sofreram consequências físicas. Estas e outras experiências ao longo da minha trajetória no trabalho em saúde mental com migrantes em deslocamento forçado e sobreviventes de conflitos armados levantaram a questão que motivou a presente investigação. Além disso, visa apresentar cientificamente dados sobre este dispositivo, destacando os desafios e necessidades, bem como as possibilidades e potenciais de contribuição.

No plano pessoal, interessava-me investigar as possibilidades democratizantes e decoloniais de intervenções em saúde mental analisadas pela via da psicanálise e, também, a motivação para tornar públicas as narrativas daqueles que considero realizarem um trabalho transformador no nível pessoal e coletivo. Que as suas vozes não apenas sejam ouvidas, mas que tenham efeito sobre outras subjetividades.

Assim, a questão que se pretende aprofundar na presente investigação, decorrente desse impasse clínico e teórico, pode então ser descrita da seguinte forma: *considerando a existência de trabalho de pares no apoio a pessoas em deslocamento forçado devido a conflitos e guerras, como pode a psicanálise pensar o funcionamento do mecanismo Peer Support/ Apoio entre Pares?* E, em complemento: *o que se pode dizer sobre as suas potencialidades e desafios para o cuidado do sofrimento vivido por esses indivíduos? A modalidade de intervenção Peer Support pode então ser considerada um espaço que privilegia a intersubjetividade?*

Com base nessas questões, o objetivo principal desta investigação foi explorar e discutir a prática da intervenção de Apoio entre Pares e os processos intersubjetivos com migrantes marcados pela experiência de deslocamento forçado resultante de conflitos armados e seus efeitos sobre as identidades.

Pretendeu-se, a partir do objetivo geral, explorar subcategorias específicas: discutir a intervenção de Apoio entre Pares e as possibilidades desta modalidade com pacientes que vivenciam traumas físicos e/ou psíquicos; analisar se a intervenção de Apoio entre Pares, num contexto humanitário, privilegia espaços e oportunidades de reidentificação; e, finalmente, fundamentar esta forma de escuta em alternativa aos quadros de intervenção tradicionais num contexto humanitário com sobreviventes de conflitos armados e em deslocamentos forçados através da psicanálise.

Mas se há uma multiplicidade de nomeações e utilizações do Apoio entre Pares, o que definimos de Apoio entre Pares nesta investigação?

Parte I

Revisitar os escritos

Capítulo1 - Estado da Arte

*“Nossas histórias se agarram a nós.
Somos moldados pelo lugar de onde viemos.”*

Chimamanda Ngozi.

Peer Support ou Apoio entre Pares

Iniciado na década de 1990 como parte do movimento de acesso a serviços de saúde mental por indivíduos com experiência de vida de doença crônica, considera-se, de acordo com Davidson e Guy (2012), que o *Peer Support* representa um avanço recente na saúde mental comunitária. Ainda segundo os autores, esse tipo de apoio tem raízes na França e teria sido amparado pelos estudos de Pinel no final do século XVIII, quando lutaram por intervenções mais humanizadas e pela redução dos maus-tratos no sistema psiquiátrico manicomial. O Apoio entre Pares ressurgiu em diferentes momentos ao longo da história da saúde mental e, nos últimos 20 anos, expandiu-se por diferentes países e temas, tornando-se um foco considerável de investigação.

A literatura (Block et. All, 2018; Cooper et. All, 2024) tem mostrado resultados significativos com este apoio, fazendo inclusivamente parte do conjunto de recomendações e diretrizes dos pacotes técnicos da OMS - Organização Mundial da Saúde sobre serviços comunitários de saúde mental. As diretrizes auxiliam na criação de serviços de Apoio entre Pares que protegem e promovem os direitos humanos, tomando medidas ativas para respeitar a capacidade jurídica e evitar práticas coercivas (WHO, 2021).

Segundo a OMS (2021), os serviços de saúde mental de Apoio Interpares ou Entre Pares promovem uma abordagem centrada na pessoa e baseadas nos direitos humanos que, promovem a esperança, a partilha de experiências e a capacitação, e tomam medidas ativas para respeitar a capacidade jurídica e evitar práticas coercivas. Os serviços de Apoio entre Pares consistem em sessões de apoio individuais ou em grupo, prestadas por pessoas com

experiência vivida a outras pessoas que desejem beneficiar da sua experiência e apoio relativamente a questões que consideram importantes para as suas próprias vidas e recuperação, de uma forma isenta de julgamentos e suposições, visando a autonomia e independência.

O Apoio entre Pares não tem uma definição específica, uma vez que pode ser considerado a partir de diferentes epistemologias. Outro aspeto importante a destacar é a transformação nas últimas décadas na forma como os serviços de saúde mental são oferecidos. O *Peer Support*, segundo Davidson e colaboradores (2006), é um instrumento que difere de grupos de apoio mútuo ou de self help. Em ambos, apoio mútuo e autocuidado, a relação entre pares ocorre de forma recíproca, mesmo que alguns sejam mais capazes do que outros para o apoio, ainda se espera que todos os participantes beneficiem. Os autores conceptualizam o Apoio entre Pares, em contraste com os instrumentos anteriores, explicando que neste mecanismo pelo menos um dos parceiros deve ter a experiência de melhora significativa diante de questões específicas, oferecendo um serviço de apoio a outros com experiência equivalente, mas que ainda não estão tão avançados no seu processo de recuperação. Diferente do apoio mútuo, o Apoio entre Pares é então definido como assimétrico, com pelo menos um dos participantes a oferecer um serviço e um outro (ou mais) a receber. Assim, entendemos ter uma capacidade terapêutica, pelo que se exige também um nível de profissionalismo.

Em relação à questão profissional, concordamos com os autores Cooper et al (2024) cuja investigação indica que, para o sucesso da implementação do programa, é necessária formação e supervisão adequadas dos pares, bem como trabalhar adaptações culturalmente sensíveis no ambiente de trabalho. Os desafios colocados foram a confusão de definição e tarefas de Apoio entre Pares, e fronteiras pouco claras do limite das ações oferecidas.

O *Peer Support*/ Apoio entre Pares aparece na cena como uma possibilidade de intervenção facilitada pela via da identificação. Vale ressaltar que o *Peer Support Worker*, apesar de formado e supervisionado para oferecer apoio a outros pares, é alguém que passou por uma experiência similar. Portanto, questões transferenciais podem vir a eclodir neste encontro de pares.

Esta modalidade de apoio parece ser eficiente no acolhimento e apoio psicossocial, ou no início do tratamento psicoterapêutico; e tal mecanismo não é algo recente, é uma estratégia estudada e da qual se tem demonstrado valiosos e eficientes resultados para envolver os sujeitos nos cuidados de saúde (Davidson & Guy., 2012).

Um desafio encontrado durante o levantamento de referências sobre o assunto, é o facto de não existir uma nomenclatura única. O *Peer Support* enquanto apoio com pessoas com experiência de vida de perturbação mental crónica parece apresentar uma definição mais clara da função do Peer. No entanto, o dispositivo tem sido amplamente utilizado em outros setores, nomeadamente no apoio a tratamentos médicos longos como no caso de diabetes, com sobreviventes de violência sexual e, no que refere à investigação presente, na questão da migração e refúgio.

De acordo com o relatório da OMS de 2019, os mediadores interculturais desempenham um papel crucial no enfrentamento das barreiras linguísticas e culturais em diversos contextos de cuidados de saúde. O relatório analisa as principais funções desses mediadores na Região Europeia da OMS e avalia evidências de sua eficácia na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos cuidados oferecidos a refugiados e migrantes, além de identificar os fatores que possibilitam um impacto positivo. No entanto, o relatório também aponta que a falta de profissionalização, a formação inadequada e a aplicação inconsistente de programas de mediação intercultural limitam os benefícios proporcionados por esses mediadores. Para superar esses desafios, o documento sugere o desenvolvimento de programas de formação e sistemas de acreditação, além de incentivar pesquisas adicionais sobre a eficácia dos mediadores interculturais em cuidados de saúde. Também propõe a implementação de estratégias que garantam o acesso a esses mediadores onde e quando necessário, a fim de melhorar significativamente a qualidade dos cuidados prestados a refugiados e migrantes. (OMS, 2019)

No contexto migratório, o que a realidade tem mostrado é uma certa combinação de Apoio entre Pares em contexto de saúde e saúde mental, com a Mediação Intercultural do contexto migratório. Mediadores interculturais que acabam por oferecer um apoio como *Peer Support*. Muitos países ainda não possuem o *PSW – Peer Support Worker* como uma categoria profissional e sendo assim, em muitos locais os *Peers* são contratados como mediadores

interculturais. Pesquisas com essas sensíveis diferenças são ainda muito poucas. Outro desafio é a base de voluntariado em que muito se tem feito mas sem uma estrutura clara de intervenção e por isso acaba por dificultar pesquisas com esse foco. Outro ponto bem importante a ser salientado aqui é que a maioria das pesquisas encontradas foram realizadas em países desenvolvidos de acolhimento. Um exemplo é a interessante pesquisa sobre Peers e o manejo da dor de Stenberg et. All. (2022), mas de entre as 21 localidades, todas eram em países sócio-economicamente desenvolvidos. Pesquisas em países ainda em desenvolvimento são menos encontradas, por isso sendo, a pesquisa presente propôs-se a priorizar o *Peer Support* com pessoas em deslocamento forçado entre países do sul global. Apenas uma entrevista se deu num país de acolhimento na Europa, porém a participante é originalmente de um país do Sul Global.

Com relação a pesquisas e investigações, num levantamento da literatura realizado em bases de dados (Google Scholar, Capes, Scielo e periódicos em bibliotecas de universidades) durante a elaboração da proposta da presente investigação com as palavras chaves: Refugiados/ deslocados; Psicanálise e *Peer Support*, nenhuma publicação em português ou inglês foi encontrada; 63 artigos em francês e espanhol relacionando 2 das 3 palavras chaves foram encontrados. Numa pesquisa mais ampliada sobre *Peer Support* e refúgio ou refúgio e psicanálise encontram-se pesquisas interessantes. Porém, o foco principal das publicações é em categorias diagnósticas, patologias, experiência de sofrimento ou violência, na sua maioria relacionados à análise da redução dos sintomas (Graff et. All, 2019). Quando palavras-chaves como refugiados, psicanálise, feridos de guerra e *Peer suport* estão associadas, não se encontram registros de pesquisas publicadas até ao momento. Investigação sobre a própria experiência dos pares com relação à participação é também muito limitada, assim como investigações com seus relatos sobre a violência sofrida.

Indicação de necessidades de pesquisas que fundamentem práticas mais sensíveis culturalmente e que evidenciem pontos importantes para a capacitação de profissionais é também evidenciada nos relatórios da OMS nos últimos anos com relação à migração e acesso à saúde. Desde o final da década de 2000, o número e a proporção de refugiados e migrantes na Região Européia da OMS aumentaram substancialmente. Os migrantes internacionais, incluindo os refugiados, representam atualmente quase 10% (90,7 milhões) da população dos

53 Estados-Membros da Região. Uma das prioridades de longa data da OMS é a proteção dos direitos dos refugiados e dos migrantes, incluindo o seu direito à saúde. (WHO, 2017) A resolução WHA61.17 (2008) da Assembleia Mundial da Saúde convocou à promoção de políticas de saúde sensíveis aos migrantes e que promovessem o acesso equitativo dos migrantes à promoção, prevenção das doenças e aos cuidados de saúde. Em 2010, foi convocada uma consulta global - “*Health of Migrants; the Way Forward*” (Saúde dos Migrantes; o Caminho a Seguir) - para criar um quadro de ação que ajudasse a fazer avançar esta resolução. (WHO, 2010)

A Estratégia e Plano de Ação de 2016 para a Saúde dos Refugiados e Migrantes na Região Europeia da OMS (resolução EUR/RC66/R6) sublinhou a necessidade de abordar as barreiras de comunicação a fim de reforçar os sistemas de saúde e promover a saúde dos refugiados e migrantes. O Plano de Ação Mundial compromete os Estados-Membros a reduzir as barreiras de comunicação e a formar os prestadores de cuidados de saúde na prestação de serviços culturalmente sensíveis, incluindo a utilização de mediadores e intérpretes interculturais. (WHO, 2008; UN, 2019)

Dados que apontam a importante necessidade de pesquisas na área académica, na saúde e nas operações em contexto humanitário, sendo então, um dos argumentos para a presente investigação. Se o dispositivo de *Peer Support* e respetivos resultados forem analisados e discutidos, pode então ser também modelo para outros locais de intervenção. Como, por exemplo, os mediadores interculturais no acolhimento de refugiados em Portugal e outros países da Europa. Contudo, para se produzir material sobre o modelo de intervenção é necessário que se analise este processo e os efeitos desse nos *Peers*. A modalidade de intervenção *Peer Support* pode ser então considerada um espaço que privilegia a intersubjetividade? E nesse espaço de troca intersubjetivo como se integram novos conteúdos e novas funções na própria identidade? Quais são os desafios e contribuições da intervenção de Apoio entre Pares como parte e alternativa para o apoio psicossocial e tratamento centrado no indivíduo? Estas foram algumas das perguntas que forjaram o objetivo da proposta de investigação para o Programa de Doutoramento em Psicologia Clínica.

Esta intervenção, pretende então, oferecer um espaço para reidentificação e reconstrução de laços sociais. O método consiste em um indivíduo que teve a mesma experiência e foi identificado, supervisionado e treinado para ser um conselheiro/ apoiador. Os conselheiros de pares trabalham com sessões de grupo e individuais. A relação por via da identificação parece permitir que os pares que recebem apoio, compartilhem o seu sofrimento com maior rapidez (como se estabelece a transferência e o encontro intersubjetivo?).

A investigação utiliza então os termos *Peer Support*, *Apoio entre Pares*, *Apoio Interpares*. E *Peer Support Worker (PSW)* o agente. Para definir o dispositivo foram ainda encontrados terminologias como: *Peer Counselling*, *Aconselhamento de Pares*, e o *Mediador Intercultural* como função de Apoio entre Pares. Importante então definir aqui que o objetivo é analisar esse dispositivo, esse encontro entre dois indivíduos com experiências de deslocamento forçado e que oferecem um Apoio entre Pares. Mesmo que pudéssemos também nomear aqui Mediadores interculturais, o trabalho destes muitas vezes restringe-se a mediação de um serviço (consulta, tratamento,...) oferecido por um outro. Enquanto que no Apoio entre Pares o *PSW* é o responsável pela atividade e pelo encontro mediado. Ideal seria *Peer Support and Intercultural Mediation* - Apoio entre Pares e Mediação Intercultural. Para ao menos ter uma base de definição, esclarecemos aqui os objetivos do dispositivo *Peer Support*.

Segundo a WHO (2021), o principal objetivo do *Peer Support* é apoiar outros a:

- Ter uma melhora na sua atual condição e a jornada de recuperação, aculturação e reorganização.
- Compartilhar problemas, dificuldades e soluções com sua condição e situação atuais.
- Gerir as suas emoções e falar abertamente sobre seus sentimentos e sobre como aceitarão sua situação presente.
- Buscar independência e começar a fortalecer-se, construindo autonomia e resiliência.

Sendo assim, em acordo com a pergunta de investigação, intencionou-se analisar o dispositivo de *Peer Support*, nomeadamente as suas possíveis contribuições, desafios, possibilidades e limites da intervenção.

O Contexto Humanitário e Crise Migratória

Importante salientar que grande parte do deslocamento forçado se dá por motivos de conflitos armados e guerras, e que mais da metade de todas as pessoas que são forçadas a fugir nunca cruzam uma fronteira internacional. Além disso, milhões de pessoas refugiadas vivem em áreas vulneráveis às mudanças climáticas, como inundações e tempestades, e não dispõem dos recursos necessários para se adaptar aos ambientes cada vez mais hostis. Nesse contexto, e que aqui denominaremos de “humanitário”, sujeitos com experiência vivida de prejuízo na saúde mental e feridos de guerras são grandemente negligenciados no acesso a cuidados, sofrendo constantes violações dos seus direitos e ainda mais vulneráveis à violência. Além disso, os pacientes feridos na guerra lidam ainda com as marcas físicas do efeito da violência nas suas vidas.

A despossessão de direitos e a destituição do indivíduo da categoria de “humano”. Tornam-se corpos deslocados geograficamente, psiquicamente e com importantes questões na ordem de sua humanidade. Estamos, assim, diante de vicissitudes relacionadas com a clínica em face da dimensão sociopolítica, já que as experiências de sofrimento dos pacientes são também articuladas às vivências social e política.

Guerras e conflitos não são acontecimentos exclusivos da contemporaneidade. Os jogos de interesse e poder, os acordos políticos, moldam os conflitos de forma específica a todo o momento na história da humanidade. As formas como estes se desencadeiam têm as suas particularidades nos tempos de hoje que, por sua vez, têm impacto nos fluxos migratórios forçados. Desse modo, os deslocamentos geográficos provindos de guerras e conflitos armados convocam-nos a interrogar sobre os efeitos, na atualidade, dos atos de violência em relação a civis, cenário que se repete nos conflitos em andamento e que violam a Declaração Universal dos Direitos Humanos - instrumento concebido com o intuito de garantir proteção aos vulneráveis em contextos bélicos.

Após as duas Guerras Mundiais, organizaram-se tentativas para estabelecer um sistema de direitos humanos pela preservação da paz. Tornava-se então necessário garantir os direitos humanos para todos e, assim, em 1948 foi adotada a Declaração Universal dos

Direitos Humanos. A Declaração proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas estabeleceu um objetivo comum a ser alcançado por todos os povos e nações: garantir a proteção universal dos direitos humanos (ONU, 1948).

A vontade compartilhada pelos países nesse acordo não foi suficiente para impedir na prática que os indefesos fossem feitos alvo, nem que os direitos humanos fossem respeitados em diferentes instâncias como no caso de atendimento médico e humanitário. O artigo 10 da Convenção IV, relativo à proteção de civis em tempos de guerra, prevê acesso facilitado às atividades humanitárias e assegura o compromisso de proteger pessoas civis durante os conflitos. Contudo, o que os conflitos na contemporaneidade têm evidenciado nas suas novas configurações de violência são ataques deliberados contra hospitais. Esse crime de guerra à luz do DIH virou prática corrente nos modos de operar dos conflitos atuais. Neles, as instalações médicas e a infraestrutura civil estão sendo deliberadamente atingidas, violando o DIH. (ICRC, 1949, 2022)

O conflito que tem ocupado a atenção no media e ganho a preocupação das entidades dos direitos humanos no ano de escrita deste trabalho, 2023-2024, acontece entre Israel e os Territórios Palestinos Ocupados. No entanto, é importante ressaltar que outras guerras e conflitos ainda estão em curso e, mesmo sem ser destaque nos medias, também são objeto de inúmeras violações. Entretanto, apesar da ocupação da Palestina durar mais de 75 anos, chama a nossa atenção a violência e velocidade com a qual este povo está sendo exterminado por bombardeios ininterruptos que acontecem em Gaza. Assistimos a hospitais e escolas sendo destruídos, civis impedidos de atravessarem a fronteira, ao bloqueio de um corredor humanitário, à proibição de qualquer acesso a ajudas humanitárias, comida e materiais médicos, eletricidade e comunicação cortados, prisões arbitrárias, execuções sumárias. Infelizmente, estes são alguns exemplos das violações e do desrespeito aos acordos internacionais, que infringem a Convenção supracitada. (UNRWA, 2024)

O mundo assiste, quase inerte, pelas redes sociais e televisão às consequências de um conflito que se polariza entre “lados” que sustentam seus discursos com infundáveis justificações que desconsideram os números de civis que estão sendo “punidos” por questões de jogos de poder. Consequências estas que somam mais de 30.000 mortos em 150 dias, sendo que mais de 60% são crianças e mulheres. Esses dados são da Amnesty Internacional

(2024) que denomina o conflito como uma catástrofe humanitária sem precedentes ao se referir principalmente ao incumprimento do acordo com o DIH, que preconiza que todos os lados de um conflito têm a obrigação clara de proteger a vida dos civis envolvidos nas hostilidades. Apesar dos incansáveis pedidos de cessar-fogo por diferentes organizações humanitárias, inclusive a ONU, os ataques continuam.

Hoje, é imperativo reconhecer o desrespeito e o incumprimento desses acordos internacionais onde mulheres e crianças continuam sendo vítimas mesmo sem ser parte ativa dos conflitos, mesmo diante do esforço passado para a construção do DIH. Além disso, muitas crianças e adolescentes são “recrutadas” por forças ou grupos armados aproveitando a vulnerabilidade desse grupo. Segundo o relatório da Unicef (2022) o número de crianças-soldados atualmente em conflitos é aproximadamente de 300.000, número que podemos supor ainda maior na realidade, pois muitos não são contabilizados.

Considerando o Direito Internacional Humanitário - DIH entende-se que certas normas foram criadas para proteger civis e trabalhadores humanitários e médicos durante conflitos armados, visando garantir os cuidados de saúde dos pacientes em contexto de guerra; porém esses direitos são regularmente violados. Hospitais são bombardeados ou embargados e é negado aos civis o acesso aos cuidados de saúde e, por vezes, alguns ficam fora inclusive da possibilidade de proteção legal (ICRC, 2022). Vidas que podem ser desqualificadas do seu valor de humano.

Nesse contexto em que a guerra prevalece, as vidas tornam-se “corpos (sobre)viventes”, destituídos da sua identidade e humanidade, vidas humanas desvalorizadas e que podem ser extinguidas. Além da violência diária e estrutural, o não reconhecimento como sujeitos de direito e a desidentificação somam-se a extremas violências políticas e simbólicas. Com o intuito de dar visibilidade aos incumprimentos e de se posicionar ativamente junto àqueles que denunciam as violências cometidas contra civis indefesos é que também faz sentido neste texto uma discussão sobre aquelas vidas cujas mortes são ‘justificadas’ e não reconhecidas como ‘vivíveis’ e que podem ser aniquiladas, reconhecendo ainda que estes eventos têm efeitos nas narrativas dos sobreviventes.

Vidas que podem ser desqualificadas, em que a sua humanidade é considerada não valiosa, com base nos conceitos de Giorgio Agamben (1998) - *Homo Sacer* e Judith Butler (2004) – *Precarious Life*: Que vidas importam?

Agamben (1998) conceptualiza essas vidas como *Homo Sacer*, exercidas pela esfera legal que torna certas vidas passíveis de morte. Com o termo “vida nua”, Agamben refere-se a um espaço oculto entre o modelo jurídico-institucional e o modelo biopolítico de poder, a esse espaço que as estruturas de poder geram ao excluir da proteção legal aquelas formas de vida que não se submetem à sua ordem. Refere-se ao estado de ilegalidade daqueles que estão neste espaço vago, sujeitos a viver em um estado de exceção. O significado de ‘Estado de Exceção’ para Agamben é aquele em que se pode suspender os direitos dos cidadãos produzindo um ser inclassificável. A transformação da vida humana em objeto de poder soberano reduziu-a a uma condição puramente biológica da vida. Vidas são reduzidas à situação de não-sujeitos.

Vidas Precárias é uma obra importante da filósofa Judith Butler (2004) na qual ela explora a vulnerabilidade inerente a todas as vidas humanas e como essa vulnerabilidade é desigualmente distribuída nas sociedades contemporâneas. Butler questiona o valor que é atribuído a certas vidas em detrimento de outras, abordando como algumas vidas são consideradas "vivíveis" e dignas de luto, enquanto outras são desvalorizadas ou invisibilizadas, especialmente em contextos de guerra, violência, e discriminação. Butler utiliza o conceito de "precariedade" para discutir como a vida de certos grupos, como os refugiados, minorias étnicas, entre outros, é exposta a maiores riscos de violência, pobreza e exclusão social. Ela argumenta que a precariedade dessas vidas é socialmente e politicamente produzida, e que as estruturas de poder determinam quais vidas são protegidas e quais são expostas ao risco.

Os discursos médico, social, ideológico e político têm seus efeitos nas subjetividades e nas manifestações e expressões do sofrimento psíquico. Sendo assim, a temática do sofrimento psíquico desses sujeitos e as possibilidades de intervenção que priorizem a subjetividade ganham atenção central em discussões no contexto humanitário (IASC, 2007). E isso leva-nos a questionar as direções possíveis do cuidado e tratamento na saúde mental

nesse contexto, marcado por conflitos políticos e de extrema vulnerabilidade e instabilidade social em situações onde a violência impera e a realidade se revela tirana e arbitrária com riscos reais à vida do indivíduo.

Refletindo sobre essas ferramentas de desumanização, o que abre-se de possibilidade é a linguagem, o discurso e o reestabelecimento possível de laços sociais num lugar outro no caso dos refugiados. A partir da linguagem e das identificações que se estabelecem inicialmente, se é possível ser diferente do que se foi outrora nomeado. Mas, como “ser” ou se reorganizar indentitariamente quando o acesso dos seus direitos e reconhecimento lhes é negado? Como alcançar um valor humano na polis quando seus corpos sofrem uma desumanização e aniquilamento cujos sobreviventes resistem com marcas literais no corpo como efeito dos conflitos?

Assim sendo, a metodologia escolhida para a presente investigação visa privilegiar a subjetividade do participante oferecendo um espaço para compartilhar a sua experiência e interpretação própria do seu processo em se tornar um Peer.

PARTE II

Os passos da travessia

Capítulo 2 - Metodologia da Investigação

*“Gosto de dizer ainda que a escrita é para mim
o movimento de dança-canto que o meu corpo não executou,
é a senha pela qual eu acesso o mundo.”*
Conceição Evaristo

A participação no apoio com o *Peers* suscita questões relacionadas com a identificação e com outras temáticas a serem configuradas. Interessa perceber esta relação intersubjetiva e os seus efeitos, como os sujeitos se apropriam desta experiência e incorporam novos conteúdos à sua própria “identidade” - conceito ligado ao aspecto relacional da subjetividade. A questão importante para a pesquisa, segundo Hollway & Jefferson (2008), é como é que processos e forças sociais se tornam incorporadas no sujeito. Processos internos e externos são co-constituintes, tendo efeitos em ambas as direções.

Considerando que a partir destas relações e encontros haverá impactos nas identidades, efeitos nos processos identificatórios e transformações discursivas nos sujeitos envolvidos, a metodologia a ser utilizada é então ***qualitativa, narrativa***.

A metodologia qualitativa longitudinal foi escolhida por possibilitar o acompanhamento deste processo do princípio, permitindo a avaliação contínua dos seus efeitos na população pesquisada. A pesquisa qualitativa tem por base o aspeto exploratório da observação e efeitos do encontro com foco no carácter subjetivo. Prioriza-se na pesquisa qualitativa a compreensão do fenómeno e o sentido que o participante ou grupo atribuem a este, bem como a apropriação desta leitura do fenómeno numa narrativa própria. O estudo longitudinal visa analisar as variações e transformações nos sujeitos da amostra ao longo de um período específico de tempo. As motivações e objetivos dos indivíduos ao participar nos grupos ou sessões individuais sofrerão efeitos ao longo do processo, efeitos esses que possibilitam transformações e modificações identitárias. Os impactos destes encontros e os aspetos que vão sendo apropriados pelos sujeitos subjetivamente são de grande valor para a

presente pesquisa. Sendo assim, a avaliação ao longo dos encontros para uma possível análise qualitativa do processo e dos seus impactos nas subjetividades é realizada a partir da metodologia escolhida.

Em termos metodológicos o estudo tem uma inscrição qualitativa, enquadrando-se no referencial *psicossocial* de Hollway que considera a interdependência entre o social e o intrapsíquico e se inscreve numa conceptualização intersubjetiva de investigação, estabelecida no contexto da relação entre entrevistador e entrevistado que dá lugar à narrativa que se irá analisar/interpretar. (Hollway e Jefferson, 2000, 2008). A investigação delimitou a recolha de dados a organizações humanitárias que trabalham com indivíduos em deslocamento forçado consequentes de guerra e conflitos, onde a abordagem Apoio entre Pares foi implementada.

Para isso, a recolha de dados foi feita a partir de entrevistas com participantes e coordenadores (*Senior Peer Support Workers*) do dispositivo *Peer Support*. No presente estudo, pretendeu-se acompanhar os participantes por 6 meses em 2 momentos longitudinais da experiência dos próprios *Peers* e do seu envolvimento na intervenção. Considera-se aqui, as narrativas como elementos de transição para a compreensão dos fenómenos psíquicos. Os participantes considerados experientes na função, puderam ao longo das narrativas nos apresentar a transição em um único momento. Já aqueles que iniciavam o processo em ser um Peer, seriam acompanhados após 6 meses para uma segunda entrevista. Assim, 6 participantes foram entrevistados uma vez e uma participante duas vezes.

A fundamentação teórica para a análise e discussão dos dados será baseada na psicanálise em Lacan e autores contemporâneos que se debruçam nas discussões da clínica transcultural, bem como autores abordando a discussão acerca da relação saúde/patologia e o contexto social e cultural pela psicanálise e etnopsicanálise, que, oferece contribuições importantes para a análise a ser realizada destacando as dimensões da política e cultura nos fenómenos sociais com efeitos nas subjetividades.

2.1 Participantes da Pesquisa

É importante clarificar que o presente trabalho se baseou na análise dos relatos de 7 participantes entrevistados para a investigação de doutoramento. Os participantes voluntários são todos migrantes e a questão do deslocamento forçado por motivos de guerra ou conflito marca-os de alguma maneira. São indivíduos originários do Líbano, Brasil, Síria, Palestina, Jordânia e Irão; 4 mulheres e 3 homens. Seis dos entrevistados são o que denominamos aqui “*Senior Peer Support Workers*” (*Senior PSWs*), ou seja, coordenam atividades de Apoio entre Pares ou estão no processo de se tornar coordenadores. Uma entrevistada, do sexo feminino, encontrava-se na fase inicial do processo de ser tornar uma *Peer Support* ou *Peer Worker*. Essa participante foi entrevistada uma segunda vez, após 6 meses da primeira entrevista, para que se pudesse ter uma percepção longitudinal da experiência e acesso a conteúdos do seu processo de se tornar uma *Peer Worker*. Os outros, por serem considerados “*Senior*” e por terem condição de compartilhar o seu processo na primeira etapa, foram entrevistados apenas uma vez.

A maioria dos migrantes com os quais os PSWs trabalhavam provinham da Colômbia, Venezuela, Haiti, Eritreia, Síria, Líbano, Irão, Paquistão, Afeganistão, Iraque, Iémen, Palestina, Sudão e Líbia.

Os participantes foram recrutados a partir da divulgação em rede e contactos de organizações humanitárias e não governamentais. A participação foi voluntária, por entrevistas *online* e com o consentimento na obtenção do conteúdo da experiência recolhida e analisada para futuras publicações consequentes do doutoramento, mantendo os dados pessoais anónimos. Os participantes são *Peers*, com mais de 18 anos de idade, que desenvolvem e coordenam as atividades ou participam no Apoio entre Pares. O modelo de consentimento pode ser encontrado no Anexo 1.

2.1.1 Caracterização dos Participantes

Peer Support Workers – PSWs marcados pela experiência migratória de deslocamento forçado que apresentam ou não um trauma físico relacionadas com o conflito. Incluiu-se

principalmente coordenadores ou *Senior PSWs*. Todos os participantes têm em comum a temática da migração e são atravessados de alguma maneira, na sua história individual e coletiva, pela questão da guerra e conflitos armados.

Da nacionalidade: a maior parte dos participantes é proveniente do Médio Oriente ou que trabalham no acolhimento aos indivíduos provindos desta região. Especificamente as nacionalidades foram: Irão, Jordânia, Palestina, Iraque, Síria, Brasil e Líbano.

2.2 Método FANI – Free Association Narrative Interview

O instrumento para a coleta de dados utilizado foi o FANI – *Free Association Narrative Interview* – Entrevista Narrativa de Associação Livre (Hollway & Jefferson, 2000), instrumento que permite aceder a processos de intersubjetividade e que privilegia a observação e análise do conteúdo trazido pelo próprio participante ao invés de um tema pré estabelecido pelo investigador. As temáticas seleccionadas neste artigo para o embasamento da discussão remetem para questões subjetivas trazidas pelos participantes durante entrevistas abertas sobre as suas experiências pessoais em se tornar um *Peer Supporter*. A partir dos conteúdos do próprios indivíduos para a direção da pesquisa, os temas foram seleccionados pelos especialistas que discutiram os conteúdos para análise e discussão.

A participação no Apoio entre Pares suscita questões relacionadas com a identificação e interessa-nos perceber a relação intersubjetiva e os seus efeitos, como os sujeitos se apropriam desta experiência e incorporam novos conteúdos à sua própria identidade. Questão importante para a escolha do método que segundo Hollway & Jefferson (2008) é como processos e forças sociais se tornam incorporadas no sujeito. Processos internos e externos são co-constituintes, tendo efeitos em ambas as direções.

Tendo estas relações e encontros como aspetos importantes a serem avaliados, considerando que há impacto nas identidades, efeitos nos processos identificatórios e transformações discursivas dos sujeitos envolvidos.

2.2.1 Procedimentos de Recolha de Dados

1) Entrevista com os participantes e coordenadores do Apoio entre Pares – *Peer Support*

A todos os participantes foi explicado sobre o objetivo da investigação e o anonimato das informações compartilhadas. A investigadora teve uma intérprete para as entrevistas em árabe caso o/a participante preferisse falar na sua língua natal para melhor expressão de sua experiência.

O consentimento informado foi traduzido para o inglês e árabe, também oralmente orientado caso algum participante tivesse limitação na leitura. Os documentos foram assinados após o seu entendimento e consentimento. As entrevistas foram então realizadas em inglês, árabe e português. Apesar do método FANI priorizar aspectos subjetivos da narrativa do participante, é importante salientar aqui que para alguns, o processo de tradução foi uma ferramenta utilizada. O que implica em algumas particularidades a serem consideradas. A associação mais livre pode até ser facilitada em uma língua que não a materna. Porém, pode-se também ter limitações na expressão daquilo que não é tão conhecido ao paciente, ou seja, pode ser que a narrativa mantenha um nível de consciência e não seja tão livre como o esperado.

Foram realizadas entrevistas abertas com participantes ou coordenadores do Apoio entre Pares – *Peer Support* com a duração aproximada de 1 hora a cada entrevista. As entrevistas e encontros foram gravados e os seus conteúdos transcritos. Foi dada aos participantes a garantia de que, após a transcrição da mesma, a respectiva gravação seria eliminada. Após a análise das transcrições, essas também seriam eliminadas para garantir que não pudessem ser reconhecidos pelo relato. Essa decisão foi tomada por considerar que os participantes trabalham em projetos muito específicos e com participantes em condição de vulnerabilidade social e política em que qualquer associação ou reconhecimento de suas atividades poderia ter consequências aos projetos e também participantes.

As entrevistas, após entendimento do consentimento informado, tiveram início sempre com a mesma questão – “*Pode-me contar a sua experiência com o Apoio entre Pares/ Mediação Intercultural ou em se tornar um Peer Supporter?*”. A partir daí, desenvolveram-se

as narrativas, de forma livre e espontânea, num diálogo desprovido de expectativa por parte da entrevistadora, para não influenciar o movimento narrativo das participantes. Na sequência da questão aberta, tornou-se possível aceder à experiência subjectiva das participantes e compreender como é que as mesmas vivenciaram, sentiram, elaboraram e construíram o processo não só migratório mas com o Apoio entre Pares e todos os aspectos subjacentes. Com o objetivo então de compreender a percepção dos participantes em relação à sua condição atual, seus desafios e expectativas e sobre o apoio que receberam.

Após a transcrição das entrevistas, passou-se à análise destas com o procedimento de leitura das narrativas em um grupo de pares de analistas convocado à escuta e análise das narrativas, em acordo com as orientações do método FANI.

2.3 Procedimentos de Análise

A pesquisa psicanalítica de fenômenos culturais, sociais e políticos, tem como base a ênfase na especificidade que as técnicas chamadas de coleta de dados (entrevista e observação) assumem na pesquisa. Entendemos que essas técnicas possibilitam um contato direto com os sujeitos referidos ao fenômeno a ser investigado, e sua utilização compõe um dos caminhos possíveis na pesquisa psicanalítica. (Rosa, 2004) A psicanálise porta uma dimensão própria de sujeito e de objeto, a qual constitui o seu método específico de pesquisar e em que os efeitos do encontro entre o pesquisador e o participante faz parte da investigação. O objeto da pesquisa não é dado a priori, mas sim produzido na e pela investigação através também do encontro de intersubjetividades. “Pautada pela dimensão do enunciado e da enunciação do discurso, a pesquisa psicanalítica produz conhecimento interceptando a transmissão de dogmas e de idealizações, mediante o conhecimento de uma série de contextos e histórias, acrescido de articulações fora da história oficial.” (Rosa, p.182, 2010)

Outro ponto importante a ser considerado segundo Hollway & Jefferson (2008) são as defesas psíquicas que operam durante as entrevistas. Defesas contra a ansiedade que são mobilizadas a um nível inconsciente. As memórias relacionadas aos eventos traumáticos ou que provocam alguma ansiedade irão ser esquecidos, ou ainda, não lembradas, mas que seu

conteúdo insiste e porém sua expressão é rememorada de forma modificada, mais suportável. Assim, o significado é modificado.

Ainda segundo os autores, o método FANI tem em conta a defesa dos sujeitos, “sujeitos defendidos”, e propõe dois pontos principais para sua aplicação: Gestalt e associação livre. Ao possibilitar a direção da narrativa pelo entrevistador e não pelo entrevistado, se abre espaço à associações facultando um tipo de narrativa não estruturada pela lógica consciente e ordem cronológica, mas sim, conduz à possibilidade de revelar conteúdos da lógica inconsciente. A narrativa é resultado desse encontro entre entrevistador e entrevistado, sujeitos à interferências, projeções e introjeções. A relação perpassa pelas histórias de cada um. Sendo assim, o processo não é neutro, mas a partir desse encontro é que algo pode advir de mais singular da história do sujeito. Se faz necessário que o investigador esteja advertido e que examine o seu envolvimento subjetivo neste processo pois terá efeitos na maneira e forma que interpretará o conteúdo e informação coletados. (Hollway& Jefferson, 2000)

Seguindo as direções do método proposto por Hollway e Jefferson (2000), é importante que se construa um grupo de pares de analistas para a leitura e análise das narrativas transcritas. A partir de um certo distanciamento por parte do pesquisador do conteúdo recolhido e objetificando o conteúdo através das transcrições, visa-se diminuir interpretações do conteúdo que atravessem o pesquisador em suas questões subjetivas inconscientes. As narrativas e bem como o efeito desse conteúdo no pesquisador, foram discutidos e analisados no grupo de pares de analistas.

1) Leitura compreensiva da narrativa

A análise da narrativa por processo em grupo de pares. Um grupo de intervenção foi convocado a ouvir a narrativa e a partilhar os efeitos, seus pensamentos e interpretações em conjunto.

Foram marcados no total 9 encontros com o grupo de pares de analistas. Um primeiro encontro após cada entrevista da primeira recolha de dados. Totalizando 7 entrevistas. Como já mencionado, por ser uma investigação longitudinal, um segundo momento de recolha de

dados aconteceu 6 meses após o primeiro. Com a participante que iniciava seu processo em se tornar um *Peer Supporter* na primeira etapa para que fosse possível apreender o processo e experiência vivenciada nesses meses. Um oitavo encontro foi realizado após este momento. E essa entrevista foi analisada. E por fim, o encontro de número 9 foi então agendado para elencar os grandes temas a serem discutidos na comparação dos resultados dos dois tempos de recolhas de dados.

O grupo de pares de analistas contou com a participação de dois Psicanalistas professores convidados, uma estudante de doutoramento, a Orientadora da presente investigação e a investigadora. Os integrantes estavam em diferentes países pelo mundo; USA, Brasil, Portugal e França e por isso, esses encontros ocorreram de forma online via plataformas Teams ou Zoom. Durante esse momento, a investigadora leu cada entrevista, o grupo ouviu a leitura com uma postura de abertura, sem expectativas prévias em relação às narrativas dos participantes. Ou seja, a escuta foi realizada com atenção flutuante. Durante esse processo, surgiram impressões e hipóteses interpretativas em Associação Livre. Gradual e espontaneamente, foram se formando compreensões sobre o fenômeno em estudo, abrangendo suas dimensões implícitas e explícitas.

A partir dessa análise dos relatos e discursos, e também de seus efeitos no investigador, cada análise de entrevista apresenta os conteúdos emergentes e singulares do participante no seu processo em se tornar um Peer. A análise dos dados recolhidos nas entrevistas foi então, constituída por dois momentos: Analisar a dinâmica da entrevista e os temas convergentes e divergentes mais significativos que perpassam transversalmente as entrevistas e então, os temas principais destacados nesse processo foram selecionados para a discussão no capítulo 5.

2) Análise do conteúdo e discussão crítica

Sendo assim a discussão crítica e teórica se deu com contribuições feitas pela fenomenologia e conceitos narrativos do sujeito. Os temas selecionados para o embasamento da discussão remetem a questões subjetivas trazidas pelos participantes. A análise se deu não

somente da relação do sujeito integrado ao laço social, mas o sujeito constituindo-se também na cultura que forjam o discurso do sujeito. Sendo assim, neste encontro do sujeito com o pesquisador algo advém para também ser discutido e analisado. Na pesquisa em psicanálise, o encontro entre pesquisador e participante não é de todo neutro, é um encontro intersubjetivo. Em que o inconsciente opera ativamente nesta relação.

O conteúdo não poderia ser definido a priori já que é justamente no momento que se observa e entrevista é que questões podem ser aventadas. A narrativa do sujeito sobre a experiência vivida e sua percepção da realidade e os efeitos desta narrativa através do encontro com o entrevistador é que guiaram para a escolha dos temas relevantes discutidos bem como: a motivação em ser um *Peer Support* e questões inconscientes que levam o indivíduo a esta escolha. As expectativas de cada indivíduo em participar da proposta de Apoio entre Pares. Bem como os interesses subjetivos e identificações inconscientes em tornar-se um *Peer Support*.

A análise interpretativa das entrevistas revela um padrão comum às transformações psíquicas dos Peers estudados. Esse padrão é suficientemente amplo e flexível para refletir as diferenças individuais, mas também bem definido para confirmar a tese de que se tornar um Peer pode ser visto como uma mudança de posição subjetiva no laço discursivo com o outro social. E também uma transformação radical nas identidades enlaçada nas experiências e impactos do processo do deslocamento forçado. Essa transformação pode potencializar o crescimento, desde que a dor e as perdas envolvida sejam suportadas e elaboradas em parte do que se é possível. Explorando as particularidades desse padrão transversal, é possível esclarecer as consequências da experiência do deslocamento forçado no tecido psíquico do Peer. Além disso, permite revisitar os principais eixos destacados pela literatura psicanalítica sobre deslocamento forçado e Apoio entre Pares, repensando-os à luz desta investigação.

Apresenta-se a seguir os temas selecionados em cada encontro e análise de cada entrevista que embasaram a discussão posterior no capítulo 5. Os cinco grandes temas enlencados com base nas análises das entrevistas e selecionados para a discussão foram: *Identities Roubadas; Cronologia e Trauma: sintoma ou criação?; Tornando-se um Peer: se deparar com sua própria história, criar pontes e se reabitar; O Apoio entre Pares e o re-*

enlace social: os (des)encontros e suas (im)possibilidades; O Apoio entre Pares: potencialidades e desafios.

Importante também salientar que a presente tese foi configurada em três etapas principais tendo como resultado a publicação de três artigos fruto da investigação.

O primeiro é referente à primeira etapa recolha de dados e respectivas análises. Um resumo das principais citações das 7 entrevistas foram selecionadas para a apresentação do instrumento terapêutico Apoio entre Pares e apresentação da análise da primeira etapa da investigação. Na presente tese, referente à Parte III.

Artigo 1: Uma leitura psicanalítica do instrumento terapêutico Apoio entre Pares em contexto de deslocamento forçado em consequência de guerras e conflitos.

O segundo artigo, referente à Parte IV desta tese, é relacionado à segunda recolha de dados. Apresentação e análise de uma entrevista realizada após 6 meses da primeira recolha de dados. Os temas que emergiram dessa entrevista incluíam a questão da mulher no contexto investigado. O que direcionou à análise com esta temática envolvida.

Artigo 2: Considerações sobre guerras, mulheres e corpos desumanizados

Por fim, o terceiro artigo, referente à Parte V desta tese, contempla os grande temas da discussão da recolha e análise dos dados e conclusão abordando possibilidades e desafios da intervenção.

Artigo 3: Apoio entre Pares e Mediação Intercultural: possibilidades, desafios e efeitos nas subjetividades.

Parte III

Os (des)encontros

Capítulo 3 - Apresentação e Análise das Entrevistas

“É que ela sentia falta de encontrar-se consigo mesma.”

Clarice Lispector

Apresenta-se as entrevistas e análises das mesmas. Salienta-se que a metodologia proposta é longitudinal e para tanto, apresenta-se dois momentos de recolha de dados. Intencionou-se numa primeira etapa, como mencionado anteriormente, entrevistas com todos os participantes. Na segunda etapa, após 6 meses, a entrevista ocorreu com apenas uma participante pois era a única que na primeira etapa estava começando sua jornada em se tornar uma *Peer Worker*, e para tanto, a segunda recolha objetivou levantar dados e analisar as mudanças desse processo em se tornar um Peer.

3.1 Apresentação e Análise das Narrativas - Primeira recolha de dados

Os nomes são fictícios para preservar anônima a identidade dos participantes. Detalhes relacionados à cultura e nacionalidade são compartilhadas quando foram trazidos pelo próprio participante. Lembrando que o principal foco que orienta a investigação é na experiência de ser e se tornar um Peer, atravessado culturalmente mas não se objetiva aqui uma análise etnográfica ou antropológica das suas histórias e narrativas. Outro ponto relevante a ser considerado, alguns participantes preferem manter detalhes anônimos pois suas experiências podem ser facilmente identificadas e podem ter consequências de segurança para suas próprias vidas.

Apresentação da Narrativa - Amira

Amira é libanesa e vive num país latino-americano na casa dos 30 anos. Seus pais se mudaram fugidos da guerra quando ela ainda era criança. O participante ainda tem membros da família e uma história próxima com o país de origem, a língua da família é o árabe que a

família mantém. Amira começou como *Par* mas atualmente tem uma carreira mais ampla no assunto. Iniciámos a entrevista com a pergunta geral: "Poderia começar por se apresentar e partilhar a sua experiência no Apoio entre Pares?" A entrevista foi online devido à diferença geográfica.

Amira inicia a narrativa revelando os passos profissionais entremeados pela experiência migratória e que oportunizou a experiência em ser uma Peer. A experiência da migração se inscreve num terreno psíquico disponível e expectante de sentido. *“sou psicóloga e em 2015 por meio de um grupo de Psicologia e Migrações, eu me encontrei neste tema.”*

Uma condição sociopolítica emerge na narrativa como um operador então sobre a enunciação do seu desejo, conduzindo ao seu deslocamento. *“com as demandas que foram chegando com o número de refugiados, principalmente os sírios.”* Amira vai se entrelaçando com esse grupo e enlaçando seu lugar discursivo a partir dessas marcas enunciadas pela migração. *“Através do grupo eu comecei a estudar mais sobre essa temática e eu comecei a fazer atendimentos em língua materna.”* E o desejo se deslocando: *“em paralelo fui trabalhando com o projeto de literatura. Onde todas essas entrevistas, experiências, sessões, foram sendo material base para a escrita de livros baseado nessas histórias reais.”*

Todavia a experiência migratória é sublinhada por Amira como enquadrando a sua vivência de aproximação como Peer, também com marcas psíquicas que revelam uma história de dores “fraturantes” de uma narrativa geracional que emerge na narrativa individual de Amira. Traços que marcaram suas escolhas e trajetória na temática do refúgio, da guerra, da “fratura”. *“escolhi fazer psicologia porque eu queria trabalhar com stress pós traumático, vítimas de guerra (...) De assuntos assim, bem fraturantes, traumas profundos, e essa questão de guerra, essa questão cultural sempre me acompanhava.”* A escolha da psicologia surge então como uma escolha não tão independente, as questões culturais sempre a acompanharam, bem como as marcas da guerra e dessas histórias e narrativas familiares costuradas geracionalmente e com as suas. Marcas que provavelmente foram sentidas e significadas como ‘fraturantes’ para Amira.

Amira se apresenta como uma profissional então nessa temática, revelando o quanto isso fez função na sua vida e lhe deu um lugar discursivo e identificatório. Que a partir desse

encontro com este grupo específico que menciona, pode construir uma narrativa e lugar que fez sentido, “*baseado em histórias reais*”. Histórias reais dos outros mas que passam também por suas próprias histórias. E “*foram sendo material base para a escrita*”.

Escrita baseada nas narrativas e testemunhos, que apresentam-se como um recorte daquilo que era necessário ser trabalhado, elaborado e contado da história própria de Amira.

Como algo é também do individual e das marcas significantes de cada um, ou seja, as relações e associações não são tão aleatórias e ao acaso. Há sempre algo da ordem do sujeito e da sua subjetividade. Assim, o interesse pelo grupo e, mais ainda, pelo tema e a continuação dessa trajetória está associado a algo das questões identificatórias primárias de Amira. As motivações que a levaram ao grupo e os motivos de seu envolvimento aparecem na narrativa como um processo longitudinal em que “*nunca me esqueço na graduação quando os professores no início perguntam sobre o que te motivou (...) sem pensar muito, bem inconscientemente mesmo, eu respondi e ficou lá na gaveta.*” As escolhas não são tão “aleatórias” e independentes, elas estão associadas a uma cadeia de registros inconscientes. Mas ativa e presente nesse engajamento subjetivo de escolhas, identificações e desejos. A participante sinaliza esse desejo e encantamento pelo “enigmático”.

Amira sente-se convocada a uma escolha que lhe faça “sentido”, que a ajude a “costurar” o que está fraturado, a fazer bordas cujos contornos não compreende com nitidez. Uma transformação que passa pelo profissional e a obriga a crescer. No entanto, os sinais desse processo e de uma carreira não são, ainda, suficientemente claros. Ao contrário, confundem-na porque remontam a outro tempo transformativo, que marcou outro limiar. Seria uma tentativa e talvez possibilidade de deixar menos fraturado? De amenizar essa ruptura? Ruptura de histórias, memórias e tempo, entre o tempo lógico e cronológico nem sempre harmonizados. “*Lá por 2015 começamos a receber bastante gente e a questão da guerra da Síria, esse assunto ganhou uma relevância maior e eu lembro de estar acompanhando (...) Eu lembro de uma roda de conversa estavam apresentando e nos sábados, cada um falava um pouco da sua experiência. A gente trazia as demandas que iam surgindo e quem podia atender. Quem podia palestrar sobre o assunto? Quem podia trocar informação? Comunidades que estavam recebendo e assim assim foi, foi evoluindo, sabe?*”

O seu envolvimento no trabalho de Apoio entre Pares, aprendendo com os outros, mas também a sua auto-descoberta atravessada pelo tema, evoluiu. Amira vai fazendo contornos mais claros, mais contínuos, menos fraturados dessa experiência que vai sendo acomodada para além de apenas integrada em sua história. *“As coisas foram acontecendo de forma natural, nada muito planejado (...)E assim foi indo, na verdade, foi uma identificação que o grupo fez, não foi assim: ‘Ai eu quero atender’. As pessoas foram me encaminhando, eu fui aceitando, fui aceitando e fui trabalhando.”*

Esses encontros que foram surgindo de maneira “natural” têm efeitos nos pacientes, mas é notório perceber na narrativa de Amira, que também tem efeitos nos próprios *Peer Workers*. É um encontro que, a partir do resgate desses laços, diz de algo sobre o Peer também. Aspectos identificatórios que foram tendo efeitos no Peer, em Amira, e moldando a sua subjetividade. Aspectos gradativamente sendo integrados nas suas escolhas pessoais e também intervenções do âmbito profissional como Peer. As marcas geracionais e as suas próprias vão sendo tecidas tornando-as mais integrável *“eu fui aceitando”*. Aceitando também esse aspectos que passo a passo foram sendo “acomodados” e “incorporados” na sua própria identidade.

Amira encontra-se em um impasse, em uma ruptura, tentando definir as transformações que sente. Utiliza o espaço profissional e a temporalidade, tanto passada quanto futura, de sua história como coordenadas para orientar um trabalho de integração capaz de superar a quebra da continuidade psíquica. Pontes foram ligando os im-passes, guiando passos mais direcionados nessa trajetória. A língua materna e outros traços foram sendo revisitados também passo a passo, um operador de ligação. *“ Eu acho que é a língua materna, é uma linguagem do acolhimento. Então, tem uma outra pessoa aqui do outro lado do mundo. Que compartilha algo da minha história em comum.”*

A narrativa de Amira faz emergir esse “lugar comum” de ser estrangeiro. A experiência de deslocamento em que se oportunizam e agregam aspectos identitários é também a experiência que marca, divide, separa. O deslocamento geográfico é também deslocamento psíquico. A distância *“do outro lado do mundo”* é minimizada no encontro das semelhanças e pontos comuns *“história em comum”*. A língua materna aparece na narrativa

como a ponte desse acolhimento, que estreita o distanciamento do outro mas principalmente de quem se era para quem se é ou deseja se tornar. O que faz distância são também as representações de si de quem se foi um dia e o se reconhecer outro nesta experiência de deslocamento e lugar atual. *“Ainda que eu não tenha compartilhado do mesmo evento traumático, mas eu consigo entender esses significantes da linguagem”*. Compreender os significantes da linguagem, esses que são traços marcados por aspectos culturais e sociais, mas que apresentam-se na cadeia de significantes como algo que remete ao traço unário, àquela que marcou Amira individualmente e singularmente. O evento é diferente, mas reconhece algo de si ao “entender” a linguagem do outro.

“Eu percebo que isso facilitou muito nos atendimentos (...) pessoas que tinham muita resistência com outros profissionais quando chegavam até mim eu vi aqui assim que a linguagem, ela abria muitas portas.”

As “portas” se abrem a Amira, os atendimentos parecem ser facilitados e a resistência com outros profissionais parece ser menor com ela. A experiência que emerge a partir dos passos atravessados pelas pontes da linguagem e que diminuem a distância entre o passado e o presente, vão oferecendo a ela a possibilidade de atravessar as portas que estavam fechadas, as amarras psíquicas do trauma. Não o mesmo “evento traumático”, mas a narrativa aponta para então, que havia um evento, algo do traumático, não simbolizado, não atravessado, marcado no discurso. Com as fronteiras menos alargadas, com o tempo crono&lógico mais entrelaçado, avança-se em passos que atravessam agora as portas “abertas”.

A língua materna e a linguagem no acolhimento do refugiado aparece como um importante ponto destacado pela entrevistada. Sendo então um dos temas analisados pelo grupo ao discutir os efeitos da narrativa, por emergir como uma ponte mas apontando também aos riscos e dor da diferença. *“Essas pessoas, elas muitas vezes são colocadas à margem, sabe? Assim como outros grupos mais frágeis. Imigrante refugiado, ele é muitas vezes retratado como uma pessoa que não pode falar por si. É uma pessoa que não tem as suas questões validadas de alguma forma, então tem que ter sempre alguém falando por eles.”*

Ao seguirmos a lógica do inconsciente, o que emerge da narrativa cujos conteúdos são irreconhecíveis pela consciência, muitas vezes são projetados no outro. Conteúdos que dizem

então do próprio ser falante. Sentir-se à margem sem poder falar por si e precisar de um outro para que suas questões sejam validadas revela um lado mortífero da experiência migratória de Amira. Talvez não apenas em responder a esse lugar de *“imigrante refugiado”* mas também de outros lugares dados socialmente como *“grupo mais frágil”*, associado ao *“sexo frágil”* da mulher em muitas culturas.

Amira aponta para uma transformação identitária a partir também de uma posição discursiva outra quando se encontra nesse lugar profissional que agora, como já citado anteriormente, *“se encontrou”*. E *“então quando eles encontram uma profissional, é, e aí entra outras questões. Tem a questão da língua propriamente dita, você conseguir se comunicar com a pessoa na mesma linguagem e a compreensão é cultural, né? Toda essa questão, esses códigos de éticas, de valores. Que variam de lugar para lugar. Não são assim tão universais.”*

A partir de seu lugar de *“uma profissional”* foi possível convocar *“outras questões”* relacionadas a valores e códigos que, no encontro com outro estrangeiro, percebe-se variar de *“lugar para lugar”*. Desloca-se de lugar geográfico, desloca-se de lugar subjetivo e desloca-se o desejo também. Questiona-se *“o universal”* para operar divisão e, a partir daí, permitir-se ser. *“Então, quando você atende essa pessoa na língua e compreendendo os aspectos culturais e aceitando a pessoa do jeito que ela é inteira, do lugar que ela chegou, sem querer estar colocando um outro formato para ela.”*

Torna-se perceptível certa dor em Amira, certa imposição pelo social numa tentativa de *“estar colocando um outro formato para ela”*. Revela a luta psíquica em não se reconhecer nesse lugar social colocado culturalmente e de não desejar responder desse lugar. Estar inteira seria outra coisa, lugar outro, o qual Amira está então reconhecendo e atravessando, com menos defesas psíquicas *“Isso deixa a pessoa sem tantas couraças. Ela vai se desarmando de alguma forma, pois tem alguém ali.”* *“Compreende os valores dela mais ou menos como ela pensa. Como era a sociedade que ela estava inserida?”*

Aqui emerge a fratura entre quem se deveria ser, ou quem se era esperado ser na sociedade em que estava inserida e quem se deseja ser. Como se perceber nessas relações discursivas e possibilidades nesse lugar outro. Um conflito entre eu ideal e ideal do eu sendo

evocado no processo migratório. Amira então, aponta a possibilidade de se re-ver e ser para além da “forma” dada mas é convocada em um lugar de vulnerabilidade.

A vulnerabilidade do migrante em países de acolhimento. O não falar a língua do país em que se encontra e ter suas representações simbólicas desfalecidas, aponta um lugar de dificuldade e vulnerabilidade neste lugar outro favorecendo um silenciamento do migrante. É estar diante de um outro, ainda sem recursos para a leitura deste novo local. Muitas vezes na urgência de responder às necessidades dos migrantes, este é colocado em um lugar de objeto. Objeto que deve responder às instituições que o acolhem como estas esperam que os migrantes correspondam. Tema também emergido por Amira e convocado no grupo a ser analisado. Aqui então, a importância do reconhecimento de um lugar de humano nesse encontro com o Peer. Operar nessa possibilidade de “abrir a porta” para que se possa questionar esses lugares discursivos dados e ser reconhecido com valor de humano quando muito se sofreu de desumanização. *“Esses elementos culturais, sociais, políticos, estão todos de alguma forma, amarrados. Essas dimensões todas (...) é fundamental, muito mais do que a estar capacitado para falar no mesmo idioma, por exemplo.”*

Amira aponta aqui o lugar de conexão do encontro de pares. Para além da língua materna, que sim é um elemento facilitador dessa via de identificação, a marca está na relação de um reconhecimento de um lugar de humano. *“elementos...amarrados”* Um nó, assim como o nó borromeo de Lacan (1975) constituído de Real, Simbólico e Imaginário. Componentes da constituição psíquica mas que se enlaçam a partir das marcas também da relação com o social. Marcas essas que no encontro com o Peer são elevadas a uma dignidade de humano. De um ser falante, para além das marcas daquilo que foi feito desse corpo. *“sem tentar mudar ou comparar”* apenas ouvir o que o sujeito se põe a narrar de si mesmo.

Nesse processo, Amira também é convocada nas questões de gênero. *“Sim, eu percebo assim, uma resistência maior, e isso é geral, uma resistência maior com o público masculino, (...) eu sobrevivi a uma guerra, então isso que estou passando essa crise, outras questões do meu dia a dia são insignificantes. Perto do que eu passei numa guerra.”*

A questão de gênero aparece aqui, ou melhor, o lugar social do que é ser homem e mulher numa dada cultura. As expectativas dessas relações com o laço social e em responder

a partir deste lugar. Além de como responder a esses lugares culturalmente dados, há o peso de uma história (p)regressa. Uma história anterior mas que também regressa, ou seja, é reeditada no evento atual. E que impera como se nada tivesse a mesma dimensão de importância agora, e consequentemente, negando o valor do sofrimento a tudo o que não está relacionado com essa "grandeza". Aqui é invocada na narrativa de Amira, a associação à sua experiência individual. *“Quando eu lembro assim, de 3 de momentos da minha infância, por exemplo, de estar super ansiosa com alguma questão assim, bobinha, da escola ou eu não tive tempo suficiente para estudar, ou eu não tive tempo suficiente para preparar. Eu lembro da minha mãe chegar e dizer, filha, e a gente fazia as provas debaixo de bombardeios, é, então, isso que você está vivendo agora, é pequeno perto do que a gente passou, não é? A gente enfrentou guerras e guerras, a gente escutava os aviões em cima de casa, então, a gente sobreviveu para poder te dar essa oportunidade de hoje. Não é de você estar aqui estudando no teu conforto, então.”*

O deslocamento forçado fruto de conflitos armados convoca qualquer indivíduo a um movimento de perdas e lutos. E Amira revele em sua narrativa muito do que esses lutos representam, o que teve-se que *“abrir mão”*. Uma destituição forçada ao indivíduo, que teve então, que abandonar partes de si mesmo para uma tentativa de sobre-viver. Apresenta também a família e o sofrimento que se perpetua através das narrativas geracionais. O individual e o familiar/ coletivo, o tempo lógico e cronológico, questões que estão ligadas e intrínsecas às expressões subjetivas do sofrimento. E como é viver a partir de então? *“eu tenho essas experiências em família. Então assim, eu cresci vivendo a guerra de outras formas, porque eu vi meus familiares, eu ouviu nos noticiários, eu tive perdas muito próximas, né? Então eu digo eu não, eu não vivi exatamente o que você viveu. Mas eu consigo entender o que você está dizendo e validar isso que a pessoa passou de fato.”*

Identificação e validação, reconhecimento, o lugar do testemunho do migrante e sua experiência mas também daquele que testemunha uma história narrada, no caso o Peer. O valor deste lugar de testemunho. Experiências que também tocam, que também perpassam pela sua história regressa. Amira vai apaziguando essa história geracional de sofrimento que insistia em se cristalizar num presente de memórias, cristalizando Amira num lugar discursivo entre o passado da guerra e o futuro desejável, mas apontando a um presente que nunca se

fazia atual. Ao reatualizar essas memórias familiares, não se permitia atualizar-se no aqui e agora. *“É, eu digo que de alguma forma, trabalhar com esse grupo, tanto na psicoterapia ou na literatura. É como se eu tivesse resgatando de alguma forma o meu passado, o passado da minha família e honrando a trajetória deles.”*

A ancestralidade e manter viva a história que foi tentada ser apagada pelo outro. Marcas de uma narrativa que se “amarram” com a do sobrevivente o qual Amira ofereceu a escuta. Aqui aparecem as questões das narrativas coletivas e os impactos individuais e nas subjetividades. Narrativas de resistência, como essa mãe reforça, que podem gerar certa esperança e sentimento de pertencimento. Ou, poderíamos pensar também, de uma culpa a não se permitir sofrer por *“questão assim bobinha”*, culpa em não manter esse discurso da ancestralidade vivo, prejudicando muitas vezes o processo de um luto importante.

Esse lugar da ancestralidade como um resgate da história própria de cada um que diz de uma História das gerações e comunidade de origem, foi um tema que emergiu no relato de Amira como importante a ser analisado pelos efeitos na subjetividade. Um efeito de culpa *“Aquilo eu fui guardando, fui guardando (...) é uma forma de honrar os meus antepassados que tiveram que abrir mão de muita coisa para estar aqui em um lugar mais seguro”*. Ter sobrevivido foi por causa desse esforço e escolha do outro e que se atualiza como uma dívida impagável. Como é possível pagar pela própria vida? *“Claro que é um assunto que me toca, que mexe comigo e que, que bom que ainda mexe comigo, não é? Porque eu acho que quando sensibiliza a gente de alguma forma, a gente consegue acolher com mais completude, mais empatia, não é? É, então é uma forma de honrar, sim, todos os meus antepassados que tiveram que migrar e que ainda migram não é, de alguma forma.”*

Fica evidente na narrativa da entrevistada o quanto a partir do encontro com esse outro atravessado por experiências similares, eclode através do testemunho, questões àquele que oferece o apoio. Que ainda mexe, conteúdo que ainda é vivo e presente, sensibilizando e tendo efeitos nesse que oferece o apoio.

O desmembramento de si e do deslocamento geográfico se revela também no desmembramento familiar, em que cada um está num lugar diferente. *“Eu, por exemplo, não*

tenho família, uma família extensa próxima, cada um está num país assim praticamente, ou numa cidade do Brasil. Então, aqui eu estou só com a minha família nuclear mesmo.”

Será que não podemos pensar aqui dos encontros que apontam para diferentes lugares que podem se abrir a partir desta experiência? Não seria parte de todo (des)encontro entre indivíduos que justamente pela incompletude e enigma pode-se ser e estar diferente? A marca mais radical da incompletude é a que também nos faz singulares apesar da experiência similar. Amira vive coletando histórias, a dos seus antepassados, as dos pares, as da literatura que apresenta inicialmente na entrevista e vai tecendo a partir delas, as suas próprias. Me interessou ouvir mais dessa costura, ouvir mais sobre a possibilidade de giro que Amira encontra na literatura.

“Então, assim, A literatura, eu entendi o seguinte, que para a gente poder escrever sobre essa temática e tem muita questão do lugar de fala. Então você vai escrever sobre um assunto, você tem que estar vivendo aquele assunto, mas eu entendo que não necessariamente. Eu entendo que se tem algum assunto que está te incomodando, que está te gerando angústia e você quer escrever sobre aquele assunto é de forma ética e com profundidade. Com respeito. Isso é possível, então pra eu poder me aproximar mais do tal do lugar de fala, nada mais justo do que a gente ouvir essas pessoas que passaram por isso.”

O lugar de fala, um lugar que se ocupa social, cultural e politicamente, um lugar no discurso. E que, a partir da relação com o outro, a partir de cada encontro, aspectos subjetivos foram sendo revistos. Esse lugar que foi também se transformando. Amira também revela que havia “*algum assunto*” incomodando e que gera “*angústia*”, que pode então ser escrito sobre. Amira encontra na escrita uma maneira de elaborar e de costurar essas fraturas de sua história. *“Então, assim, Claro que quando a gente escreveu sobre a Síria, foi mais próximo da minha realidade por ser Médio Oriente, por ser uma língua árabe.”*

Amira transita entre si e o outro, e assim é possível diferenciar-se. A partir das marcas comuns e identificações é possível um enlace e vínculo, porém há também que passar à diferenciação. Ou melhor, a partir do outro, o que e como é possível ser, singular. A partir desses encontros e da criação de uma história, Amira criou uma ficção para esta costura. *“Deixa uma pessoa falar o que ela realmente quer, na hora que ela quer. Então foram meses*

de conversa para a gente conseguir filtrar as informações que foram utilizadas nessa ficção.” A migração e a guerra foram uma ruptura nas ficções e fixações de si mesma, a partir desses meses de conversa foi possível criar outras ficções dando outros rumos à sua história. Todavia, se diferenciar e ser diferente convoca efeitos no outro. Amira narra então sobre efeitos desses personagens, migrantes, estrangeiros, de sua própria estrangeiridade: “Veja, eu acho que aí entra uma questão também é de como tem diferentes formas de acolhimento para certos grupos. Então quando a gente chegou para conversar com os africanos, a gente percebeu uma resistência maior e foi compreensível. Eu digo assim, que foi um tapa na cara no começo, porque eles diziam você vai vir, fazer o quê? Você vai me entrevistar, você vai pegar o que você quer e vai virar as costas, como todos fizeram aqui na minha casa, eu já recebi jornalistas, a televisão já veio filmar, já veio entrevistar e nada mais do que isso. Então ele sentiu uma falta. (...) Que certos grupos aqui no Brasil, de refugiados, eles não têm, a mesma ajuda que outros. Então isso a gente, a gente notou essa resistência.”

Racismo, estigma, abuso e vulnerabilidade emergem na narrativa sobre determinados grupos de migrantes por parte do país de acolhimento e o quanto isso diz sobre as construções discursivas coletivas pré-existentes que são então expressas e projetadas na figura do migrante. Amira aponta para relações que colocam o refugiado em categorias de “merecimento”. Aqueles que “*não têm a mesma ajuda de outros*”. Uma diferenciação no acolhimento, que também apresenta um potencial abusivo. Aqueles que são “*pesquisados*” a quem se tira o que se precisa e os deixa com “*uma falta*”. Amira, através da possibilidade de falar do que foi tirado do outro, remete às privações que vivenciou na sua experiência migratória. O que foi tirado da família, o lugar de pertencimento, a união familiar agora desmembrada.

E revela parte de seu desejo ao anunciar que “*a A., ela abre as portas, mas eu falo que eu vou levar os irmãos dela juntos. Eu gostaria que eles escutassem aos outros grupos também, que estão aqui pertinho de nós e que hoje fazem parte da população Brasileira.*” A. e os outros personagens são mencionados, e ela traz seus irmãos com ela. Uma saída simbólica para a realização de um desejo inconsciente de unidade familiar já sinalizado anteriormente na entrevista.

Racismo, xenofobia, o estranho, o diferente que convoca o outro do lugar que o recebe. Não se passa despercebido, é o outro de outro lugar que está dentro, presente e que coloca este presente em questão. O racismo e a xenofobia são efeitos dessa impossibilidade de lidar com o estranho do outro e em mim mesmo. Presença que convoca o grupo em suas identificações. Durante a entrevista, Amira conta dos livros escritos, foram lançados 3, um sobre A. a menina do Médio Oriente, outro sobre R. e ainda o terceiro sobre a O - personagens da América central e África. Aponta para as diferenças do refugiado em termos de aceitação *“Isso a gente percebe, inclusive na aceitação dos livros que já foram lançados. Já foram lançados 3 e nenhum dos 3 é e nenhum dos outros 2 conseguem chegar, por exemplo, a nível de A. em aceitação. Eu tenho essa hipótese (...) a gente tem um tratamento diferenciado, por exemplo, já dos brancos”*. Aponta para esses grupos que marcam uma diferença e sofrem rejeição.

O diferente é aquele que também sinaliza possibilidades outras de existir. O encontro com outros grupos parece ter evocado essas possibilidades em Amira quando expressa em sua narrativa: *“a gente não consegue acessar todas as outras violências que acontecem no mundo, então a gente precisa sair dessa redoma” “Eu entendo assim que pra a pessoa ser um Peer, ela tem toda uma trajetória que ela tem que passar. Ela tem que conhecer, tem que estudar (...) pra gente combater muitos dos estigmas, estereótipos e a gente precisa fornecer informação.”* Experiência que precisa ser vivenciada e conhecida por si, passar por uma trajetória consigo mesma para sair dessa redoma, para avançar desse lugar antes fraturante para possibilidades outras.

Desconstruir e *“sair dessa redoma”*, *“Migrando de um lugar pro outro tendo as suas casas levadas, sendo mortos, assassinados, desrespeitados dentro da sua natureza. Então, uma coisa leva a outra, então um Peer (...) vai precisar trabalhar todas essas questões, todas essas eleições durante esse processo, para chegar onde ele está e o que a gente chama de faces sociopolítica do sofrimento, certo? (...) E tem muitas para ir quebrando, redoma por redoma, pra gente chegar nesse personagem histórico atual, que é o migrante refugiado.”*

Conhecer de si, costurar as fraturas, fazer pontes através da linguagem, desconstruir e *“quebrar”* as redomas. Amira aponta para a forma-ação. O Peer é alguém que forma-se no

processo da ação. E também desen-forma-se da forma, da “redoma”. *“E também, acho que é super importante que a pessoa tenha essa disposição de trabalhar com o encontro com a diferença, uma pessoa que não tem essa disponibilidade de trabalhar com o diferente, e aqui são tantas diferenças, nem deveria arriscar trabalhar dessa forma ou com com esses objetivos. Então essa disposição de trabalhar o encontro com a diferença. E aí que está o ponto da conexão!”*

Amira encontra a si mesma quando se permite aceder à sua estranheza e estrangeiridade própria. Conteúdos inconscientes que foram evocados e convocando Amira a um trabalho de elaboração que a partir daí pode ressignificar e apropriar-se das transformações identitárias. Ser uma Peer foi um processo em que pode ler as “portas” abertas e atravessar essas ficções e fixações que lhe eram atribuídas. Fez pontes, costurou e atravessou as barreiras que a prendiam em uma “redoma”. Amira é... psicóloga, escritora, e outras versões que quiser ser.

A leitura interpretativa da entrevista no grupo de intervisão deixou a sensação de um processo de transformação gradual, progressivo, não abrupto. Um dos membros do grupo resumia assim o trabalho em que Amira se encontrava envolvida: “ela conseguiu avançar do sintoma e ser desejante”.

Análise da Entrevista de Amira - A língua materna e o resgate da própria história.

Temas importantes do processo em se tornar um *Peer* emergiram da narrativa de Amira durante a entrevista. Durante a leitura/ escuta e discussão da entrevista emergiram ao grupo interpretativo temas a serem analisados como: a língua materna e o resgate da própria história.

No caso de Amira, a língua materna era a marca comum pela qual a procuravam. Num país de acolhimento, poder falar a própria língua no caso dos migrantes, foi colocado como uma possibilidade de endereçar uma demanda a uma escuta de acolhimento desses sofrimentos. *“aqui temos uma família Síria ou um jovem Síria, ou uma moça Síria que precisa*

de atendimento, mas não fala o português ou fala muito pouco, se é que você pode atender, é (...) então, na verdade, foi uma identificação que o grupo fez.”

Vale ressaltar que a língua materna está relacionada às primeiras identificações. Falar na língua materna tem suas implicações, falar uma segunda língua também. De um lado a língua familiar permite acessar lugares que evocam afetos e memórias que se referem a uma alteridade reconhecida. Ela se faz instrumento para um dizer de si quase como num jogo de cartas marcadas em que o sujeito sabe do efeito que quer provocar no outro que o escuta. A segunda língua exige mais cautela, o sujeito faz seu uso num território desconhecido e imprevisível. As palavras se emprestam mais facilmente e se mostram versáteis aos intuitos já que a forma na qual elas precisam aparecer não é inteiramente dominada. Usar uma segunda língua permite uma escolha criteriosa, ou não. A fala da língua materna se regurgita. Na clínica, a escolha da palavra tem seu valor e sentido também em função do lugar no qual o sujeito se encontra em relação à língua.

A língua Materna

Segundo Melman (1992) saber uma língua é diferente de conhecê-la. Saber uma língua quer dizer ser falado por ela e o que ela fala em você se enuncia a título do *Je*, do eu-agente. Uma posição subjetiva em um discurso. Conhecer uma língua requer uma tradução mental, falamos mais do mesmo lugar, nos comunicamos, narramos. A língua que se sabe é a dita materna. “a língua materna é aquela na qual, para aquele que fala, a mãe foi interditada” (p.32). É o objeto interditado que se torna uma língua materna para nós, fazendo dela o nosso *heimlich* (*o estranho e familiar*) e em sua ambivalência de algo que é estranho, que resiste à significação e que permanece “desconhecido”. (Freud, 1919)

O Estranho, “*Das Unheimliche*”, conceito desenvolvido por Freud (1919), se refere à sensação de algo familiar que se torna assustador ou inquietante. Ele explora o paradoxo entre o que é “heimlich” (familiar, seguro) e “unheimlich” (estranho, desconhecido), sendo este último uma sensação de desconforto ao se deparar com algo que deveria ser familiar, mas

causa estranheza. Freud aplica esse conceito a experiências de medo ou ansiedade, como quando um objeto ou situação nos parece simultaneamente reconhecível e perturbador, como o caso de duplicidade ou coisas que remetem ao inconsciente reprimido. É um conceito psicológico importante, relacionado à repressão, ao inconsciente. A língua materna, assim, é aquela familiar, conhecida, mas que também diz dos conteúdos reprimidos e inconscientes, estranhos à consciência.

A interdição remete à impossibilidade de tudo dizer, de ser completamente conhecido e compreendido. A língua materna é aquela na qual, graças ao jogo do significante, se dá a escutar parte do desejo do sujeito, parte daquilo que é impossível falar completamente.

“E eu percebo assim que a língua materna, ela realmente (...) é importante. Eu acho que é. É a língua materna, é uma linguagem do acolhimento, né? Então, tem uma outra pessoa aqui do outro lado do mundo. Que compartilhe algo da minha história em comum, sabe? Ainda que eu não tenha compartilhado do mesmo evento traumático, mas eu consigo entender esses significantes da linguagem. Eu percebo que isso facilitou muito nos atendimentos. Na inclusive, pessoas que tinham muita resistência com outros profissionais quando chegavam até mim eu vi aqui assim que a linguagem, ela abria muitas portas.”

As experiências compartilhadas na entrevista, tocaram na questão da língua materna e reconhecimento de traços culturais como via de aspectos identificatórios como importantes pontos nesse processo de “reconstrução” subjetiva. Na migração forçada há vários aspectos relacionados às perdas. Perda de referenciais simbólicos, da pátria, de questões culturais, laços que se rompem, perdas de partes de si mesma como Amira deixa emergir na entrevista. Essa distância de quem se era e quem se deseja ser. A guerra que irrompe em seus países força a mobilidade nem sempre antes desejada. A violência que impera tem também consequências físicas, perda de partes de si e transformações de partes do próprio corpo (queimaduras, mutilações e amputações). Momento de intenso sofrimento e desorganização psíquica. Para alguns, a possibilidade de endereçar uma narrativa a alguém na língua materna pode representar um mínimo de estabilidade, um primeiro passo para uma aposta na reconstrução de laços sociais, no resgate da confiança no outro até então perdida.

Amira se refere à importância do vínculo com a língua materna com aqueles que vivenciaram experiências traumáticas e parece que as questões relacionadas à essas experiências não são necessariamente uma prioridade no início do processo de acolhimento, tratamento e recuperação. O mais urgente está anterior a esse momento e talvez por isso o resgate de identidades mais arcaicas da constituição subjetiva sejam necessárias. O poder se expressar para um mínimo de reorganização psíquica nesse lugar país outro faz função de ancoragem.

Amira também menciona a questão do vínculo como um importante ponto para estabelecer qualquer laço para o início de um apoio emocional e psicológico. Ao pensar no deslocamento forçado como um momento de intenso sofrimento psíquico relacionado à perdas e suspensão psíquica. Denomino aqui suspensão, referindo-me às suspensões das leituras anteriores de mundo. Que deram um sentido à vida e que agora, no estrangeiro, esses quadros simbólicos já não desempenham a mesma função, já não é possível ler esse lugar outro com os mesmos recursos que se tinha antes. É um sofrimento do nível de uma suspensão de si, onde os recursos estão suspensos.

Segundo Rosa (2010) os abalos identificatórios afetam especificamente o eu, seja no registro imaginário (eu ideal), seja no registro simbólico (ideal do eu). E destaca o momento do deslocamento como de suspensão das certezas simbólicas e imaginárias do Eu. A autora denomina esse momento de desamparo psíquico. Quando essa suspensão opera e o indivíduo se encontra desamparado psiquicamente.

No plano imaginário, o migrante enfrenta a perda da própria imagem. Todos nós somos moldados através da interação com os outros, das imagens, dos comportamentos imitados e aprendidos. É através dessa relação imaginária que construímos a nossa auto-imagem. Estar em um país estrangeiro significa também confrontar-se com diferentes imagens de existência. No exterior, o desconhecido e o diferente desafiam o indivíduo a enfrentar sua própria estranheza, estrangeiridade e diferença, levando-o a reavaliar suas identidades imaginárias. Construir novas identidades e uma nova imagem de si mesmo a partir da interação com outros agora diferentes pode ser um momento de profunda desorganização e sofrimento.

O migrante se vê assim ainda mais vulnerável na relação com o outro que o recebe. A vulnerabilidade se dá nesse nível de suspensão dos recursos como também na relação com um outro que tem certo poder sobre sua vida. A dependência de um outro que o acolha e ajude promove um lugar de vulnerabilidade.

“(...) por exemplo, estigma com grupos negros, depois com povos originários, depois com LGBT, você vai chegar na questão dos migrantes, porque uma coisa está relacionada a outra, né? Então a gente tem os nossos próprios refugiados dentro do nosso país, os povos originários, por exemplo, eles perdem a sua própria Terra e vivem como refugiados, né? Migrando de um lugar pro outro tendo as suas casas levadas, sendo mortos, assassinados, desrespeitados dentro da sua natureza.”

A presença do migrante coloca em questão a unidade do grupo. As relações e as renúncias estabelecidas no grupo para construir uma identidade, é então colocada em questão pela presença de um estranho que não é parte do grupo e que ainda não faz parte desse lugar. A agressividade então, fruto das renúncias recalcadas, é projetada na figura do estrangeiro. Amira lembra os grupos que também sofrem com as violências e violações de seus direitos e aponta, que são todos estrangeiros mesmo que na própria terra.

Para Freud (1930) o conflito entre os instintos humanos e as exigências da civilização gera uma insatisfação constante. A repressão dos impulsos agressivos, necessária para a convivência social, frequentemente redireciona essa violência para fora, criando tensões coletivas. Essa dinâmica é particularmente pertinente para entender os conflitos contemporâneos, onde disputas geopolíticas, econômicas e culturais revelam a fragilidade das estruturas civilizatórias. As guerras modernas não apenas evidenciam o fracasso em conter a agressividade humana, mas também amplificam desigualdades e traumas, intensificando o mal-estar coletivo. Nesses contextos, o aniquilamento do outro se torna uma forma de descarregar conflitos internos, manifestando-se em atos de violência interpessoal e coletiva. Nessa dinâmica, o outro é reduzido a um objeto a ser eliminado, negando-se sua subjetividade e sua humanidade.

Na perspectiva psicanalítica, esse processo reflete não apenas a projeção dos próprios impulsos destrutivos, mas também a dificuldade de lidar com a alteridade. O contato com o diferente desafia a coesão do "eu" e reativa angústias primitivas. Essa alteridade é frequentemente simbolizada pelo estrangeiro, pela mulher ou por qualquer figura que represente uma ameaça à identidade coletiva do grupo. O estrangeiro e a mulher, marcados simbolicamente e, muitas vezes, fisicamente, encarnam essa diferença que deve ser excluída ou eliminada para manter a ordem e a estabilidade do grupo dominante. Esse processo reitera o medo do "outro" e reforça estruturas de opressão e exclusão.

A alteridade se manifesta no diferente, no estrangeiro, naquele que representa uma existência percebida como ameaçadora ao grupo coletivamente identificado. O estrangeiro e a mulher, cujos corpos carregam marcas simbólicas e sociais, personificam essa diferença destinada à exclusão ou eliminação. Essas figuras se tornam alvos de processos de desumanização e apagamento, refletindo o desejo de proteger a coesão e a identidade do grupo dominante, mesmo à custa da aniquilação do "outro".

Para aqueles que além das violações citadas no país de acolhimento e que vivenciaram conflitos, perderam muito, se deslocaram geograficamente e se encontram nesse momento em que o simbólico ainda não faz função, a aposta na humanidade foi também perdida. Apostar no laço com o outro é ainda muito difícil. O testemunho e quem escuta o testemunho é uma possibilidade de talvez restabelecer essas primeiras conexões novamente e também de reeditar a própria história e ancestralidade no caso daquele que escuta, aqui então de Amira.

O resgate da própria história

No caso de Amira, não apenas se editou uma narrativa geracional em manter a sua ancestralidade, como também foi possível fazer dessa história (p)regressa um ato de aposta na humanidade e na construção de sua própria trajetória. Um giro a partir da marca inicial, que é ainda parte de si mas que diz agora mais de si do que do outro. A ancestralidade e o testemunho em psicanálise são conceitos que exploram a maneira como as experiências e

memórias de gerações passadas influenciam a psique individual. Esses temas são importantes para compreender como os legados familiares e culturais impactam as subjetividades. A ancestralidade refere-se às influências e heranças transmitidas através das gerações.

Explorar a ancestralidade e o testemunho em psicanálise permite uma compreensão mais rica e profunda do indivíduo, considerando a complexidade das influências familiares e culturais que moldam a psique humana. As histórias e narrativas passadas de geração em geração podem moldar a identidade e os valores dos indivíduos.

Caruth (1996) ao trabalhar as experiências de sobreviventes de guerra e memória, relata o duplo “trauma” dos sobreviventes. O da perda e do horror da experiência e também o peso de sobreviver e carregar essa memória. No centro dessas histórias há, portanto, um testemunho enigmático não apenas da natureza dos eventos violentos, mas também do que, no trauma, resiste à simples compreensão. O trauma é o encontro com a morte ou a experiência contínua de ter sobrevivido a ela? No centro dessas histórias, a autora sugere, há, portanto, uma espécie de narração dupla, a oscilação entre uma crise de morte e a crise correlativa da vida: entre a história da natureza insuportável de um evento e a história da natureza insuportável de sua sobrevivência. A profunda ligação entre a morte do ente querido e a vida contínua do sobrevivente. É a da história da vida de alguém com a história de uma morte, uma dupla narração impossível e necessária, que constitui seu testemunho histórico. Também podemos ler o discurso da voz aqui, não como a história do indivíduo em relação aos eventos de seu próprio passado, mas como a história da maneira pela qual o próprio trauma está ligado ao trauma do outro, a maneira pela qual o trauma pode levar, portanto, ao encontro com o outro, por meio da própria possibilidade e surpresa de ouvir a ferida do outro.

De acordo com Caruth, em um contexto de guerra, o trauma também é um trauma coletivo, compartilhando experiências e silêncios. A possibilidade de ser compartilhado já que não é possível esquecer, mas não necessariamente inteiramente compreendido, é o que pode abrir espaço para uma criação. Esse aspecto é apresentado no conteúdo da narrativa de Amira. O crono&lógico, o distanciamento entre o tempo de quem se foi e de quem deseja ser, uma fratura temporal. E encontra então na literatura uma possibilidade criativa para uma ponte aproximando esse distanciamento. Coletar histórias e costurar as suas.

Koltai (2016), arguindo sobre o testemunho dos sobreviventes de atrocidades de guerra e da análise da literatura produzida por estes como ferramenta terapêutica, afirma que além do elo com os mortos a permanecerem “vivos”, é como também uma resistência à destruição das marcas da civilização, o que insiste ao pertencimento à espécie humana. Um protesto à desumanização. Pontua também que os sobreviventes evocam os grupos aos quais pertencem e que garante de alguma maneira um laço incondicional. O outro do mesmo grupo, e aqui fazemos uma associação com o *Peer Supporter*, quem assume a função de testemunha do testemunho, funciona nesse momento do encontro como uma função analítica no sentido em que pode ouvir e “sustentar a palavra do amigo permitindo-lhe voltar à vida?” (2016, p. 27). A presença então do outro, do Peer, funciona como garantidor da alteridade, intermediária e provisória mas indispensável neste encontro do eu e do outro.

Segundo Koltai (2016), entende-se esses testemunhos como um misto de confissão e reflexão que o sujeito faz de si e enquanto produção política humana sobre os efeitos da violência da história sobre a subjetividade humana. Lida-se com um sujeito histórico, detentor de uma história testemunhando então a relação de sua história individual com a História do mundo. O Testemunho assume um lugar de transmissão contribuindo para que as experiências não sejam esquecidas, mas que possam se desprender do acontecido e avançar a partir de então.

Assim, Amira sendo uma Peer e escutando o outro, pode ressignificar sua própria história e fez disso uma construção ímpar. Ser uma psicóloga, escritora que promove então as histórias outras, da voz desses que foram silenciados no passado, pode assim dar lugar e valor de vida aos mortos da guerra da sua história individual.

A entrevistada é uma mulher, originária da Síria, mas que reside na Jordânia após o seu deslocamento forçado como resultado do conflito armado. Tem 43 anos. A entrevista começa da mesma maneira que a primeira e outras entrevistas, com a pergunta: “Poderia começar se apresentando e compartilhando sua experiência no Apoio entre Pares?”

A entrevistada, diferentemente da primeira narrativa, inicia seu relato situando-se via sua condição física. *“Sou cega por queimadura e estou trabalhando para treinar e reabilitar mulheres cegas na Jordânia.”* Eida define-se a partir de um lugar discursivo relacionado à sua marca física fruto de um evento traumático consequente da guerra imposta em seu país. Emerge a partir de sua narrativa, a dimensão dessa experiência vivida, tão intensa e com marcas que carregara para o resto de sua vida. Experiência essa que marcou Eida psicologicamente e subjetivamente a ponto de ter que se re-definir a partir de então. Hoje é *“cega por queimadura”*, a primeira afirmação colocada e que direcionara muitas das suas escolhas a partir de então e, considerando a narrativa uma expressão de suas questões psíquicas, a entrevista é também marcada por esses pontos.

Eida, ao falar do outro, revela aspectos inconscientes de si mesma, possibilidade de expressar tamanha dor, difícil de ser articulada em primeira pessoa, mas expressa-se quando relata o que os outros sentem: *“Eles têm depressão, eles têm ansiedade, eles têm o estresse. Estão a pensar muito no futuro. Não têm esperança. Eles não têm nada a fazer e eles só se concentram nas coisas negativas e também não são independentes. Querem estar com os outros a apoiá-los. Por isso, a minha responsabilidade é, em primeiro lugar, dar-lhes espaço, falar sobre as suas preocupações e falar sobre os seus medos.”*

Depressão, ansiedade, preocupação, medos. “Ver” não é mais possível quando depende-se e aliena-se a um outro opressor. Mas, falar sobre os medos abre espaço para significação. A partir de sua experiência, Eida passa então a trabalhar na reabilitação de outras mulheres, mas aponta também um traço importante: *“especialmente aquelas que ficam cegas, quando são jovens, não na infância.(...) que isso preocupa-me neste domínio.”*

Durante a entrevista Eida afirma que as raparigas do centro sofrem psicologicamente, não só no processo de reabilitação física. Emerge nesse momento um processo extrínseco e intrínseco de Eida. Ao trabalhar com mulheres que sofrem psiquicamente e precisam de se reabilitar, Eida está também falando do seu próprio processo desde o evento. Através do outro, ela diz de si mesma e do sofrimento que vivenciou. E não é qualquer experiência, são mulheres que experimentaram a perda da visão fruto da violência. Aponta a diferença de uma criança que nasceu sem a possibilidade de ver. Aqui, Eida nos apresenta a dor de ter sua “visão” tirada pela violência sofrida. A guerra rouba a sua visão de mundo. O mundo antes da guerra não existe mais e além de tudo que perdeu, lhe é violentamente tirado o direito de ver novamente. Reabilitar é também reabi(li)tar a si mesma.

Um processo de re-ver e re-habitar-se após sobreviver a um Outro¹ que pode tirar-se de si mesma. Eida nos aponta um sofrimento que é quase impossível compreender a dimensão daqueles que sofrem. E assim, ela que vivenciou o mesmo, pode “*preocupar-se*” com o outro. Algo que talvez seja mesmo difícil àqueles que “veem” mas não podem enxergar além.

Eida durante sua narrativa relata da importância do apoio psicológico que recebeu e que agora *“É por isso que eu estudo mestrado em psicologia educacional e começo a trabalhar nisso. Também tenho um curso com a ‘B.’ sobre aconselhamento de pares que me apoia e me dá muitas informações sobre aconselhamento entre pares e apoio psicossocial. Eu trabalho agora e também na universidade.”*

Esse breve resumo de sua experiência evoca a relação com a marca e um giro subjetivo realizado no seu processo em ser uma Peer. Foi possível se reorganizar e se apropriar ou podemos aqui resgatar a palavra colocada por Eida – reabilitar e reabitar a si mesma, possibilitando uma posição subjetiva outra nesse lugar discursivo, antes determinado

¹ O conceito de "Outro" (com "O" maiúsculo) foi introduzido por Jacques Lacan durante os anos 1950, mais especificamente no Seminário 2: O Eu na Teoria de Freud e na Técnica da Psicanálise (1954-1955). É nesse período que Lacan começa a sistematizar sua teoria sobre o "Outro" como parte fundamental da estrutura simbólica, que se desenvolve mais plenamente ao longo de sua obra. O conceito de "Outro" em Lacan se refere a uma alteridade radical, distinta do "outro" com "o" minúsculo, que designa o semelhante ou o interlocutor. O "Outro" com "O" maiúsculo é o lugar simbólico onde se inscrevem as leis, a linguagem e as normas culturais. Ele representa o campo do simbólico, sendo a instância que estrutura o desejo e a subjetividade. O sujeito busca sua constituição a partir do Outro, mas nunca pode se identificar plenamente com ele, o que gera uma falta estrutural no sujeito.

por outros. Determinado por outros em um lugar de mulher socialmente construído e determinado por outros quando lhe tiram o direito de existir e de enxergar. Eida recomeça com essa questão da condição física e o trabalho de Pares, e depois avança, vai estudar e se desenvolver na psicologia sendo que hoje tem uma função na Universidade, para além do Apoio entre Pares.

Essa mudança apontada pela narrativa foi um tema discutido durante a análise dessa entrevista no grupo de intervenção. As possibilidades de saída desse lugar de Peer, como Eida avançou e ‘enxergou’ caminhos para além da marca e limitações impostas. Ser Peer foi um giro subjetivo mas avança-se e enxerga-se para além da miragem no espelho. A relação com outros pares foi um caminho apontado por Eida na sua reabilitação, mas ao se re-habitar, pode ver além do espelho, além da relação imaginária, pode desejar e criar. E o desejo deslizou, tateou possibilidades outras, estudo, e hoje tem função na Universidade.

A participante pára de falar após esse breve relato. Então pergunto se poderia compartilhar mais sobre a experiência com a cegueira e queimaduras, como isso aconteceu em sua vida? A entrevistada a partir desse momento muda para o árabe e convoca a tradutora no processo. Essa mudança de língua nesse mesmo momento que passa a relatar a experiência passada despertou pontos para análise no grupo de intervenção. Falar da experiência traumática na língua materna e com a ponte do mediador intercultural pode apontar para uma possibilidade de dizer algo frente às (im)possibilidades de dizer do trauma. Emerge também a importância da possibilidade de transitar entre línguas, entre espaços narrativos e entre “mundos”. Falar da experiência íntima e violenta, essa ambiguidade e ambivalência, parece ser mediada por Eida na língua materna. Aparece aqui a Eida “de lá” e a Eida “de cá”. Lá no passado, na Síria, fala-se árabe. Aqui, na Jordânia, essa Eida “outra” pode “enxergar” outros caminhos e outras linguagens. Lá onde foi oprimida, violentada e roubada, não é possível enxergar outros lugares subjetivos. Mas talvez, essa foi a possibilidade de avançar dessa história dolorida.

Foi interessante perceber que a primeira resposta dada à pergunta inicial diz do seu lugar de Peer mas nada compartilha da sua história pessoal e experiência da queimadura e limitação visual consequência da violência. Podemos pensar que foi uma dificuldade de

tradução, mas também, o que essa “dificuldade” possibilita nessa “saída” ou “evitação” em narrar sua experiência traumática. Talvez essas lembranças ainda queimem em Eida, e talvez não seja assunto para uma entrevista e sim para uma análise. Ou, pelo contrário, talvez já tenha superado e elaborado a experiência que hoje já não é mais algo importante a ser relatado, quem se é hoje se torna o principal em sua narrativa. Mas o ponto importante aqui, é que algo da experiência pessoal e singular é constantemente evocado no encontro de Pares. Aceitar a condição atual para poder seguir emerge então como um ponto essencial da narrativa de Eida.

“É preciso apoiá-los a aceitar suas deficiências. Ela tenta ensiná-los usando muitas ferramentas que podem ajudá-los a se adaptar para lidar e ser mais independente, como às vezes usando alguns aplicativos inteligentes no telefone, como ler usando aparelho/ o dispositivo e também como usar o stick branco que pode ajudá-los (...) a dar-lhes acesso. Começou a pedir-lhes que a seguissem como modelo e que a vissem como reagia com muitas situações e com o ambiente. Então, neste caso, eles verão um modelo em frente deles e como usar essas ferramentas e aplicativos de comando ditorial. Então são coisas que realmente os ajudam a serem mais capacitados e mais independentes.”

A entrevistada continua com a importância de oferecer uma escuta direcionada à singularidade de cada um e que visa o desenvolvimento da autonomia. Um dos benefícios do encontro com o Peer é, segundo Eida, um aprender a se reorganizar novamente e a se tornar independente com essa condição física que impera. A entrevistada salienta a importância de aceitar a sua condição atual e tornar-se independente como fundamental no processo de Apoio entre Pares. A partir da sua própria independência, pode ser então um modelo para outros. Os outros podem ‘ver’ em Eida um modelo e ‘enxergar’ possibilidades para sua própria autonomia e agência.

Continuo a entrevista perguntando então os desafios da sua experiência pessoal. Eida ainda não trouxe as marcas do passado, talvez em uma necessidade minha de entrevistadora, insisti. Ao que me responde: *“Os desafios às vezes são as habilidades de comunicação. Às vezes, especialmente se a lesão for nova, por isso são tão sensíveis que não confiam em nós. Então, por exemplo, eles disseram a si mesmos como alguém com deficiência visual pode me*

apoiar e ajudar? Se nós dois, temos as mesmas deficiências, como eles podem nos ajudar? Por vezes recusam-se a mudar-se, recusam-se a sair. Recusam-se a ouvir. Eles são tão sensíveis.”

Aqui novamente a experiência pessoal é a experiência em ser um Peer, sem associar algo do anterior desse lugar. Todavia, ainda assim, nesse momento da entrevista emerge um conteúdo importante e diferente das outras entrevistas. Nessa narrativa de Eida a identificação com um par com a mesma deficiência fez com que se questionassem se o apoio oferecido seria eficiente. A limitação da ordem visual, diferente das outras marcas, foi um ponto de dúvida e não de aposta por parte dos que recebem o apoio. Apostar nesse laço com um outro sem essa construção imaginária de “eficiência” foi um desafio. Esse é um ponto que emergiu como tema na análise. A relação (im)possível no encontro com o outro. O que não seria presente em qualquer encontro humano?

Continuo então com a pergunta de como ela, quando não confiam e questionam o seu potencial de poder prestar apoio por causa da deficiência, se sente com essa falta de confiança. O que convoca em Eida esses questionamentos do outro? Durante a entrevista ela aponta a necessidade de esperar e oferecer espaço para essas questões, saber se comunicar e acolher essa angústia do outro emergem como base da aposta nesse laço. *“Basta dar-lhes espaço. Ela sabe que às vezes precisam de tempo, precisam de espaço”*. Respeitar o tempo e individualidade de cada um oportunizando um espaço para ser e não apenas responder à urgência que se “adaptam” à nova realidade. Para poder lidar com os desafios é importante ter passado por um processo individual com a experiência, não só física mas também psíquica. Passar por um processo de supervisão e apoio psicológico para além do treinamento formal, surgem como sugestões essenciais. Mas o que evoca aqui, da narrativa é o seu processo de se aceitar. A projeção no outro da dúvida, desacreditar e até de tentar diminuir o outro, são efeitos das próprias fragilidades, angústias e incapacidade projetados na figura do Peer. *“O mais importante é que o Par se aceite primeiro. Como ele pode lidar com os desafios que enfrentou.”* A partir do encontro com esse outro que a convoca em seu lugar de saber, é necessário que tenha já trabalhado as suas inconsistências próprias.

Ao expressar que “*é importante também ter um bom conhecimento sobre os serviços disponíveis e as ferramentas. Isso pode ajudar a fornecer apoio a outros pacientes e também ela / ele deve ter uma boa capacidade de comunicação, porque a comunicação às vezes não é fácil. Portanto, (...) é importante saber como você se controla quando recebeu algum tipo dessa pergunta.*” Eida esta também dizendo e apontando sobre as ferramentas psíquicas de se separar e não ser tomada pela projeção do outro. As perguntas vindas do outro podem colocar em questão os conteúdos daquele que oferece o apoio.

Pergunto então como ela trabalhou e desenvolveu essas questões colocadas e o que mudou na sua vida depois de se tornar um par? Qual é a diferença hoje em dia?

“*O aconselhamento Peer, algumas habilidades, começam a fazer parte da sua personalidade, como por exemplo, agora estou ensinando alunos na universidade e nem todos eles têm incapacidades, mas às vezes eles têm um problema. Assim, a minha experiência ajudou-me a apoiá-los e a ajudá-los a gerir os seus desafios ou problemas, porque penso que o aconselhamento entre pares começa a fazer parte da minha personalidade, não só quando estou a prestar apoio Peer to Peer.*”

A experiência em se tornar um Peer e no trabalho com outro par vai tendo efeitos em ambos. Um *Peer Support Worker* vai então incorporando aspectos dessa relação com o outro e reconstruindo-se indentitariamente. O encontro com o outro, os aspectos identificatórios e as possibilidades de saída e criação surgiram como temas significativos para a análise na narrativa de Eida.

Eida encerra a entrevista pois precisa atender. Finaliza. Não houve muito espaço para compartilhar a experiência do conflito e que a levou a essa condição atual. Parece mesmo que ser um Peer faz parte da personalidade. É o que é hoje, o que aconteceu não foi conteúdo possível para análise da investigação. Todavia, independente desse tempo outro, é no presente que se (a)presenta e se situa discursivamente. E termina então a entrevista dizendo que hoje é psicóloga e gerencia a parte de saúde mental do centro. Ou seja, fez um giro subjetivo e segue outra de maneira também outra.

Análise da Entrevista de Eida – O encontro com o outro e a relação (im)possível

A entrevista com Eida revela um aspecto interessante do trabalho de pares, esse encontro com um outro com efeitos em ambos que não aparece apenas nesta entrevista. No entanto, a saída e construção após o Apoio entre Pares emergiu como um tema que nos convocou no grupo de intervisão para análise e discussão. Da mesma maneira que, para Eida, o processo levou um tempo até que pudesse fazer um giro subjetivo e escolher, a partir de sua interdependência, fazer “outra” coisa, ela aponta como é importante não estabelecer prazos para que aquele que recebe o apoio se reorganize ao contexto. Esse encontro entre pares não visa apenas a interdependência, mas também, com base no relato de Eida, respeitar o tempo e singularidade de cada um. Denominaremos os temas singulares que emergiram a partir da narrativa de Eida como: o encontro com o outro e a relação (im)possível, bem como as possibilidades de saída e criação.

O encontro com o outro e a relação (im)possível

Identidades que se encontram, identidades que adquirem um sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelas quais são representadas. A representação atua simbolicamente para classificar o mundo e suas relações com os outros. (Woodward, 2011) Quando dois indivíduos de países diferentes se encontram, trazem consigo toda sua leitura de mundo e sistemas simbólicos próprios, incluindo o lugar discursivo dado às questões de gênero e da deficiência física.

Eida, uma mulher, Síria, estrangeira, cega, carrega todas as representações simbólicas colocadas culturalmente a essas classificações. Como ela mesma relata, há uma desconfiança de como ela será capaz de apoiar outros com essas representações que são entendidas como limitações. Um lugar subjetivo de menos valia foi dado a Eida, com todas essas características que socialmente a desqualificam. A relação com pares aparece em cena como uma possibilidade de se atravessar essa fantasia de submissão e destituição. É a possibilidade de se dessilenciar.

As relações de poder e as tendências complementares de dominação e submissão emergem no tecido das interações sociais, sendo moldadas e influenciadas pelos sistemas de organização político-social de cada período histórico. Observações sobre esse entrelaçamento entre as determinações sócio culturais e a construção individual e familiar dos vínculos, sempre permeados por laços de poder e violência, são inevitáveis quando abordamos relações discursivas e encontros entre humanos.

Aqui é interessante resgatar os estudos de Jessica Benjamin (1998) sobre reconhecimento e intersubjetividade. Na concepção da autora, dois sujeitos ativos, “podem trocar, podem se alternar em expressar e receber, co-criando uma reciprocidade que permite e presume a separação.” (p.29) Relação de semelhança/ diferença, em que nenhum é colapsado no outro. O reconhecimento do outro enquanto semelhante com valor de humano mas diferente de si é o que possibilita um espaço entre, e que esse outro não seja então colonizado, evita o desaparecimento do outro.

Seguindo o pensamento da autora, a identificação, é base da constituição do sujeito, e parte também das futuras relações com o outro. Quando então mediada pela expressão simbólica, a identificação pode tornar-se uma base para a compreensão do outro enquanto diferença e não um colapso de diferenciação que correria-se o risco de exclusão ou colonização para o controle do diferente.

Frosh e Baraitser (2014) advertem que apenas ver o outro como diferente não é suficiente. Pelo contrário, isso pode inclusive ser uma defesa contra o reconhecimento da relação onde ela existe e ser uma fonte de “ódio” social, em particular quando o “diferente” surge como “estrangeiro”, no ódio étnico e racista. A idéia de reconhecimento para o autor, envolve a existência de uma diferença real, há um outro que não pode ser transformado no “mesmo”, invadido ou incorporado. A diferença que marca a presença de uma falta, falta de completude, é o que permite a singularidade. E aqui, em termos lacanianos, a marca radical da diferença e a base da singularidade, base também das identificações. (Lacan, 1961)

Ou seja, é a partir desse espaço de fronteira, da diferença entre um e outro, que se é possível ser e ser valorizado pelo que se é. *“Dar-lhes espaço. Ela sabe que às vezes precisam de tempo, precisam de espaço. (...) apenas passo a passo se comunicar com eles muito bem”*

para reconhecerem e aceitarem suas próprias deficiências e a partir de então enlaçar com o Peer. Justamente por não ser possível ser totalmente conhecido pelo outro, sustenta-se um espaço para a diferença. A dúvida inicial sobre a eficiência de seu apoio, já que sua marca é ‘visivelmente’ colocada em questão, parece também oferecer a abertura para a questão de que não se é totalmente conhecido pelo outro.

Mas responder ao olhar do outro, ao desejo do Outro é parte também das relações humanas, pela via do simbólico. Quando Eida se oferece como modelo a ser seguido e deseja que esse outro Peer a acompanhe para aprender a ser “independente” é essa aposta de desejo que está sinalizando. Mas ao invés de uma alienação a si, é necessário que se opere a separação para que o outro siga seu caminho, e seja independente.

A partir do seu processo de encontros com outros, foi também possível se rever em sua alteridade, com suas marcas e significantes que puderam ser ressignificados. De mulher, com lesão para, sendo agora, Mulher “*Psicóloga que gerencia o centro de saúde mental.*”

Ana nasceu no Brasil, mas já viveu em diferentes países, residindo atualmente na Holanda. Psicóloga especializada no trabalho com migrações e refúgio. Trabalha numa ONG que acolhe refugiados de diferentes países como Eritreia, o Irão, o Iraque, a Ucrânia e outros. É coordenadora de grupos de pares e é também, ela própria, uma Peer Support num projeto de mulheres. Inicia a entrevista respondendo à pergunta sobre sua experiência enquanto Peer.

Explica o principal objetivo do projeto no qual trabalha que *“visa desenvolver espaços de escuta e espaços seguros para compartilhar com mulheres (...). E aí sempre tem também um tradutor, um facilitador, que seria essa ideia do peer também, um facilitador que é da mesma nacionalidade do grupo e que fala o holandês. No nosso caso aqui, ele fala também o árabe ou farsi, o que faz essa ponte entre a líder de grupo.”*

A presença do Peer é também uma presença de mediador intercultural e que faz a “ponte” com quem lidera o grupo. Um espaço seguro para compartilhar com mulheres, o que leva à questão do porque as mulheres, incluindo Ana, precisam de um espaço seguro com outras mulheres? Ana avança e relata as atividades que são oferecidas: rodas de conversas, oficinas de culinária, cultura, dança, apoio individual, ou seja, momentos de partilha onde é possível *“compartilharem conhecimento, mas também para elas aprenderem algo que seja importante para elas a na vida, aqui.”* A possibilidade de alguns pares em transitar em diferentes línguas, os convoca a um lugar de *“ponte”*, mas uma ponte a um lugar *“seguro”*. Uma ponte entre culturas, países, línguas, seria uma ponte também em que Ana está aprendendo a atravessar? Ana ainda não fala holandês e tão pouco se sente *“em casa”* nesse novo país. Os desafios da aculturação ainda estão presentes na vida de Ana. Compartilhar essa angústia de não pertencimento com outras mulheres apazigua essa solidão e oferece uma certa ancoragem ao desamparo. Uma âncora momentânea nesse barco que procura por um porto.

Os grupos são assim, espaços coletivos de apoio, trocas e aprendizados comuns, inclusive para Ana. *“Eu acho que desde que a gente começou a trabalhar na Organização com facilitadores, com essa função, tudo mudou. (...) essas senhoras nos ajudam a entender mais a cultura e adaptar nossas atividades para a cultura. Então entender como que, por*

exemplo, para um grupo árabe, como que é melhor comunicar, como que a líder de grupo deve comunicar (...)”

A língua e a comunicação aparecem também nessa narrativa como protagonistas nesse trabalho de pares. A entrevistada que também coordena grupos, coloca a língua como ponte e a mediação intercultural como um aspecto de compreensão, acolhimento e vínculo. A língua materna surge novamente como relação para potencial aspecto identificatório. A língua materna e mediação cultural aparecem em cena como tema a ser analisado devido ao aspecto importante que diz de Ana. *“(...) Para a gente é importante porque a gente consegue entender melhor a cultura e aí, também para as mulheres que participam. Elas também se identificam mais, ter alguém com quem elas se identificam por ter vivido a mesma coisa, o mesmo percurso ou por poder falar na língua e aí poderem se expressar.”* A língua materna como via para facilitar a identificação e a expressão de conteúdos psíquicos que ainda precisam ser simbolizados e inscritos na cadeia significante.

Ana conta que as Peers ligam para outros pares e que isso quebra algumas resistências. *“Elas que convidaram, elas que fizeram toda essa ponte assim, de me chamar para o grupo, não é? E aí, com certeza, isso permitiu também que as mulheres que quisessem participar, porque já tira aquela barreira da língua de “eu não sei falar a língua” ou até de ver alguém que tenha a mesma história, mas que hoje se comunica bem no novo idioma.”* Ana tem certo aspecto mais tímido e aqui parece revelar uma certa resistência que apresenta em si mesma. Iniciar um contato com outros sem saber falar a língua é antes de tudo se haver com as próprias (in)capacidades. E no entanto, estar vulnerável diante de um outro com a pergunta: como o outro reagirá às minhas limitações e necessidades? Assim, as facilitadoras e Peers aparecem aqui como função também para Ana. Apesar de Ana não ser refugiada, foi migrante em diferentes locais e isso a convoca a se deslocar de si mesma a cada movimento migratório, para além do deslocamento geográfico. Se ver sozinha e vulnerável ao outro pode ser um fator de muita angústia. Angústia que remete às relações de desamparo mais arcaicas do sujeito. A relação de desamparo primordial do bebê quando nasce ainda indefeso, à mercê de um outro que o cuide. A migração parece que impõe esse lugar à Ana e que os mediadores interculturais e peers vão fazendo “pontes” para seu atravessamento de um lugar psíquico a outro.

Mas não sabemos ainda de qual “guerra” psíquica e de quais histórias Ana precisa se refugiar. Emerge em sua narrativa a importância de se sentir segura com outras mulheres, um lugar convoc(a)dor às que se refugiam da guerra e procuram um lugar seguro. Seguro o suficiente para apostarem no vínculo entre elas e convocarem a dor de cada uma para falar, para colocar em palavras, para elaborar parte do que é possível dizer.

E esse facilitador que hoje consegue ter uma vida funcional nesse novo país, como se fosse um modelo a ser alcançado, que os refugiados se identificam e vinculam mais facilmente por ser *“alguém que entende o que eu falo, que passou pelo que eu passei e porque algumas das nossas facilitadoras hoje são líderes de grupo também. Então elas até mudaram de papel e elas que coordenam o grupo todo. (...) Não é porque quando você chega num país, não é tudo tão diferente? Como que vai ser ele e tudo mais? Mas eu tenho alguém que está aqui. E que já está numa outra fase e está compartilhando essa não é a jornada comigo assim, então eu vejo assim que eles servem como esse modelo.”*

Ana aponta algo semelhante das outras entrevistas, o quanto em algum momento o Peer também avança no seu processo subjetivo, faz um giro nessas relações discursivas e que o habitavam. De participante, de “deslocado” para um coordenador, alguém que auxilia outros em necessidade agora. *“E de desconstruir as vezes, os medos ou as tensões, de estar num novo país, um novo contexto.”* No encontro com o outro, trabalha-se questões individuais e a própria história que se carrega, como Ana afirma, se desconstrói para construir um novo, um outro de si mesmo.

Pergunto então como esse processo aconteceu com as facilitadoras que mudaram de papel. Elas escolheram coordenar grupos, o que levou elas a decidirem isso? O que elas compartilham que levou elas a terem interesse de serem uma facilitadora hoje? Ana responde sobre elas e sobre ela mesma *“Eu acho que foi algo muito orgânico dentro da organização, então uma delas ela começou com um participante, e aí gostou da atividade e tudo mais, então a gente convidou ela para ser tradutora e aí ela começou a se sobressair como tradutora. Assim, Nesse período, a líder de grupo convidava ela às vezes para também liderar o grupo. (...) Até que hoje ela esta liderando grupos”*. Embora se referia às Peers, algo de si emerge. Ana também começou na organização como voluntária e hoje é contratada como

Coordenadora de Projetos. O processo “orgânico”, assim como outros relatos, se é nomeado e vai se nomeando nesse processo em ser um Peer.

Nesse processo, foram também sendo identificadas potencialidades por parte da organização. Foram oferecidos apoio e treinamento para que essas líderes e Ana pudessem se apropriar dessas posições e lugares outros que foram trilhando e descobrindo. Ana fala das suas equipes falando também de si mesma, do seu processo em se tornar uma Peer. *“É, eu acho que, assim se colocar como igual e estar disponível para essa troca. Para conectar, para conhecer, para desenvolver relacionamentos e também compartilhar sua experiência. (...) E de ouvir também. (...) é dessa troca também não só com os participantes, mas também com a equipe. Porque aí eu vou colocar meu ponto de vista, ela vai colocar o dela, a gente vai trocando e vendo de que forma que a gente pode desenvolver.”* As trocas e as palavras vão circulando, hora por identificação imaginária, hora por alteridade e diferença. As trocas vão permitido tecer laços nesse tecido social outro, que vão costurando um simbólico com formas novas. Com o ‘pontos’ de vistas vai -se tecendo e vendo a “forma” que pode desenvolver.

Através da identificação, de não se colocar no lugar de poder mas de estar nesse lugar, do igual, mas ao mesmo tempo estar aberto ao diferente, estar aberto às diferenças do diálogo, as diferenças culturais, a ouvir. Uma abertura para a alteridade também em uma construção que parece ser ativa todo o tempo, em cada encontro, em cada processo. De se desconstruir e do refugiado também desconstruir os seus medos nesse encontro e nesse processo de *“uma escuta, de como validar o que as pessoas trazem (...) nesse lugar sem julgamento.”* Um desejo emerge, em não ser julgada. Seria esse medo do qual Ana se protege? O julgamento muitas vezes pesado desse Outro do qual é praticamente impossível existir?

Todavia esse lugar em que Ana está a redescobrir e reorganizar-se, e que no encontro com outras migrantes que passam pelo mesmo, vão se incorporando aspectos identificatórios, é importante não *“se misturar”*, não se perder mais uma vez na ânsia de se encontrar. *“Esse cuidado de entender até que ponto de colocar os seus limites também. Então não permitir com que as pessoas trazem nos grupos que isso me afete. Enfim, que me pese o que sugere algum tipo de também de sentimentos ou emoções em mim assim ruins. Que me prejudica”*

Ana permite-se evocar questões, ao se perceber ainda na transitoriedade da migração, como é possível não deixar essas emoções e aspectos transferencias eclodirem a um nível de dano psíquico? *“Como conduzir um grupo é como desenvolver essa escuta? E as respostas que acho que é a parte mais desafiadora também, uma das mais desafiadoras.”*

Como é para Ana, não só como coordenadora, mas como uma Peer, ouvir essas falas e narrativas, que podem ser angustiantes e das quais provavelmente se ligam aspectos psíquicos desses medos mais arcaicos que emergiram na narrativa? Então continuo a entrevista com a pergunta: Você já percebeu isso acontecer contigo em algum momento, esse peso que você está relatando aqui, de ouvir essas histórias de ainda ‘mexer’ em algo com você?

“Quando eu estava ainda no Brasil estudando migrações e saúde mental de tudo aquilo, entendia as consequências ou como as emoções e tudo o que poderia vir disso. Mas quando eu migrei pela primeira vez, acho que foi (...) Foi viver na pele assim, essa experiência. Agora eu acabei de migrar de novo. Então eu estou aqui de novo, num novo ambiente. E aí acho que, de novo, aflora, todas essas, essas emoções, todos os sentimentos e todas essas confusões assim de novo. Aqui eu não falo a língua, eu falo uma segunda língua que eles se comunicam, mas também não é a língua dos participantes e tudo mais. Então acho que eu me identifico ainda mais com as participantes, porque também estão nesse lugar de não conseguir se comunicar. É de estarem tendo que descobrir como tudo funciona.”

Ana vivencia esse processo regressivo. A migração, o deslocamento se repetem em diferentes momentos de sua vida e na relação com outros migrantes, questões individuais anteriores são evocadas e convocadas em cena. O que foi vivido em experiências anteriores, é editado na relação com o migrante atualmente. Se edita e se atualiza questões próprias. *“eu me identifico muito com as falas que com tudo aquilo que eu acompanho dos grupos e também com a realidade que elas estão vivendo e aí no caso que aconteceu comigo.(...) É muito interessante porque, acho que pra gente é um lugar de encontro. Onde não tem mais uma hierarquia, mas a gente tá ali pra se encontrar também. Então foi interessante.”*

Parece ser um espaço em que as relações de poder ficam diminuídas, por assim dizer. Não que não existam, mas parecem se diluir, um ponto importante que emerge na experiência compartilhada por Ana. Convocando à questão do quanto os migrantes, principalmente

refugiados, sofrem também justamente pelos abusos desses poderes. Seria assim, uma possibilidade, a partir desses encontros, de começar a reconstruir por si mesmos, uma relação com o outro que seja menos opressiva.

Quando se vive uma história em que muito lhes foi tirado, de direitos básicos que foram negados, e uma relação histórica de gerações que sofreram abusos, opressão, violência, guerra, ocupação, reconhecer essa possibilidade e se apropriar desse lugar mais ‘justo’ e de direito, é um desafio. E, inclusive, em certos momentos, rechaçado. E essa dor e angústia carregada e silenciada por anos, é expressada onde e como? Em certas situações projeta-se naquele que representa e apresenta a possibilidade: no próprio Peer. Ana aponta em certa declaração, essa projeção: *“A organização que eu trabalho hoje. É uma organização que praticamente ela inteira de imigrantes, assim, quem fundou a organização é migrante, não é holandês . E até foi interessante numa reunião com uma voluntária que é holandesa, eu fui questionada sobre isso. Ela, como que alguém que não é holandês constrói uma organização para acolher pessoas na Holanda? E aí eu conversei com ela justamente sobre isso.”*

Esse ponto tem importante destaque nessa entrevista, esse lugar de “*modelo eficiente*” como todas as entrevistas colocam, no entanto, esta é a única em que a Organização foi fundada por *Peers* e é em um país da Europa que acolhe refugiados. Aspecto importante a mencionar aqui, uma vez que difere de todos os outros participantes da investigação. As outras entrevistas se referem a *Peers* que trabalham no acolhimento de migrantes e refugiados no Sul Global. A surpresa da refugiada em acolhimento, desse lugar onde as *Peers* nas suas experiências migratórias alcançaram, aponta para um desconforto. Migrantes, mulheres, originalmente de países em desenvolvimento do Sul Global, alcançaram um “lugar” de reconhecimento tanto geográfico, profissional e também discursivo em um país da Europa. Além disso, estabelecer uma Organização que acolhe outros migrantes. Aqui revela a ambivalência dos afetos dirigidos ao *Peer*. Por um lado a aposta em um modelo de eficiência, mas por outro, esse modelo pode também ser alvo de ataque e projeção da frustração e agressividade. Poderia-se pensar que seria provavelmente um enlace diferente com uma mulher holandesa. Questões referentes à nacionalidade do migrante, de gênero, e de origem do *Peer* que acolhe, perpassam pelas questões históricas da colonialidade e que teriam então um efeito sobre esses encontros. Esse é um ponto que emergiu na narrativa de Ana que é

importante e relevante para o tema dessa entrevista e convocou o grupo de intervenção para uma análise mais aprofundada

Ana durante suas associações sobre o processo em ser um Peer revela uma experiência real que apresenta esse efeito mencionado. *“Uma coisa que a gente percebeu no começo aqui, uma das facilitadoras eu entregava o material e então ela não se sentia à vontade para só conduzir da forma como ela gostava, de forma espontânea, digamos assim. Então ela ficava muito presa ao material. (...) eu percebo que quando eu estou no grupo, ela me pergunta as vezes coisas. Então, a ideia é que ela esteja cada vez mais autônoma, então acho que um desafio talvez seja isso, é criar essa autonomia e esse lugar onde que ela tem total liberdade para, para adaptar o material e para desenvolver o material que o material é um apoio não é o que ela tem que seguir à risca.”*

Será que a entrevistada está falando apenas do material do grupo? Aqui podemos pensar nessa autonomia como uma apropriação desse lugar e nesse lugar. Adaptar o material e desenvolver como desejar é parte do processo individual e subjetivo na relação com o outro país, com o outro do país e consigo mesma nesse processo e experiência. Essa temática que atravessa a narrativa de Ana, pode ser analisada de diversas e múltiplas maneiras.

Desenvolver autonomia quando se viveu uma história de silenciamento e opressão, é um caminho longo. Para muitas mulheres que sofrem com questões de gênero, certas diferenças culturais e relação social em que o país de onde se vem “deve” àquele que o recebe. Histórias de múltiplos conflitos, ocupação ou colonialismo, que oprimiram grupos e comunidades que “deveriam” manter um lugar de “subalterno”, de “escravo” perante este outro que oprime, são algumas questões que ecoam inconscientemente na manutenção dessas repetições a partir de um lugar de não-autonomia.

Ana enquanto coordenadora, parece estar advertida de não se colocar nesse lugar de poder que lhe é delegado nessa experiência, o recusar esse lugar pode ser uma das vias de transformação, já a manutenção dessa posição seria da ordem do sintoma. *“Pode fazer como você quiser, ou você decide e tal. Sempre joguei para ela assim, a decisão justamente para defender, que é ela que tem o poder nesse espaço, (...) ela pode fazer como quiser porque ela*

tem todo o conhecimento para desenvolver da melhor forma, porque ela conhece a cultura, conhece a língua, e experiência também.”

Me interessou perceber da entrevistada se ela conseguia fazer alguma leitura dessas relações de poder, já que ela mesma repete isso. Parece, ao ouvi-la durante a entrevista, ser uma necessidade sua também de alcançar certa autonomia, de acreditar em si e que pode também desenvolver uma vida outra e se relançar desejante nesse lugar também outro. Uma narrativa que diz também de si mesma. Então pergunto: Como você entende esse mecanismo dela? Porque você imagina que, num primeiro momento, ela procura ou você ou material para se sustentar, porque você imagina que isso acontece?

“Eu acho que por um lado pode ser algo cultural também, e assim, de que, se há uma hierarquia, alguém me manda fazer algo, tenho que seguir a isso, né? Então pode ser o cultural. E também, talvez às vezes é uma insegurança, é algo novo, então isso aconteceu muito no começo também não é? Então é muito novo. Estou tentando entender como funciona e aí utiliza desse recurso de precisar do papel ou de uma outra pessoa.”

Como recém chegada ao país, a Peer também está tentando entender “como funciona” e às vezes precisa de recursos de apoio. Tal necessidade, muitas vezes leva o migrante a uma condição de vulnerabilidade, estar dependente de um outro que nem sempre se sabe a que se confia. Ainda não se tem recursos próprios para uma leitura das nuances e também ainda não se desenvolveu segurança e confiabilidade. Apesar de ser algo comum a todos nós na relação com o outro, os recursos subjetivos e psíquicos estão nesse momento fragilizados. No entanto, nessa fala de Ana, os medos que atravessam suas experiências subjetivas também emergem. A insegurança, a questão cultural de ter que seguir o que se “*manda fazer*”. Ana parece ter vivido num ambiente onde se posicionar e dar limites às demandas pareciam ser difíceis a ela.

No caso deste projeto específico a que se refere, há também a questão de gênero, todas são mulheres. A organização trabalha com mulheres, e por isso pergunto se homens não participam do grupo. Elas chegam a compartilhar questões relacionadas a gênero? E quais são as questões que mais aparecem nessas discussões? *“Então a organização trabalha com homens e mulheres, mas o projeto que eu coordeno é só para mulheres. (...) pela primeira vez, elas olharam para elas ou que pela primeira vez, elas olharam para dentro ou do que já*

aconteceu. Também que pela primeira vez elas compartilharão algo que aconteceu com elas, que ninguém mais sabia, mas que ali elas conseguiram compartilhar.

A partir do encontro com outras mulheres, há uma abertura para se rever nesses lugares sociais e discursivos dados e também das experiências subjetivas vividas por serem mulheres. *“o que muitas trazem é o quanto que o grupo foi uma oportunidade para elas, para falarem delas, para olharem para dentro, para entenderem áreas da vida delas, para sentirem que elas estão cuidando delas. Então, fala muito sobre os papéis de gênero. Onde ela sempre tem um papel de mãe? O papel de esposa, o papel de antes, sei lá de filha, é papel de cuidadora. De repente, elas têm um papel de mulher onde eu posso olhar pra mim, eu posso pensar no que eu sinto ou eu posso compartilhar coisas que eu não tinha espaço para compartilhar antes. Então o grupo acaba desenvolvendo esse lugar. Eu acho que é justamente o lugar que a gente quer chegar com um grupo.”*

Ana transita entre terceira e primeira pessoa ao falar das mulheres, emergem as mulheres de Ana. As muitas expressões da Ana que perdeu, que mudou, que sofreu, que se percebe limitada, mas que pode no estrangeiro, olhar para si e abrir espaço para o que antes não era possível visitar. Ana de alguma maneira pode falar de algo que antes era da ordem do real impossível, mas que através das pontes das línguas, pode narrar, mesmo que em partes, algo dessas experiências. O grupo devolveu esse lugar em que ela deseja chegar, de autonomia.

Estar no estrangeiro é a possibilidade de se encontrar com a estrangeirice própria. Quando as funções simbólicas anteriores se desfalecem, pode-se reconstruí-las de outras maneiras. Quando a fantasia que criamos para dar um sentido às nossas experiências e à existência de mundo já não fazem mais sentido, podemos atravessá-la e encontrar um sentido outro. Saindo de um lugar ou função dada e colocada pelo Outro, ou seja, ao se separar das demandas do Outro e em responder ao desejo do Outro, é possível pensar em seu próprio desejo e em suas próprias questões. O que desejo e a quem desejo responder a partir de então? Lugar de sujeito da sua própria história.

O nosso tempo está a esgotar-se, tem mais alguma coisa que, na sua experiência, na sua trajetória ache que seria interessante contribuir para terminar a entrevista?

“Um sei assim, eu acho que para mim, eu trabalho com Peer ou com facilitadores, eu acredito muito nesse trabalho. Eu acho que para um trabalho que alcance as pessoas é preciso a gente entender e ter essas conexões, então, partindo de dentro, de quem conhece e de quem está ali e validar essa experiência e validar esse lugar, e aí a gente pode construir em conjunto. Acredito que, para um trabalho efetivo a gente precisa sair desse lugar de que eu sei de que eu entendo. Então eu vou te dar o que você precisa, porque a gente não sabe, não entende, não sabe que a pessoa precisa e partir desse lugar de ouvir que não é fácil.”

A entrevistada conclui sua contribuição apontando as possibilidades de reconexão com o outro, o que também fala dessa nova aposta nas relações sociais. Esse movimento fala de sua própria individualidades de olhar para dentro, para si mesma. O encontro com o outro é também um encontro consigo mesmo e uma descoberta de si mesma.

O trabalho do Peer passa por essa validação ao outro. Uma escuta e laço que valida o testemunho do humano, do sujeito e suas narrativas singulares. E, para isso, é necessário um descentralizar-se.

Análise da Entrevista de Ana – Língua materna e o encontro intercultural

Ana traz a particularidade de trabalhar numa organização que acolhe refugiados de contextos de guerra num país europeu. Embora ela própria seja migrante e tenha nascido no Sul Global, a sua experiência atual tem essa característica diferente de outras entrevistas.

Não vamos trabalhar esse detalhe, embora o consideremos um ponto importante e relevante, mas entendemos que essa não foi uma questão trazida pela Ana e, por isso, a sugestão das nacionalidades e locais de acolhimento se faz como sugestão para estudos futuros.

Os principais temas que emergiram da narrativa de Ana e que convocaram o grupo de intervenção para análise foram sobre a língua materna e o encontro intercultural.

Língua materna

Um dos temas dessa entrevista foi a questão da identificação através da língua materna. O Apoio entre Pares na ONG citada é um desenvolvimento do mediador intercultural. Portanto, a via de identificação nesses casos também se dá pela língua materna. Vale ressaltar, como já colocado anteriormente, que a língua materna está relacionada às primeiras identificações.

Seria possível dizer que falar uma língua estrangeira e perder aspectos identificatórios, é desidentificador. Seria, também, despersonalizante?

Quem migra enfrenta perdas materiais, simbólicas e imaginárias: a perda da casa, bens materiais, entes queridos e sentimento de pertencimento. Este indivíduo se vê na urgência de reconstruir sua compreensão e identidade num novo lugar, para ser capaz de se reorganizar psiquicamente e se adaptar à nova realidade.

Como ONG que acolhe refugiados, podemos pensar que nesse momento de transição em que a leitura dessa realidade “outra” ainda é estrangeira ao indivíduo, a possibilidade de falar na língua materna é uma opção da ordem do “*confortável*”. Algo de conhecido e familiar em meio a tantos dos desafios de não reconhecer-se ainda neste lugar. É também a possibilidade de acesso a esse estranho familiar.

Essas mulheres puderam, a partir do deslocamento geográfico e estar em um lugar outro, falar na mesma língua, sobre a suas próprias “estranhezas”, rever esses lugares culturais atribuídos às mulheres e se questionarem se o desejam. Nesse encontro com o estrangeiro (estranho) nos confrontamos com a própria estranheza e com a impossibilidade de satisfazer a própria falta. A diferença cultural confronta com a ruptura de tudo aquilo que em si e na cultura, corresponde à manutenção da relação de unidade dual. (Käes, 2005)

O deslocamento geográfico pode ser considerada uma das situações da vida que convoca o indivíduo na sua condição mais primária, reeditando a experiência mais arcaica de desamparo do narcisismo primário e da constiuição subjetiva, sinaliza o mal estar de não pertencimento.

“Há uma identificação maior assim, né? Então alguém que entende o que eu falo, que passou pelo que eu passei e porque algumas das nossas facilitadoras hoje são líderes de grupo também. Então ela até mudaram de papel e elas que coordenam o grupo todo. E então eu vejo que há uma identificação muito maior com as participantes, então, então é possível. Não é porque quando você chega num país, não é tudo tão diferente? Como que vai ser ele e tudo mais? Mas eu tenho alguém que está aqui. E que já está numa outra fase e está compartilhando essa não é a jornada comigo assim, então eu vejo assim que eles servem como esse modelo assim. E de desconstruir as vezes, né? Os medos ou as todas essas? As tensões, né, de estar num novo país, um novo contexto.”

Os modelos servem então como ancoragens nesse momento de “não pertencimento”. O desafio é em como transformar esse encontro em potencial criativo e não em colonização do outro.

O encontro intercultural

Refletir sobre a relação entre psicanálise, sociedade e cultura em um contexto intercultural é fundamental para desenvolver a prática clínica e possibilitar intervenções adequadas nesse cenário. Muitos estudos em psicologia transcultural enfatizam a adaptação cultural como essencial para promover a independência e a agência dos indivíduos em seu contexto. No entanto, ao priorizar a "normatização" como sinônimo de funcionalidade, corre-se o risco de generalizações e negligências em relação às experiências subjetivas. É crucial que os profissionais que trabalham com populações transculturais compreendam e apliquem um manejo específico adaptado culturalmente. Caso contrário, corre-se o risco de vitimização, patologização e desqualificação desses indivíduos.

Ana aponta a importância de oferecer esses espaços de construções coletivas e re-significações para além do aspecto da “adaptação” nesse país de acolhimento. Se reorganizar nesse lugar outro a partir de suas questões individuais é também um ato de criação para essas mulheres refugiadas, inclusive para a própria Ana. A posição do Peer é então de “*ponte*” da

língua, da linguagem e entre mundos de representações. Entre o lá e o cá, entre o individual e o coletivo, entre o passado vivido e o futuro a ser construído.

“Eu acho que para um trabalho que alcance as pessoas é preciso a gente entender e ter essas conexões, então, partindo de dentro, de quem conhece e de quem está ali e validar essa experiência e validar esse lugar, e aí a gente pode construir em conjunto, assim, então não sei, acho que. Acredito que, para um trabalho efetivo a gente precisa sair desse lugar de que eu sei de que eu entendo. Então eu vou te dar o que você precisa, porque a gente não sabe, não entende, não sabe que a pessoa precisa e partir desse lugar de ouvir que não é fácil, né? Não é um lugar fácil, confortável, porque a gente quer fazer o que a gente acha que tem que fazer, mas esse exercício a gente construir em conjunto.”

Segundo Moro (2015), ‘Decentramento’ é um conceito associado à clínica transcultural, que se refere à capacidade do terapeuta de deslocar-se do seu próprio ponto de vista cultural e considerar outras perspectivas. Esse processo implica uma descentralização do "eu", permitindo ao indivíduo reconhecer e integrar a diversidade de experiências e pontos de vista que coexistem tanto no seu mundo interno quanto no mundo externo. Esse processo é fundamental para evitar a imposição de preconceitos culturais e permitir uma compreensão mais profunda das experiências dos pacientes. O descentramento de si envolve um movimento psíquico em que se faz possível relativizar sua própria visão de mundo, reconhecendo a existência e a validade de outras formas de pensar, sentir e agir. Essa capacidade é particularmente relevante em contextos de diversidade cultural, pois facilita a compreensão e a empatia em relação ao "outro", além de enriquecer a própria identidade ao integrar novas influências. No campo clínico, o descentramento de si é fundamental para os profissionais de saúde que trabalham com populações de diferentes origens culturais, pois permite um acolhimento mais sensível e eficaz das singularidades de cada paciente. Para Moro (2015), essa abertura para o outro é essencial não apenas para a prática clínica, mas também para promover uma convivência mais harmoniosa e respeitosa em contextos multiculturais.

O decentramento é crucial no trabalho psicanalítico, pois possibilita uma compreensão mais profunda das dinâmicas inconscientes e das relações interpessoais. Ele ajuda a superar uma visão egocêntrica e promove uma maior empatia e tolerância com a alteridade. Na

clínica, o decentramento pode facilitar o reconhecimento de conflitos internos e a elaboração de defesas psíquicas, contribuindo para o desenvolvimento emocional e psicológico do paciente. (Moro, 2015)

Além disso, em contextos transculturais, o decentramento torna-se ainda mais importante, pois evita julgamentos e intervenções baseadas em normas culturais específicas que podem não ser adequadas ou aplicáveis a todos. O tempo lógico, em oposição ao tempo cronológico, também assume um papel relevante nesse tipo de suporte, especialmente quando há uma pressão por uma "rápida melhora" ou uma "adaptação eficiente". O objetivo é criar "o novo" a partir do encontro entre diferentes culturas, respeitando o tempo próprio de cada uma.

Para Homi Bhabha (1994), o trabalho fronteiriço da cultura demanda um encontro com o novo que se desvincula do continuum passado e presente. Concebe um sentido do novo como um ato insurgente de tradução cultural, indo além da mera evocação do passado como causa social ou precedente estético. Revitaliza o passado, reconfigurando-o por meio de uma tradução cultural, transformando-o em um espaço contingente "entre-meios". O "passado-presente" torna-se parte da necessidade de viver, não é apenas uma questão de nostalgia, integrando-se ao desejo de reconhecimento, "de outro lugar e de outra coisa", transcendendo as limitações das suposições instrumentais na experiência histórica. Sobre essa intrínseca relação entre passado e presente e os espaços que podem ser construídos para criar além das suposições instrumentais, Ana nos conta *“o que muitas trazem é o quanto que o grupo foi uma oportunidade para elas, para falarem delas, para olharem para dentro, para entenderem áreas da vida delas, para sentirem que elas estão cuidando delas. Então, fala muito sobre os papéis de gênero. Onde ela sempre tem um papel de mãe? O papel de esposa, o papel de antes, sei lá de filha, é papel de cuidadora. De repente, elas têm um papel de mulher onde eu posso olhar pra mim, eu posso pensar no que eu sinto ou eu posso compartilhar coisas que eu não tinha espaço para compartilhar antes. Então o grupo acaba desenvolvendo esse lugar. Eu acho que é justamente o lugar que a gente quer chegar com um grupo.”*

Onde se quer chegar, uma ponte para um futuro lógico possível, um lugar de fala e desejo. Um lugar possível de questionar o que histórica e socialmente lhes foi designado na questão de gênero.

O autor continua afirmando que:

“A diferença de gênero perturba a simetria entre o privado e o público, que é agora ofuscada, ou sinistramente duplicada, pela diferença de gênero que não cobre nitidamente o privado e o público, mas que se torna perturbadoramente suplementar a eles. Isto resulta na reconstituição. O resultado é o retraçar do espaço doméstico como um espaço de técnicas normalizadoras, racionalizadoras e individualizantes do poder e do policiamento modernos: o pessoal-é-o-político; o mundo-em-casa” (2007, p. 27).

Segundo o autor, o que é privado se torna também público e perturba, na emergência dos interstícios das diferenças, onde as experiências intersubjetivas e coletivas de nacionalidade se encontram, o interesse comunitário ou valor cultural, podem então ser negociadas e questionadas. Se formam os sujeitos "entre", ou no excesso da soma das "partes" da diferença, a força deste espaço “entre”, segundo o autor, é confirmada na "linguagem" das recentes crises sociais desencadeadas por histórias de diferença cultural da comunidade fronteiriça da migração.

O que é crucial na política, é a necessidade de pensar para além das narrativas das subjetividades originárias e iniciais, e incluirmos também os momentos ou processos que ocorrem na articulação das diferenças culturais. Estes espaços "entre" fornecem o terreno para a elaboração de estratégias de identidades (singulares ou comunitárias) que iniciam novos processos identitários.

“É, eu acho que, assim se colocar como igual e estar disponível para essa troca. Assim, para conectar, para conhecer. Para desenvolver relacionamentos e também compartilhar sua experiência. Porque eles também, de alguma forma estão vivendo a experiência, né? (...) E de ouvir também. E aí dessa troca, porque é dessa troca também não só com os participantes, mas também com a equipe. Porque aí eu vou colocar meu ponto de vista, ela vai colocar o dela, a gente vai trocando e vendo de que forma que a gente pode desenvolver os grupos então.”

E nestas trocas, Ana vai se revendo, “vai trocando” e se reorganizando nesse lugar outro de migrante mulher.

Apresentação da Narrativa – Ravi

Ravi é um homem de aproximadamente 30 anos, natural da Síria. Está em um outro país do Médio Oriente onde se refugiou durante a guerra que atingiu seu país. Ravi sobreviveu a um conflito armado e teve uma lesão séria na coluna devido um tiro. É paraplégico a partir de então e se locomove com uma cadeira de rodas.

O participante falava inglês na maior parte do tempo.

A entrevista se inicia com a mesma pergunta para que compartilhe sua experiência e como se tornou um Peer Worker.

“Eu sou da Síria. Eu tenho minha lesão desde 2012. E comecei com o programa de aconselhamento Peer em 2015, quando fiz um trabalho com a Agência de Cooperação Internacional do Japão, JICA. Com o número de pessoas com deficiência da Síria sobre aconselhamento Peer e sobre deficiência. Do treinamento apenas eu e o K. continuamos. Era a formação básica. Fizemos o módulo um e o dois. Em 2015 e depois fizemos a Formação Avançada. Em 2016, eu acho, e então fazemos um treinamento de liderança. Então, depois disso, estou trabalhando com muitas organizações e centros para fornecer as sessões e treinamento e treinei muitas pessoas que têm deficiência física. E nós fornecemos os muitos treinamentos com JICA eu e o K. para pessoas daqui e sírias com deficiência.”

Assim como alguns outros entrevistados que sofreram lesão, Ravi também começa com o relato descrevendo o trabalho de Par referente à lesão sofrida. Outro ponto importante que emerge já no início da entrevista é o fato de que muitos foram treinados mas apenas “eu e o K. continuamos”. Tornar-se um Peer ou trabalhar como um Peer para além de um treinamento formal não é então para todos. Há uma parcela daqueles que têm a oportunidade, mas que se identificam passo a passo, que vão se nomeando como um Peer e que estão se apropriando das transformações identitárias desse processo.

Ravi continua a entrevista relatando atividades desenvolvidas e a construção de um guia de dietas para ajudar no tratamento daqueles que estão se adaptando à nova condição física “E agora estou trabalhando no desenvolvimento de um livro de dieta para treinamento de deficiência para aconselhamento de Peer.” A narrativa de Ravi revela o quanto se tornar

um Peer foi lhe possibilitando um lugar discursivo outro, um lugar profissional também. Pouco a pouco foi incorporando aspectos e remodelando sua identidade de Peer.

Pergunto então por que decidiu se tornar um Peer? Ravi *“não sabia que estava a prestar aconselhamento de Pares. (...) Porque naquela época estávamos acomodados no centro para pessoas sírias e qualquer pessoa que chegasse ao centro, estávamos sentados com ela / com ele e explicamos muitas coisas sobre nossa experiência, como aceitação e independência, como você pode se tornar independente. Uma participação da comunidade. E sobre como você pode fortalecer sua confiança.”*

A guerra na Síria que se iniciou durante a Primavera Árabe dura mais de 10 anos e foi devastador para a comunidade. As violências da guerra se perpetuam. Mais da metade dos 22 milhões de habitantes da Síria registrados antes da guerra fugiram de suas casas. Cerca de 6,9 milhões estão deslocados internamente, com mais de 2 milhões vivendo em acampamentos com acesso limitado a serviços básicos. Outros 6,8 milhões são refugiados ou solicitantes de refúgio no exterior. Os vizinhos Líbano, Jordânia e Turquia, que abrigam 84% deles, têm sofrido para lidar com um dos maiores êxodos da história recente. (UNHCR, 2024)

Ravi é um desses refugiados acolhidos pela Jordânia após sobreviver a um ataque direto à sua vida. O refúgio por si, delimita a restrição de movimentos, no caso de Ravi, essa limitação é exacerbada pela sua agora deficiência física. Tornar-se independente e exercer a participação na comunidade emerge no discurso de Ravi como um desejo que o convoca ao movimento, é também um objetivo a ser alcançado. Não apenas no suporte de Pares, mas na própria relação de si com essa condição sócio-política e física.

Ravi apresenta esse grande interesse e desejo individual pelo Apoio entre Pares, o que foi também identificado por alguém para desenvolver ainda mais suas competências e capacidades. *“Eu fiz um treinamento sobre igualdade e deficiência e quando terminamos o treino, o especialista sentou-se comigo e perguntou-me se teria interesse em ter a formação sobre aconselhamento de Pares. Ele explicou a idéia para mim porque já estávamos a trabalhar neste programa quando estivemos lá no centro de alojamento para pessoas com deficiência vindas da síria.”* Instrumentalizar Ravi com treinamento e por um especialista foi um processo importante, segundo seu relato. Interessante que *“não sabia”* que estavam a

oferecer Apoio entre Pares, foi a partir de um outro a nomear a experiência que esta se torna passo a passo uma “formalização” do que é ser um Peer.

Ravi define o trabalho do Peer como: “(...) *O Peer ajuda as pessoas a aceitarem a sua deficiência e a formar como podem ser mais independentes e como podem regressar à participação na comunidade e na sociedade. Está a ajudar as pessoas a regressarem à sua vida normal. Esta é a minha opinião.*” Para Ravi o Apoio entre Pares é como uma possibilidade de superação, de regressar “à vida normal em sociedade”. A necessidade de superação e de apostar na possibilidade de uma construção outra do ideal de eu, da reorganização da ordem do simbólico que desfaleceu nesse deslocamento. Ou seja, reconstruir quem se é diante do Outro e que lugar discursivo se deseja ocupar a partir de então, é urgente e uma profunda transformação subjetiva. “*Ser independente e voltar à participação na comunidade*”, ou seja, Ravi ressalta que é essencial separar-se para reintegrar-se no laço social. Mas não é qualquer retorno à reintegração na comunidade. Ravi está apontando um lugar de exercer para exercer o arbítrio, outro elo a ser construído com a sociedade.

Emerge constantemente a repetição no discurso de Ravi: “*primeiro precisa estar bem com a sua própria deficiência. E em segundo também devemos ter uma boa experiência ou experiência bem-sucedida com a deficiência*”, ao ouvir o conteúdo que emerge de sua repetição, elaborar a experiência traumática passa por um longo processo. Ravi anuncia uma boa experiência ou experiência bem-sucedida como coisas diferentes. E talvez esse seja um conteúdo importante a ser analisado, porque uma boa experiência não é necessariamente bem-sucedida em determinados contextos sociais. Ravi aponta um processo subjetivo de recordar e elaborar a própria experiência para a partir de então criar algo novo. E também, a importância de alcançar uma experiência bem sucedida no local onde se está, ou seja, se reorganizar e alcançar certa independência na relação com esse Outro social.

Mas pouco fala sobre a experiência passada e o que levou à deficiência ou do seu processo migratório. No entanto, dá indícios através da narrativa sobre o outro. A relação com o outro, é também uma relação de falta e incompletude. Ravi aponta os desafios da diferença cultural nesse encontro de “*muitos desafios aqui e comigo mesmo porque lido com as novas*

versões/ feridos e de culturas diferentes. Eu não tinha nenhuma informação sobre essas culturas.”

Os desafios “*comigo mesmo*”, com as novas versões e culturas diferentes, parecem ser os pontos importantes de atenção. Ou seja, o diferente, o que escapa ao que já é “sabido”. A diferença que é do incontável, do imprevisível, do enigmático. A diferença que marca a singularidade. Um conteúdo que se apresenta são “*as novas versões/ feridos*”. O projeto em que Ravi trabalha é um hospital de reconstrução cirúrgica para feridos de guerra do Iêmen, Iraque, Síria e Gaza. Quando “*as novas versões*” emerge na sua narrativa, podemos ouvir como as novas versões daqueles que estão nessa fase inicial e em que passar pelas cirurgias é também se perceber em diferentes versões, diferentes emoções, diferentes mudanças além das diferentes culturas. Ravi afirma em primeira pessoa “*comigo mesmo porque lido*”, o que pode também revelar conteúdo de si mesmo. As novas versões percebidas através das culturas diferentes, convocam o entrevistado a lidar consigo mesmo e com o seu processo de mudanças e apropriações. Esse encontro intersubjetivo convoca Ravi ao reconhecimento de si.

E qual seria esse desafio em relação às culturas dos pacientes que vêm de outros países na percepção de Ravi? “*Para mim foi a comunicação, porque sim, este é o primeiro problema, porque talvez o Iêmen fale de forma diferente então a língua (...) Então eu não entendia eles, o que eles dizem, o que eles estavam falando.*” O participante salienta as limitações da língua e da linguagem. Será que seria apenas sobre a língua, ou aqui falamos das questões das impossibilidade da comunicação como qualquer (des)encontro com o outro?

O entrevistado fica em silêncio e então eu pergunto como era antes de ser um Peer? Como foi a sua vida e o que aconteceu? Se ele poderia compartilhar para podermos perceber o processo em se tornar um Peer.

“Lesionei-me em 2012, quando estava do outro lado da rua. As pessoas que acompanharam o regime na Síria, atiraram em mim, um franco-atirador. Sim, recebi um tiro de franco-atirador deles, em minha espinha dorsal. Lateral direito, e que eu me machuquei. E eu vim para a Jordânia, e no segundo dia da lesão. E entrei no hospital, o hospital Rei Abdullah. Depois de 10 dias quando terminei a cirurgia, estou com o meu médico e ele contou-me sobre a minha situação. E você tem que ficar aqui na Jordânia porque sua

situação precisa tomar um serviço de reabilitação. E na Síria, a situação é muito ruim para os serviços e para a sua vida. Por isso, sugiro que se você ficar aqui e trazer sua família. Então eu ligo, entro em contato com minha família e convido eles a virem para cá. E no primeiro ano, fiquei com minha família e o apartamento aqui em Amã.”

Ravi continua a relatar como conheceu alguém que o orientou nesse país de acolhimento. Uma pessoa que sugere que seja internado no centro de reabilitação para que aprenda a ser independente e conhecer mais sobre sua condição atual. Essa pessoa também o incentiva a conhecer outros e a desenvolver um rede de apoio social. *“E talvez seja uma boa maneira de mudar sua vida.”* Mudar a vida que antes era insegura, violenta, mutiladora e que Ravi revela ter sido de muito sofrimento psíquico. *“Porque quando eu estava com a minha família, a minha saúde mental era muito ruim.” “Sim, eu não aceitei minha lesão/ deficiência e todos os meus pensamentos eram muito negativos e eu não gostava de sair. E eu preferi o tempo todo estar sozinho.” “Porque quando eu estava com a minha família, todas as coisas que eu precisava de uma pessoa para me ajudar.”*

Esse momento da narrativa de Ravi evocou em mim enquanto investigadora, memórias da minha experiência em Gaza durante a GMR – *Great March of Return* 2018 – 2019. Lembrei-me dos inúmeros jovens da mesma idade de Ravi que marchavam em direção ao muro enorme construído por Israel e que limitava completamente seus movimentos, extirpava suas liberdades e os obrigava a viver dentro da cidade murada e controlada. Essas manifestações eram recebidas com tiros pelos *snipers*. Tiros direcionados aos membros inferiores, o que não lhes tirava a vida mas os mutilava. Lembro que muitos eram recebidos inicialmente pela comunidade como “mártires”. Mas a celebração passava rápido quando a “deficiência” agora se tornava em um “peso” para a família. Sem trabalho, sem autonomia, sem mobilidade, passavam a se isolar. Outros, por perceber o tamanho do sofrimento de passar por inúmeras cirurgias para sobreviver, e agora, viver significa sentir dores pelo resto da vida, esses, não queriam ser reconhecidos como “mártires”. Esse lugar de ideal do eu era então rechaçado. Muitos afirmavam pensar em tirar a própria vida. Pois que vida é essa que acaba por ser “um corpo” sendo “usado”?

Experiência e efeito que a narrativa causou na investigadora, foi compartilhada no grupo de intervisão de pares durante a leitura da entrevista. Essa experiência vivida foi discutida e também o quanto isso poderia talvez se assemelhar à experiência relatada por Ravi. Em não apenas ter que lidar com a mudanças no corpo e de país, mas também dessas mudanças que as relações sociais e familiares sofrem com a presença do sobrevivente.

É preciso sobre-vi(ver) sozinho. *“E quando eu vou lá, eu estava admirado com a experiência das pessoas de lá. Porque quando entro para a sala de reabilitação. Eu vejo Alguém que estava na cama e ele se transferiu para sua cadeira de rodas, sozinho sem qualquer ajuda, (...) e acho que em dois meses me tornei uma pessoa independente.” “Depois disso voltei à participação. Eu e meus amigos saímos para o mercado, para o jardim. Sim, eu nomeio que foi a primeira maneira de mudar minha vida.”*

Nesse importante relato da experiência, depois de sobreviver a uma violência, consequências psíquicas relacionadas ao evento, perdas, levaram o entrevistado ao que parecia ser sintomas de depressão. Ter uma rede de apoio para além da família, foi de essencial importância para ele. Aprender a aceitar sua condição e a lidar com suas limitações foi um processo importante para Ravi. Aprender a ser independente e desenvolver autonomia, foi também essencial em seu processo. Um processo que foi possível ao “vi-ver” no centro de reabilitação. Onde pode ver outros e aprender com os outros semelhantes. Como os primeiros passos de uma criança novamente, que a partir do apoio do outro é possível não apenas ‘andar’, mas se ver e perceber. É o Outro que aponta à criança caminhos, significações e nomeações de experiências.

Ravi conhece um “instrutor” no centro *“em 2014 conhecemos alguém que é especialista” “com Sírios e com sobreviventes da guerra” “que tem muita experiência sobre questões de deficiência e desafios da deficiência. E ele nos treinou, talvez dois ou três meses. E ele mudou muito dos meus pensamentos, e a minha opinião sobre a minha vida e o meu futuro.”* Nesse momento, aponta a importância de um treinamento formal, de um aprendizado para alguém da experiência e vivência individual. Mas emerge desse relato de Ravi, esse lugar na relação com o outro nesses ‘primeiros passos’. *“E um dia perguntou-nos qual é o seu objetivo na sua vida? Então eu respondo. No futuro, um dia serei o vosso substituto. Eu vou*

ser um treinador e eu vou treinar pessoas com deficiência e vou capacitá-los a serem líderes para mudar a suas vidas, a sua realidade e a sua comunidade. Então ele me encorajou a ser isso. Como seu filho e para alcançar este objetivo.”

“Como seu filho” que responde ao desejo do Pai. Uma aposta também desse ‘Pai’ na vida do participante. Uma possibilidade de reconstrução subjetiva e de reconstruir sonhos e desejos. *“Então ele quando me ouviu chorar e me disse - Eu vou apoiá-lo até a final iria até o final para ser um treinador.”*

E aqui, a importância do apoio e do caminhar junto nesse processo, uma aposta e suporte desse outro que faz uma função importante na vida do participante. A continuidade do apoio a partir desta aposta no laço com o outro parece ser também essencial para a construção desse “acreditar” em si, no outro, na vida novamente. Para aqueles que muito perderam e sobreviveram a mutilações, o acreditar novamente na humanidade é um processo longo e a aposta nesse enlace tem muito a perder, pelo que a sustentabilidade do apoio é importante para que esse desenvolvimento não seja interrompido e se evitem consequências com potencial de re-traumatismo. *“Eu iria até o final”*. Uma frase de muito efeito quando Ravi estava *“chorando”* e provavelmente desacreditando. Ir até o final da caminhada, passar pelos desafios enquanto se aprende a caminhar novamente.

Esse “Pai” teve função importante e operou simbolicamente nessa resignificação de Ravi. E não seria essa uma das operações e funções dos Nomes do Pai? Os Nomes do Pai tem diferentes funções ao longo da teoria Lacaniana. Mas em resumo, o Nome do Pai é uma função estruturante que intervém na inserção do sujeito na ordem simbólica, na organização do desejo e na constituição do inconsciente. É crucial para o desenvolvimento do sujeito, pois o insere no campo da linguagem e da cultura, estabelecendo as bases para sua inserção social. (Lacan, 1953)

“A fase de recuperação ou a primeira fase com a lesão (...) também os ajudamos, como preparação antes de entrar na cirurgia. Porque às vezes eles têm, estresse ou ansiedade ou eles estão com medo da cirurgia, que não seja bem sucedida e como ele voltará à sua vida novamente. Por isso, ajudamos-los antes de entrarem na cirurgia. Sobre todas estas ideias, e

por vezes com as pessoas que serão amputadas.” “E estamos aqui para apoiá-lo, por isso me importo. (...) e isso pode diminuir seu estresse e você os prepara para após a amputação.”

Além do apoio no processo pré e pós operatório de compreensão do processo, orientação e sensibilização, há também essa mesma dimensão de apoio em estar junto, assim como aconteceu consigo quando passou pelo processo. *“A primeira coisa é ajudar a pessoa a se concentrar em suas habilidades e não na deficiência. Assim, e se assim for, irá apoiá-los a construir a sua confiança.”*

E relata uma história de sucesso do seu suporte, mas eu gostaria de entender como foi para Ravi o processo de sair da Síria, de ser refugiado em outro país, estar em um lugar diferente, cultura diferente. Então pergunto como foi para Ravi esse processo. *“Eu acho que a coisa boa da Jordania é o mesma cultura da Síria. So eu não enfrentei nenhum problema por isso. Envolver ou incluir ou participar na situação ou realidade na Jordânia e na Comunidade, Comunidade da Jordânia”* A cultura e língua similares entre Síria e Jordânia ajudaram Ravi na sua aculturação. Porém o deslocamento convocou outras questões e Ravi traz que *“o que mudou na minha vida foi me dar responsabilidades. E isso me encoraja a ser mais responsável. Porque agora eu tenho. Acho que tenho uma boa experiência e uma boa história de sucesso com deficiência. E por isso tenho de partilhar a minha experiência e a minha informação. E eu tenho que ser mais focado.”*

O que emerge da narrativa de Ravi é que se tornar um Peer lhe deu um sentido, um foco, um objetivo de vida. Mas com essa responsabilidade percebe também certo “peso” e narra que um Peer sem muita experiência pode ser impactado e *“histórias possam impactá-lo ou podem impactar sua condição psicológica ou podem lembrá-lo de algo no passado.”* Muitas histórias remetem às lembranças de Ravi e me conta que precisou aprender a gerir as emoções que iam surgindo de cada encontro. *“Eu também sou, talvez esteja falando sobre si mesmo” “Ele sabe mais como gerir esta questão (...) essas habilidades para proteger. (...) Talvez enfrentem estes desafios, mas depois da experiência talvez consigam saber como lidar com esses desafios.”*

Me parece ser importante aprender sobre limites, distância e ter as suas próprias emoções já trabalhadas para se tornar um par. Pergunto então se estas são habilidades

importantes que esta nos relatando. *“eu acho que essa é uma habilidade realmente importante. Como colocar limites e você vai então estar mais envolvido em histórias de pacientes e lembrar que você está aqui para apoiá-los. (...) Sim, apenas mencionou que é por isso que ninguém pode ser Peer sem a formação. Então, treino, (...) está ligado, uma recuperação psicológica e recuperação médica, não são independentes.” “deixe-me explicar qual é a diferença entre aconselhamento peer e aconselhamento de empoderamento? É ajudar a pessoa com deficiência, como pode resolver os seus problemas e como pode saltar os desafios. Mas o empoderamento é que ajudou a pessoa a se tornar líder. Como eles podem fazer mudanças em sua comunidade? E não para a vida dele, só não. E para o fazer mudar e toda a comunidade.”*

O que emerge da narrativa de Ravi é que a recuperação, psicológica não é independente da médica e nem, do processo de transformação na comunidade. A transformação se faz em diferentes níveis de identidade. Reconstrução do corpo mas também da vida. Vidas mutiladas, deslocadas, silenciadas. *“A formação, é o primeiro passo, mas há muitas coisas após o treino, como a supervisão, como o acompanhamento e dar-lhes mais espaço para falar.”* Caminho longo que *“como conselheiro de pares, pedem-lhes que evitem pedir para ter o resultado em apenas algumas sessões. Precisam de espaço. (...) então não peça apenas para terminar ao objetivo para alcançar nosso objetivo em alguns dias ou algumas sessões. E também (...) a importância de construir a confiança com o paciente. O que fazer e não fazer para ter uma boa confiança com o paciente.”*

Os múltiplos lados da violência se transformam em espaços para vi(ver). A partir do apoio e ‘ver’ a independência do outro, pode se então, acreditar numa reconstrução da própria vida.

Análise da Entrevista de Ravi – Identificação e o Lugar da Diferença.

Um dos pontos de análise que marcou a entrevista com Ravi é essa associação que faz com a figura de um Pai. Em primeiro lugar, como modelo e com o qual recebe apoio, cuidado e aprende; e depois, o desejo de se tornar como o instrutor. Em ser como o ‘Pai’. E embora este tema da identificação aparecer nas outras entrevistas, foi selecionado aqui como tema a

ser aprofundado na análise. Temas que emergiram para análise são: Identificação e o Lugar da Diferença.

Identificação

O conceito de identificação é vasto na leitura psicanalítica e trabalhado com convergências e divergências por diferentes autores. Nos direcionamos aqui, pela leitura de Freud a partir de Lacan (1961) para a análise das entrevistas como embasamento teórico. Segundo Freud (1921) a identificação é um laço com o outro, e podemos entender que há efeitos nas subjetividades a partir deste enlaçamento. A identificação primária é parte da própria constituição do sujeito em suas primeiras relações objetivas. Cruglak afirma que “a identificação primária opera início à série das identificações, é a matriz da série” (2001, p. 23). Através das identificações, o sujeito adiciona elementos a seu repertório discursivo e de significantes, elementos vindos do outro.

Esse tema revelou um ponto importante a ser discutido, o reconhecimento de outros para este sujeito enquanto um lugar discursivo de quem, através de sua experiência, pode oferecer apoio e cuidado. Não é qualquer indivíduo, mas sim aqueles a quem lhes é outorgado um lugar de fala. E isso é atravessado pela via da identificação.

Na psicanálise lacaniana, a identificação é um conceito central que se refere ao processo pelo qual o sujeito se constitui a partir das imagens, significantes e figuras do Outro. Jacques Lacan (1961) desenvolveu e aprofundou a teoria da identificação ao longo de seu ensino, enfatizando a importância do desejo do Outro e da linguagem na formação do sujeito.

Há três formas principais de identificação na teoria lacaniana. A Identificação Imaginária: Esta forma de identificação ocorre no estágio do espelho, uma fase crucial do desenvolvimento infantil. Durante esta fase, o infante se identifica com a imagem refletida no espelho, ou com a imagem de outro semelhante. Essa imagem é percebida como um todo, em contraste com a experiência fragmentada do próprio corpo. A identificação imaginária é,

portanto, uma identificação com uma imagem que proporciona uma sensação de unidade e coerência, mas que é, ao mesmo tempo, uma alienação, pois a imagem é externa ao sujeito.

A Identificação Simbólica é mediada pela linguagem e pelo campo dos significantes. Aqui, o sujeito se identifica com os significantes que vêm do Outro, especialmente com o nome próprio e com os papéis e funções sociais atribuídos pela linguagem e pela cultura. A identificação simbólica organiza o desejo do sujeito em relação ao desejo do Outro e é fundamental para a inserção do sujeito na ordem simbólica.

E a Identificação Real, forma de identificação menos explicitada por Lacan, mas pode ser entendida como uma identificação com o que é mais singular e irreduzível no sujeito, algo que escapa tanto ao imaginário quanto ao simbólico. O real, em Lacan, é aquilo que resiste à simbolização completa, o núcleo traumático que não pode ser totalmente assimilado pela linguagem. (Lacan, 1961)

Essas formas de identificação são interligadas e se sobrepõem ao longo da vida do sujeito, influenciando sua maneira de se relacionar consigo mesmo e com os outros. Na clínica lacaniana, compreender como essas identificações se estruturam e se manifestam é crucial para abordar as questões subjetivas do sujeito.

A análise visa desvelar as identificações alienantes e possibilitar ao sujeito uma relação mais autêntica com seu desejo. Apesar do Apoio entre Pares não se constituir no viés do trabalho clínico convencional, e sem a intenção aqui de elevar esse suporte a uma análise, seria ao menos possível e necessário pensarmos que função esse encontro entre pares e essa escuta dirigida a um outro pode ter como efeitos no sujeito e aqui, principalmente, em Ravi.

Isso posto, há um tipo de relação entre o indivíduo e seu semelhante que é pautado nesses primeiros tempos da constituição de uma pessoa; estruturas que permanecem para toda vida, como já vimos, e que vão basear várias relações ao longo das vicissitudes da existência. É a isso que se denomina eixo imaginário, no qual podemos encontrar dois eixos de relação: a e a' - eixo imaginário; S e A - eixo simbólico. No eixo imaginário, encontramos a, que é relacionado ao eu, aquele mesmo eu especular que tratamos acima, e vemos também a', que são os outros especulares, os semelhantes com os quais me relaciono a partir, digamos, dos meus órgãos sensoriais, meu corpo. Esse eixo constitui também o muro da linguagem e que

faz barreira, de certa forma, ao eixo simbólico, o que está relacionado à fala verdadeira e que é composto de A e S. A sendo o grande Outro, verdadeiro sujeito e S, que por hora podemos relacionar ao sujeito. (Lacan, 1961)

Pois bem, no entendimento de que uma análise propriamente dita se daria no eixo simbólico, entre A e S, o analista ocupando transferencialmente o lugar de A e, a partir disso, fazendo função inclusive de criação do inconsciente, afinal o vetor do eixo simbólico, inconsciente, vai de A para S (Eidelsztein, 2018). Sendo uma análise propriamente dita sustentada nesse eixo simbólico, e o analista ocupando transferencialmente o lugar de Outro, poderíamos inscrever o mecanismo de Apoio entre Pares dentro da denotação de uma análise? Entendemos que não. E isso porque o próprio mecanismo se propõe enquanto algo relacional entre semelhantes. Mas isso não quer dizer que não tenha função e efeitos terapêuticos.

O Lugar da diferença

O que marcou em especial a entrevista com Ravi foi a relação com aquele que o treinou e o quanto esse encontro e relação foi a possibilidade de aposta em uma transição possível. Do lugar de deficiência para um lugar de autonomia como o “*Pai*”.

A direção da análise segundo Lacan (1968) no *Seminário XV: O Ato psicanalítico*, é transformar a impotência imaginária em um encontro com o real impossível. Compreender que o impossível não é algo que deva ser resolvido; o que deve ser resolvido a partir do impossível é como o sujeito se posicionará diante dele. Lacan introduz o discurso como conceito em 1968 e, a partir daí, situar-se na perspectiva do desejo significa também situar-se na perspectiva do vínculo com o outro.

Este sujeito teve tanto tirado e está à mercê de abusos e arbitrariedades. Um contexto social e político que tem efeitos em sua agência e autonomia. A possibilidade de ordenar a experiência na fala e de dirigi-la a um outro que reconheça o seu sofrimento é uma possibilidade de elaboração. Para Frosh (2010), fazer a ponte entre as diferenças é a chave; isto é, que a tarefa é encontrar maneiras de se conectar com os outros, para traduzir suas

necessidades e as suas próprias em algo que possa formar a base para relacionamentos que podem ser mutuamente satisfatórios.

“Dar-lhes espaço. Precisam de espaço. Eles precisam de mim para alcançar o objetivo, então não peça apenas para terminar ao objetivo para alcançar nosso objetivo em alguns dias ou algumas sessões. E também estão falando sobre a privacidade. Não compartilhe as informações do paciente com outras pessoas. A importância das habilidades de comunicação e para construir a confiança com o paciente. O que fazer e não fazer para ter uma boa confiança com o paciente.”

Segundo Frosh (2010), aquele que se apegue a uma posição em que o outro se relaciona sem ser apropriado abre um espaço de reconhecimento. O reconhecimento é mais do que um evento cognitivo, “é antes algo que busca ativamente que faz o que encontra, mas também deixa o outro ser [...] É um papel de respeito pelo outro como outro, com o qual se tem ligações, mas cujo espaço interior não pode ser totalmente conhecido. ” (2010, p.131, tradução nossa)

“E um dia perguntou-nos qual é o seu objetivo na sua vida? Então eu respondo. No futuro, um dia serei o vosso substituto. Eu vou ser um treinador e eu vou treinar pessoas com deficiência e vou capacitá-los a serem líderes para mudar a suas vidas, a sua realidade e a sua comunidade. Então ele me encorajou a ser isso. Como seu filho e para alcançar este objetivo.”

Assim, a posição do analista ou de quem oferece uma escuta analítica também é política. Política na ética da psicanálise que proporciona ao sujeito em seu ato de dizer o reconhecimento de seu próprio desejo. Aquele que escuta, aceitando a diferença e apoiando a falta de sentido, oferece ao sujeito a possibilidade de ser. Talvez este seja um ponto de encontro que oferece uma abertura; um encontro entre dois sujeitos que vivenciam seu próprio deslocamento e não pertencimento. A ponte não é entre quem viveu a experiência do horror, mas entre dois outros de outros lugares que compartilham um não saber.

Refletindo sobre as ferramentas de desumanização, o que abre-se de possibilidade é a linguagem, o discurso e o restabelecimento possível de laços sociais num lugar outro no caso

dos refugiados e de se posicionar de forma outra diante do (im)possível. A partir da linguagem e das identificações que se estabelecem inicialmente, é possível ser diferente do que se foi outrora nomeado.

Abre uma possibilidade de confiança na esfera social, e também entre dois sujeitos que encontram no outro os (des)encontros que podem possibilitar uma fala dirigida a outro que possivelmente produza um efeito diferente, uma vez que não são do mesmo lugar. De “ser” ou se reorganizar indentitariamente quando o acesso à linguagem/reconhecimento lhes é negado alcançando um valor humano na polis quando seus corpos sofrem uma desumanização e apagamento cujos sobreviventes resistem com marcas literais no corpo como efeito dos conflitos.

O dispositivo do Apoio entre Pares tem então função terapêutica. O Peer aposta no “filho” que ao desejar responder a esse desejo, vai se tornando como o “Pai” para um dia apostar no próprio desejo e apoiar outros e apostar na relação com outros também.

Apresentação da Narrativa – Hani

Hani é um jovem Sírio de aproximadamente 35 anos e não fala inglês. A entrevista procedeu-se com a intermediação de um tradutor inglês-árabe. Se inicia com a mesma pergunta sobre sua experiência em se tornar um Peer.

“Ele quer começar a falar sobre quando começou a ser conselheiro e quer começar sobre sua lesão. Uma história em 2013, quando se lesionou, veio para a esse país para tratamento e depois se admitiu num centro que há muitas pessoas na mesma situação. Uma lesão e deficiência como ele. E neste período lembrou-se que não há família. Não há amigos. Não há pessoas ao seu redor que possam apoiá-lo.”

Estar sozinho em outro local sem a rede de apoio que já estava constituída pode ser um fator de sofrimento para muitos. Para Hani, além do deslocamento e da mudança, de ter que lidar com a lesão, ainda se viu só, sem seus próximos para apoiá-lo. Assim como Hani, muitos migrantes em deslocamento forçado também deixam seus entes queridos para trás na possibilidade de sobreviver. As perdas desse processo, são então potencialmente traumáticas. Perdas como no caso de Hani, de seu país, da família e de partes de si mesmo.

Hani narra que não tinha muita informação sobre sua situação médica e a lesão. Não conseguia entender e a falta de informação impossibilitava-o de construir significados e sentidos à experiência. Situação que relata sentir como “*sem vontade para nada*”. Ao não ser possível re-significar, trava-se, cristaliza-se nesse instante em sentido. Como é possível avançar sendo que não é ainda possível atualizar, estar no atual momento presente?

“Então eu começo a encontrar alguém que tem a mesma lesão, mas antes de um ano de mim ou todos eram mais velhos do que eu, eles têm experiência na lesão mais do que eu porque eu ainda estou no começo. Não tenho informações sobre a minha lesão. Por isso, sentia-me mais confortável quando encontro alguém com lesões antigas. Então eu começo a fazer muitas perguntas para eles sobre sua experiência na lesão e como lidar. Sim, mas também não foi uma boa experiência porque a maioria das pessoas estava falando apenas sobre o lado negativo ou às vezes eles estão se concentrando apenas em sua condição médica como eles se recuperam. Eles não estão pensando no futuro e nas habilidades de

enfrentamento. A única coisa que eu me lembro que realmente me impactou, quando eu vi eles que se moverem para fora, indo para a comunidade, mesmo que eles tenham lesões e deficiências fazendo suas coisas e as coisas que eles querem. Então, eu comecei a dizer para mim mesmo no futuro que eu posso sair, eu posso ver outras pessoas.”

Resgatar sonhos e desejos, poder reconstruir perspectivas como “no futuro que eu posso sair”, sair, descobrir e se redescobrir nesse lugar outro e corpo outro emergem como uma ânsia e desejo de Hani, que passa a buscar em outras experiências algo que lhe desse um aparato possível para iniciar sua jornada. Porém esse processo não é imediato, se reorganizar é um trabalho longo e uma jornada muitas vezes difícil. Seria a intervenção da psicologia nesse momento frutífero? *“E ele lembra também que existe um psicólogo. Visitaram-nos no centro para lhes prestar apoio psicológico, mas todos se recusaram a vê-lo ou a conhecê-lo. (...) Talvez neste período relacionado a muitos fatores como estigma social e equívoco sobre saúde mental, não estejamos nos importando em consultar psicólogo ou não.”*

Hani apresenta a urgência de um “modelo”. *“Portanto, a única coisa que todos queremos é ver alguém que tem o mesmo da nossa experiência.”* Seria a figura desse outro que passou pelo mesmo uma possibilidade imaginária de “unidade” de si quando tudo foi destruído na guerra, desmembrado no corpo, sonhos e ideias despedaçados? Seria na relação com o outro a convocação a essa unidade “ideal”?

Encontro que parece como no estádio do espelho de Lacan (1949), uma reedição dessas relações primárias com o outro. Isso implica pensar que a simbolização não é ainda possível, seria como resgatar aspectos subjetivos ainda anteriores à relação com o Outro. Nesse sentido, a transferência para análise não é ainda estabelecida, pois requer certa simbolização e isso não é ainda a premissa. Hani se encontra deslocado de si mesmo e precisa encontrar algo que auxilie nessa conexão com o atual presente.

Hani encontrou então no Apoio entre Pares essa possibilidade de operar uma “ancoragem”, que o situasse no presente, na recuperação do corpo, na aculturação do país, na reidentificação consigo mesmo e através do outro. *“Quando vi o impacto da partilha de experiências entre pares, senti que posso fazer o mesmo e posso dar apoio a outros novos doentes com lesões. Depois começo a pensar mais em mim, em como ser mais independente,*

então começo a trabalhar e saí do centro. Moro sozinho em minha própria casa e começo a ter meu próprio trabalho ou emprego.”

Então, em um segundo momento, foi possível olhar para si e se trabalhar. A partir da relação com o outro é possível apostar nesse recomeço e reenlace com a humanidade. Pode-se então um trabalho de si para lançar-se desejante nessa reconstrução única. Sair do centro de reabilitação e pertencer a si mesmo na “*própria casa*”.

Hani se apropriou desse lugar que agora é também um emprego, e narra como foi no início ao oferecer apoio. *“Então, lembro-me de quando comecei focando apenas em fornecer um espaço seguro para um novo paciente irritado apenas para falar sobre sua lesão. (...) Que coisas podem ajudá-lo a aceitar a sua lesão? E esta é a única coisa que ele compartilhava no início. E, ao mesmo tempo, ele apenas tentou se concentrar mais na comunicação e dar espaço ao paciente”*

Início gradativo de oferecer uma escuta, uma escuta dirigida a um outro e respeitando o tempo e espaço desse outro. Uma escuta a um outro lesionado, desumanizado, silenciado é um ato re-humaniza-dor. *“O que me ajudou a continuar é que eu sinto o impacto nas pessoas que visito. Eles começam a me ligar, eles começam a me perguntar, eles começam a mudar alguma coisa, e isso me ajuda, tipo, me capacita para continuar prestando o serviço. Não havia impacto financeiro para mim, os serviços, foi como um voluntariado, mas você não sabe o quanto isso me impactou emocionalmente porque me dá esperança. Dá-me motivação. Isso me dá como, você sabe, eu estou dando algo para as pessoas que eu senti falta quando eu estava no lugar deles.”*

A partir desse encontro, é possível também integrar novos aspectos identitários, rever a si mesmo e o impacto desse encontro em si. Estar disponível ao outro no que lhe falta só é possível a partir de um reconhecimento de que se é faltante. Assim como todo processo analítico, reconhecer a falta para poder criar. A partir da perda que se faz falta e que pode-se então se relançar em uma descoberta, em um movimento outro.

“Sim, eles estão nomeados. Há muitas pessoas de quem me lembro conosco, mas só nomeiam o meu nome e O. Porque viram que temos motivação, alta motivação para ajudar

outras pessoas. É muito importante para ser um conselheiro de pares. Então eu lembro que em 2017 eu ouvi sobre um hospital, mas eu soube que havia um hospital e eu gostava de visitar este hospital. Então visitei em 2017. Então eu conheço alguém, uma senhora, o nome dela é Ana. Lembro-me que no final de 2017 ou início de 2018 e ela falou comigo mais sobre o meu trabalho e sobre os meus esforços e ofereceu-me para trabalhar com eles no Hospital. (...) E neste hospital, eu gosto do projeto deles. Eu gosto que eles abordam muitos pacientes de diferentes países para fornecer-lhes o tratamento. Por isso, gosto do conceito do projeto e sinto que posso fazer muitas coisas neste projeto. Por isso, começo a juntar-me para desfrutar do meu trabalho com a equipa.”

Algo que emerge no discurso de Hani, meio deslocado, meio abrupto, como uma associação livre, é a relação com a nomeação. Hani estava revelando os efeitos em si e os impactos emocionais quando iniciou sua jornada voluntária em ser um Peer. Mas em algum momento houve um giro nessa história individual e talvez aqui esteja a associação com a nomeação. Quando passou de voluntário para profissional remunerado, alguém o reconheceu, identificou e o nomeou. Muitos são nomeados, treinados, mas nem todos continuam mesmo quando são “nomeados”. Ser nomeado um Peer por um outro, não garante que o processo aconteça. Há que se reconhecer nessa nomeação, se identificar e se apropriar.

A tradutora então afirma que Hani quer pedir desculpas e quer dar-me espaço para perguntas. Digo que estou interessada na sua experiência e me chamou a atenção quando disse que quando se mudou para esse país, sem família, nem amigos. E agora o Hospital que trabalha também está atendendo pessoas de diferentes países, como foi essa experiência de vir de outro país para se adaptar e agora para trabalhar com outras pessoas de outras culturas. Como é essa experiência para você?

“O início foi muito difícil. Ele estava sozinho. Às vezes ele não consegue dormir, apenas ele está pensando em muitas perguntas ao seu redor. Como por exemplo, até quando vou ficar aqui? O que posso fazer no futuro? Ele também tem dúvidas sobre sua situação medica e preocupação. Mesmo ele sabe que não pode fazer nada sozinho. Ele precisava do apoio de qualquer pessoa apenas para uma coisa muito simples. E às vezes ele sente que eles estão cuidando dele e não de maneira agradável. Então, às vezes, ele evita pedir-lhes

quaisquer serviços extras ou qualquer coisa, apenas ele se mantém em silêncio. Ele fica pensando na condição dele até quando eu vou ficar assim.”

Estar no estrangeiro sozinho e deparar-se com as diferenças culturais é um desafio mas Hani alerta para a sobrecarga em ter um suporte que parece ser um “peso” ao outro. Depender e convocar um outro que ele percebia ser um “dever” em responder o mantinha em “silêncio”, o silenciava. Uma relação que se estabelece pela via da dívida, e essa se torna impagável. Como ser? Mais que o ferimento, como ser independente ou como lidar com isso parece mais importante do que mudar de país e o aspeto cultural. A *“prioridade não era o país, sua prioridade era a dele, a aceitação e mais independência e compreensão de sua condição médica e que ele está se concentrando em sua condição mais do que se mudando de país para país. E temos de ter o cuidado de saber mais sobre a sua preocupação em cada fase e a sua prioridade.”*

Necessidades e preocupações diferentes, em momentos e fases diferentes. A individualidade, subjetividade e humanidade de cada um em seu jeito singular de vivenciar esse sofrimento. *“O aconselhamento entre pares é a esperança e a motivação para as pessoas que sofrem.”* Essa é uma definição interessante, e então o objetivo, digamos, é manter a motivação, a esperança, buscar a independência?

“Sim, um dos nossos objetivos é capacitar o paciente e envolvê-lo na comunidade. Então, às vezes, infelizmente, especialmente se eles são de país diferente ou país pobre. Por vezes, o ambiente não os pode ajudar e eles não conseguem aceder a estes serviços nem fazer face a estes serviços.” “infelizmente, em outros países, às vezes não está disponível ou não podemos fazer isso.”

O acesso ao cuidado é limitado a certos migrantes. As questões sócio-políticas colocam esses indivíduos em categorias e o biopoder opera designando os que tem direito de vida. Se tornar um Peer é então a possibilidade de oferecer espaços re-humaniza-dores a esses excluídos e marginalizados. A experiência vivida por Hani no seu próprio processo, a dor física ignorada e sem informações sobre a lesão, dizem desses lugares dos corpos sem valor de humanos que a soberania do poder exclui e designa a lugares de objetos. Para Hani, esse lugar de rehumanizar e oferecer um espaço que eleva à dignidade de humano *“é realmente um*

impacto na minha vida. Sinto que a minha vida se tornou melhor. Não tenho apenas impacto nas pessoas com deficiência, também tenho impacto nas pessoas sem deficiência, por isso sinto que faço algo na minha vida. Posso mudar a vida dos outros e ajudar também. Comecei a aproveitar mais a vida e a ter mais relacionamento e amigos.”

Emerge na narrativa de Hani essa relação intrínseca e extrínseca. A transformação no outro mas não sem efeitos e transformações em sua singularidade. Hani relata em diferentes momentos que trabalhar como conselheiro de pares tem um enorme impacto emocional. Relata que para elaborar bem esse processo, sua maneira de trabalhar como conselheiro de pares, foi ter dois dias para os pacientes e dois dias para si mesmo. Um investimento em si e em seu auto-cuidado, pergunto sobre essa escolha.

“Isso vem de sua experiência de fornecer aconselhamento e ouvir outras histórias. Não é fácil. Às vezes, isso também afeta sua saúde mental. Por isso, é bom reservar algum espaço para si. Fazendo coisas que você gosta de fazer, ele gosta de consertar telemóvel, fazer perfumes e ele também apoia as pessoas, mas ele quer dar-lhes espaço e ele também quer dar espaço para si mesmo para lhe dar mais energia para continuar trabalhando com seus pacientes. Sim, até agora. Até agora tenho alguns animais em minha casa. Estou cuidando de alguns pássaros e é como uma coisa diferente que eu faço longe do meu trabalho. Então isso realmente me dá energia e eu me esqueço de mim mesmo quando lido com os pássaros.”

Antes de terminar a entrevista diz ter uma última contribuição, a importância de estar integrado numa equipe e trabalhar de forma colaborativa.

“Esta é a primeira experiência para mim trabalhar dentro de um departamento de saúde mental. Então, ele sente que trabalhar como parte do departamento de saúde mental aumenta as habilidades que ele compartilha. É bom trabalhar sozinho, mas será uma mais-valia quando estiverem a trabalhar com a equipa de saúde mental.”

Hani então reforça não só o trabalho de si, treinamento e supervisão mas também a importância de uma construção de rede para encaminhamentos e o trabalho integrado com outra ou outras disciplinas.

Análise da Entrevista de Hani – Biopoder, o outro e a imagem.

A entrevista levanta um ponto importante do lugar desses “corpos” na contemporaneidade, um dos temas que emergem na narrativa de Hani e que teve efeito no grupo de intervenção, o quanto esse aspecto está presente na contemporaneidade e na realidade atual. Tema que emergiu para análise é a questão da política de biopoder e efeitos nos corpos. A desumanização dos corpos e as múltiplas perdas – de partes do corpo, de ideais, da pátria... – enfrentadas pelos migrantes apontam para resgates das questões mais arcaicas de identificação no processo constitutivo, o ‘espelhamento’ na relação de imagem com o outro. Temas que emergiram durante a análise do grupo de intervenção: o biopoder, o outro e a imagem.

Hani anuncia em sua entrevista as perdas de todo migrante. Perdas de seus referenciais, perdas daqueles que amam, perdas materiais, perda da dignidade de humano, e no caso de Hani, ainda as perdas concretas de partes do próprio corpo. A mutilação consequente do conflito armado é uma perda que marca o corpo e a leitura de mundo com violência. A marca corporal impede o “esquecimento” e recalque da experiência traumática. Além disso, convoca no outro e no grupo o rememorar a sua história coletiva de horror. O despedaçamento de si se apresenta literal, uma desidentificação com a própria imagem e de si mesmo.

Uma dor física e psíquica profunda. Hani não consegue inicialmente perceber saídas desse sofrimento e ainda se relaciona com pessoas no centro que também apresentam lesões da guerra, que apenas “reclamam” ou são “negativas”. Como então seria possível se reorganizar e relançar desejante? Quais as possibilidades de saídas desse impasse?

Biopoder

Sobreviventes de conflitos armados têm que lidar ainda com a “desposseção” de si, ou seja, uma realidade cruel que os desumaniza a ponto de se tornarem corpos matáveis. Essas questões se fazem de extrema importância quando pensadas a partir dessas vidas desqualificadas no âmbito das políticas internacionais. Vidas desqualificadas de seu pronome e de seu valor humano na sociedade e no contexto de guerra e conflito armados não são alvo novo de análise. Mas o que leva certos grupos a essa diferenciação a ponto de terem “justificados” o aniquilamento do seus corpos e a perpetuação desse “apagamento” e silenciamento discursivo de certos indivíduos?

O tema da guerra atravessa a psicanálise desde sua criação, Freud em 1932 escreve o texto *Porque a guerra?*. Freud encontrou elementos clínicos essenciais nas neuroses de guerra. Freud trabalhou em parte esse mal-estar de viver em sociedade e suas implicações. No texto citado, Freud aborda a questão do conflito bélico, analisando os impulsos e as motivações humanas subjacentes à violência coletiva. Argumenta que, em muitos casos, a guerra não é apenas uma consequência de questões políticas ou econômicas, mas também de impulsos inconscientes que remontam a uma agressividade instintiva e a uma necessidade de destruição que faz parte da natureza humana. Ele explora como as tensões entre os indivíduos e os grupos sociais podem se transformar em manifestações coletivas de ódio e destruição. Além disso, Freud sugere que, em certo sentido, as guerras são uma forma de sublimar a agressividade humana, um mecanismo que permite à sociedade canalizar essa energia destrutiva para causas externas, ao invés de lidar com os conflitos internos. O texto é uma reflexão sobre a psique humana e os paradoxos das relações sociais, tentando entender o que leva os seres humanos a se envolverem em conflitos tão devastadores.

Em termos mais recentes numa análise de poder na contemporaneidade, Foucault (1975) conceitua o termo biopoder e considera a política como continuação da guerra por outros meios. Do poder de soberania ao poder sobre a vida. Vida e morte e os campos de aplicação do biopoder. É preciso analisar a forma como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos do poder se manifestam nos diferentes níveis; temos de mostrar, como estes procedimentos são deslocados, alargados e modificados e, sobretudo, como são investidos ou anexados por fenômenos globais, e como os poderes mais gerais ou os benefícios econômicos podem entrar no jogo destas tecnologias de poder.

Assim, para o autor, o poder toma vidas como objetos para determinados fins e objetivos. Classifica-se então o que deve viver e o que deve morrer. Institui-se graus de qualificação a certas raças, gêneros, nacionalidades, desnivelando grupos em relação aos outros no interior da população.

A lógica da guerra transforma a biopolítica em necropolítica, uma política da morte, transformando indivíduos como inimigos a serem eliminados, coexistência não é mais uma opção a não ser que seja pela completa aniquilação ou dominação (Mbembe, 2018). Essas questões designam então um lugar de fala, ou melhor, um não lugar, ou um lugar discursivo silenciado, calado, mortificados. Um problema que se inscreve na linguagem.

As experiências vividas e a aposta em um outro como modelo, *“alguém que tem a mesma lesão, (...) Por isso, sentia-me mais confortável quando encontro alguém com lesões antigas.”* aparecem então como a via de enlace. Para aqueles que perderam suas casas, país de origem, até mesmo partes do próprio corpo, desacreditam na humanidade, reconstituir as malhas do tecido social e re-construir laços com o outro, é uma tarefa árdua. A imagem semelhante do outro faz função importante neste momento e opera nesses primeiros resgates identificatórios.

O outro e a imagem

O filósofo germânico Georg Wilhelm Friedrich Hegel nos disse em sua *Fenomenologia* que uma consciência-de-si só pode ser constituída se reconhecida por outra consciência-de-si (Hegel, 2014), ou seja, um indivíduo, ou sujeito se desejarem, enquanto consciente de si, humanizado, entendendo-se vivo, só pode ter essa existência e faculdades constituída se ela for inicialmente causada desde o reconhecimento de outro indivíduo. Nas palavras do próprio Hegel, lemos: “a consciência-de-si é em si e para si quando e por que é em si e para si para uma Outra; quer dizer, só é como algo reconhecido” (Hegel, 2014, p. 142). Essa construção tem sua importância para a psicanálise, em especial porque Lacan a

sustenta de uma maneira assaz interessante ao falar do estágio do espelho e da relação imaginária, relação que ocorre entre um eu e um outro.

Essa relação, que aqui chamamos imaginária, no rastro de Lacan, é o que ocorre entre dois seres, duas pessoas, dois eus, duas consciências-de-si ao se relacionarem sustentados pelas consistências da vida, levando em conta aquilo que pode ser apreendido pelos sentidos, por exemplo, e tendo por consequência a criação de determinadas imagos, quiçá fantasias, em relação ao outro, ao que o outro pensa, ao que ele pensa sobre mim. E o sentido da visão tem uma importância nessa relação. (Lacan, 1946). Poderíamos ter ido por alguns caminhos distintos no tema da identidade, mas optamos direcionar nossa análise para a questão do eixo imaginário das relações, e que tem por aspectos centrais, entre outros, a constituição do eu no estágio do espelho e a lógica do Esquema L. Nesse sentido, o entendimento de Lacan é que o eu, ou a ideia de si-mesmo, é uma construção histórica e coletiva, dependente de um outro que esteja presente para fazer função. Há um equívoco em entender que bastaria um espelho para que a criança se reconhecesse e constituísse. (Lacan, 1949)

A ideia de estágio do espelho por assim ser resumida, nas palavras do próprio psicanalista:

Basta compreender o estágio do espelho *como uma identificação*, no sentido pleno que a análise atribui a esse termo, ou seja, a transformação produzida no sujeito quando ele assume uma imagem - cuja predestinação para esse efeito de fase é suficientemente indicada pelo uso, na teoria, do antigo termo *imago* (Lacan, 1949, p. 97).

Muito embora Lacan diga que essa construção de eu antecede a função social da criança, ele também nos diz que o conhecimento vem de fora. A assunção da imagem vista pelo bebê humano em uma superfície e na qual ele se reconhece, ou melhor, na qual ele reconhece seu corpo, só pode ser entendida como consequência de conhecimentos anteriores vindo de fora. Nesse sentido, um bebê recebe informações externas dizendo “seu braço”, “sua perna”, sua barriga” e que em determinado momento - Lacan o situa ao redor dos dezoito meses - essas partes se associam em um corpo, visto no espelho, invertidamente. Lacan continua:

Esse desenvolvimento é vivido como uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo: o *estádio do espelho* é um drama cujo impulso interno precipita-se da insuficiência para a antecipação - e que fabrica para o sujeito, apanhado no engodo da identificação espacial, as fantasias que se sucedem desde uma imagem despedaçada do corpo até uma forma de sua totalidade que chamaremos de ortopédica - e para a armadura enfim assumida de uma identidade alienante, que marcará com sua estrutura rígida todo o seu desenvolvimento mental (1949, p. 100).

Essa identidade corporal, esse eu, é o colapso das partes anteriormente soltas e nomeadas por alguns outros da criança. Um colapso identificatório que se sustenta em uma imagem vista fora de si e espelhada. Esse é o eu, e é ele que participa das relações ditas imaginárias. Há um outro conceito, distinto do eu enquanto imagem e corpo, e que poderia ser pensado como o eu-agente, o sujeito de uma frase, de uma ação. Esse eu-agente já não é aquele construído a partir de “um transitivismo especular indeterminado” (Lacan, 1945, p. 208), mas se define “pela subjetivação de uma *concorrência* com o outro na função do tempo lógico” (p. 208). Esse eu-agente, distinto de operar a partir da identificação, da visão, da construção de uma imagem, é constituído na relação lógica de uma existência coletiva. Apesar dessas diferenças, em ambos os casos, trata-se de uma relação com outros que reconhecem ou desejam esse eu.

Hani apresenta a urgência de um “modelo”. Seria a figura desse outro que passou pelo mesmo uma possibilidade imaginária de “unidade” de si quando tudo foi destruído na guerra, desmembrado no corpo, sonhos e ideias despedaçados? Seria na relação com o outro a convocação a essa unidade “ideal”?

O mecanismo do Apoio entre Pares conforme entendemos aqui, funciona inicialmente pela via do eixo imaginário, justamente por prever semelhantes que se conectam e atuam como sustentadores de um corpo, de uma fantasia de eu, de mundo, de vida, para alguém que teve esse corpo, essas fantasias despedaçadas. É a partir do eixo imaginário, aquele no qual um eu se forma enquanto “uma dialética temporal que projeta decisivamente na história a formação do indivíduo” (Lacan, 1949, p. 100), que o instrumento ora analisado pode funcionar.

Frente a uma história destruída, um corpo despedaçado, fantasias e sonhos desmembrados, a relação com um semelhante que tenha passado por uma história equivalente funciona como sustento para a reconstituição de sua história e das fantasias, inclusive em relação ao corpo. É a partir de um certo espelhamento que o indivíduo sobrevivente de um contexto de guerra ou conflitos poderá ter certa chance de reconstituição de sua história, corpo e fantasias.

Isso posto, é interessante o que emerge do relato do participante sobre as suas percepções acerca do benefício do *Peer Support*, encontro e espaço onde se representa uma história “bem sucedida” aos outros que ele também precisou no seu início após experiência traumática. Esse trabalho é algo como o oferecer um modelo possível a ser alcançado, como na relação primária em que se almeja através da unidade do outro uma completude de si.

Parece ser, a partir dessa reconstrução imaginária, que se restabelecem aspectos identificatórios com o outro bem como um resgate de possíveis reenlaces. Após qualquer ligação com um outro que tenha sido destituída e desmembrada, se faz capaz, através do espelhamento e identificação, em sua mais radical singularidade, resgatar o percurso de se tornar um novamente. A partir de então, transitar por novos avatares na linguagem para um sentido outro. Alguns encontram no resgate das memórias familiares, da arte, da escrita, uma passagem ao que pode ser rememorado mas também passado. Ou seja, historicizando, e que a partir de então, se pode escolher outros caminhos nesse Outro lugar.

Um encontro rehumanizador, que humaniza a dor. *“é realmente impacto na minha vida. Sinto que a minha vida se tornou melhor. Não tenho apenas impacto nas pessoas com deficiência, também tenho impacto nas pessoas sem deficiência,(...) Comecei a aproveitar mais a vida e a ter mais relacionamento e amigos.”*

Apresenta-se aqui a entrevista com uma participante jovem, de aproximadamente 25 anos, proveniente de um País do Médio Oriente (que será mantido em anonimato para salvaguardar o sigilo). A participante trabalha hoje como *Peer Support Worker* em um projeto na área de saúde para migrantes e refugiados sobreviventes de conflitos armados de diferentes países do Médio Oriente, muitos com consequências físicas e precisam de hospitalização e cirurgia. A própria participante tem queimaduras graves em seu corpo, fruto de um ‘acidente’.

“No início, quando eu tinha 18 anos, Outubro de 2013. Eu estava indo para a universidade como de costume no meu primeiro ano na universidade quando eu estava a voltar para casa. Eu fui atingida por um ônibus e fiquei debaixo do ônibus e tive queimaduras por causa da água do radiador. Depois disso, fiquei queimada. Eu não me lembrava de nada do que eu disse agora. Me levaram para o hospital por quatro meses, eu acho. Nas duas primeiras semanas eu não estava acordada para nada. E os médicos chegam à minha família e dizem-lhes que morri durante três minutos. Depois disso, minha pressão estava de volta e eu volto à vida novamente. No começo eu não estava sentindo que realmente mudei e que as coisas eram diferente para mim, porque sentia que a sociedade ao meu redor era a mesma.”

A participante não relata detalhes da situação em que aconteceu o “acidente”, da mesma forma, narra sua negação em aceitar sua realidade no início, não fica claro durante o relato de Habiba o quanto esse acidente era realmente um acaso consequente das dificuldades sócio económicas vividas ou se tem uma relação direta com o conflito. Não seria incomum que o inconsciente operasse com mecanismos de defesa como a negação desta realidade violenta. Mas o que fica claro é que Habiba “morreu”, lhe foi declarado que morreu por três minutos, e depois volta à vida. Essa afirmação que aqui podemos pensar no conteúdo inconsciente que emerge tem um valor profundo tanto de sentido real de morte quanto de um simbólico de vida. Utilizando uma metáfora sobre morrer e viver, diante do real da realidade, da morte, daquilo que é impossível ser reconhecido na consciência emerge como possibilidade de um sentido outro, de certa simbolização a partir de então. Habiba morre e nasce outra. Outra possibilidade, diferente desse giro de renascimento, seria pensar em um certo estado de melancolização não evoluindo a um luto, e levando a uma cristalização nessa identificação

com a morte. Isso poderia inclusive levar Habiba a prováveis *acting out*, ou ainda, passagem ao ato, como tentativa de suicídio.

Segundo Berta (2015) a temporalidade da urgência psíquica refere-se à dimensão de ato, em particular ao *acting out* e passagem ao ato. O sujeito no limite da articulação significante, na fratura do movimento da cadeia, promove uma mostração. E que para alguns casos, a passagem ao ato é o limite radical, por vezes trágico, quando o que vigora é a identificação com o objeto em sua versão de resto/ dejetivo. Todavia, Habiba faz uma possibilidade de giro e renodamento, algo em sua estrutura psíquica renasce e pode-se escrever/ simbolizar uma história de vida outra.

Habiba logo afirma ter a certeza de que a família não a rejeitaria e a apoiaria. Parece ter um bom suporte familiar e talvez esta aposta desejante desse Outro familiar foi a ponte de enlace. *“Eles são a minha família, eles me amam da mesma maneira e mais ainda para que eu não sentisse que **me queimava** e há algo diferente para mim. Depois disso, minha mãe queria que eu volte para a universidade para concluir meus estudos.”*

Emerge um ato no discurso, talvez um equívoco ao falar em outra língua. *“não sentisse que me queimava”*. Ouviremos essas palavras ‘equivocadas’ como acertos em ato do inconsciente que revelam o quanto a cicatriz ainda queimava. A cicatriz, a marca, o evento, ainda queimam! A queimadura que teve efeito de morte, é ainda viva e convoca Habiba a um longo caminho de se rev(i)ver, aceitar, apropriar e ainda, se reorganizar e se situar diante do olhar do outro.

O medo da rejeição quando ainda rejeita-se a si mesma emergem veemente na narrativa: *“Porque antes de voltar para a universidade eu tinha tanto medo das pessoas. Sim. Quando depois olham para mim e dizem que esta é a rapariga. Esta é aquela que se queimou, e foi tão difícil para mim aceitar que, no início, eu estava tão irritada. Eu estava e recusei tudo, até mesmo a ideia de me curar. Eu era tão linda.”*

A queimadura convoca o olhar do outro, não são as experiências subjectivas apenas mas agora também, as coletivas. A presença do estrangeiro, queimado, desperta no grupo além da rejeição ao que é considerado ‘feio’ ao social, desperta as marcas que ainda não estão

cicatrizadas da História coletiva. Medo, medo diante do Outro enigmático, da rejeição e da possibilidade de talvez não ser aceita. De não ser amada, e não seria esse o medo que diz de todos? *“Há alguns, você sabe, apenas um pouco de pessoas que olham para mim e para nós e maneira estranha. Então, o primeiro ano foi tão difícil para mim e a universidade porque eu estava me olhando de uma maneira ruim. Eu não me olhava, não me via corajosa, eu estava dizendo a mim mesmo tudo de ruim. Então comecei a dizer que odeio isso. (...) Eu estava odiando isso.”*

A ambivalência emerge em diferentes momentos da narrativa de Habiba, e aqui, se apresenta com a agressividade contra si mesma. Ao não se aceitar, os sentimentos de raiva, ódio como se refere, são direcionados a si mesma. Uma introjeção dessa agressividade.

E continua a relatar como sua auto imagem estava destruída assim como seu eu ideal. Mas algo acontece em sua vida que durante a entrevista relata *“foi ai que teve o giro da diferença”* e que começa então a cuidar de si e não mais esperar proteção e apoio do outro. Pergunto então o que aconteceu que percebe essa mudança em sua atitude.

Pergunta a qual Habiba responde: *“Eu consegui isso porque tenho uma família muito boa e tenho um pai e uma mãe adoráveis, e há muito apoio da minha família e acho que o apoio familiar é a coisa mais importante em qualquer condição em que você possa estar. Portanto, esta é a primeira coisa a fazer essa diferença na minha vida. E tem alguém que é a esposa do meu tio. Quando eu estava zero nível ou confiante zero ela começou a me dizer algo sobre mim e começou a falar sobre as melhores ou melhores coisas na minha personalidade. E me mostrar (...) não é da minha face, eu não tirei a minha confiança da minha face. Eu tiro a minha confiança da minha alma interior. Então essa foi a diferença. Uh, isso me encorajou a começar, mudar de idéia ou minhas idéias sobre essa condição.”*

Habiba fala de suporte familiar mas em outros momentos diz ter sofrido sozinha. Narra os afetos relacionados ao que ainda queimava da experiência. São inúmeros os relatos de sobreviventes de violência e conflitos na literatura, mas cito aqui a autora Susan Brison (1999) onde relata alguns comentários de sobreviventes como *“Sempre sentirei falta de mim mesma como eu era”* para expressar o sofrimento de não conseguir encontrar em si a pessoa que se era antes da experiência. É uma desconstrução do eu e há que se encontrar maneiras de

se reconstruir para seguir. Habiba, além de sobreviver, ainda apresenta um corpo desfigurado, difícil de se reconhecer também na imagem literal e do espelho. Repete algumas vezes “eu não me via”, pois devia ser ainda muito difícil encontrar partes de si irreconhecíveis. Porém, alguém de confiança, que a conhecia, que sabia dos ‘nomes’ de Habiba, sabia das suas experiências vividas, passa a trazer à memória quem ela era. Habiba vai sendo nomeada novamente.

Brison (1999) afirma que o ato de testemunhar o trauma não apenas auxilia na integração da memória que vai se transformando em uma narrativa e sendo integrada no eu, mas também, auxilia em reintegrar o sobrevivente em uma comunidade reestabelecendo conexões essenciais para a identidade. A tia de Habiba opera então nessa função de testemunhar o que Habiba viveu e trazer à memória de Habiba o que se viveu no passado. Essa marca apenas não a define mas que precisa ser integrada numa narrativa lógica, parte de si agora, para que possa viver um tempo cronológico e historizar para simbolizar. A partir disso, Habiba começa a se ver, e não é da “face” que tirara algo, é da “*alma interior*”. Narrar memórias a outros empodera os sobreviventes a ganharem algum controle sobre os traços deixados pelo trauma. (Brison, 1999) Uma experiência profunda e significativa, vulnerável o suficiente em ser desfigurada pela violência e, ainda assim, resiliente o suficiente para se reconstruir com o outro.

A experiência traumática é fundamentalmente relacional. Seria por tudo isso que Habiba escolhe se tornar uma Peer? Pergunto então a Habiba o porque ser um Peer. Resposta que designa uma escolha inconsciente ainda não clara à consciência: “*Eu não decidi me tornar um par. Veio por si mesmo. Apenas aconteceu. Eu estava fazendo isso sem saber o nome disso, do que eu faço. E eu não conhecia o aconselhamento entre pares. Mas eu estava fazendo isso com todas as pessoas que eu conheço todas as pessoas que têm problemas e os problemas em suas vidas. (...) eu estava procurando pessoas que acabaram de passar o mesmo que eu passei e têm as mesmas condições. Os mesmos sentimentos que eu sentia antes, mas não encontrei alguém naquele momento para me apoiar.*”

Emerge do conteúdo compartilhado por Habiba a ambivalência constante, entre aceitação e rejeição, entre amor e ódio, e aqui a contradição do relato compartilhado

anteriormente. Antes uma filha e suporte, agora, não encontrou alguém para lhe apoiar. A ambivalência do sentir-se apoiada com a solidão sentida. A ambivalência é inerente à vida psíquica e se refere a esses sentimentos, emoções e pulsões contraditórias. Segundo Laplanche e Pontalis (2009) a definição de ambivalência seria a presença simultânea de atitudes e sentimentos opostos a um mesmo objeto.

É um processo longo e dolorido, cheio de ambivalência, e no caso de Habiba, a dor é também física. Queimaduras graves no corpo requerem diversas cirurgias e um processo longo de reabilitação para que a pele não contraia causando dor. A compressão da cicatriz é necessária e no caso de queimaduras faciais, como em Habiba, uma banda elástica compressiva é enrolada em torno da cabeça. O que aumenta ainda mais o estigma, desconforto e reação ao olhar do outro.

Apesar da ambivalência, Habiba revive e algo ‘gira’ como ela diz. O apoio da tia emerge como fundamental e também o da família como citado. Mas o que Habiba sente e pensa sobre esse suporte recebido? *“Encontrei. Eles me disseram (...) você pode fazer o que quiser, mesmo que você tenha esse acidente ou essa queimadura, tudo vai ficar bem.”*

O apoio mais importante recebido por Habiba foi o imperativo vai! *“Você pode fazer o que quiser”*. Uma abertura para ser e se separar do lugar dado e colocado à mulher nessa sociedade. Ela poderia então estudar, ser e fazer o que desejasse. A partir da pele queimada, queimou-se o que foi “dado” e agora pode, ao se separar desse ideal de eu, construir como deseja viver. *“Acho que a coisa mais importante para se sustentar é você mesmo. Você não teve que esperar. Talvez você encontre alguém que o apoie. Talvez você encontre alguém que diga que é uma coisa boa para você, mas ele nem sempre estará lá. Então você tem que estar lá para si mesmo primeiro.”*

Habiba é renomeada, novas identificações são incorporadas, “algo gira” e opera na posição subjetiva outra, e, o imperativo convoca à vida. Habiba vive. Mas como Habiba percebeu essa transformação em si mesma e de passar a apoiar outros que passaram pelo mesmo?

Pergunto a Habiba o que mudou nesse processo em se tornar uma Peer? *“Mudou muito e acho que sou responsável agora e antes não era responsável por nada.” “Eu acho que no início eu estava com medo. Eu não sabia como seria o trabalho e o que eu tenho que fazer e há muita diferença em personalidades e nacionalidades. Então eu acho que esse é o desafio que eu enfrentaria ou eu estava com medo de enfrentar.” “Mas agora sinto que é responsabilidade para mim porque tenho de aprender mais. Tenho que saber mais sobre aconselhamento entre pares para apoiá-los.” “Há muitas coisas que tenho de saber e tenho de aprender. Para começar a fazer muito bem o meu trabalho.”*

A entrevistada ainda não iniciou o apoio por si oficialmente, ela está acompanhando a atividade com outros Peers para observar e aprender primeiro. Continua a narrativa me explicando como tem sido seu processo de treinamento e supervisão. Está acompanhando o trabalho do psicólogo para aprender. Durante o relato, emerge a questão de gênero:

“Chego a uma sessão com o psicólogo e há um paciente sempre dizendo a ele, você sabe, que você é um homem. Você está vivendo na Jordânia e você não é do Iêmen e você não é uma mulher. Você não enfrenta os desafios que enfrentamos lá, no Iêmen, e você não tem essas queimaduras no rosto, você apenas pega seu salário e volta para sua casa e seus filhos. Você não vai sentir o mesmo que eu sinto. Então, quando participei da sessão, comecei a falar sobre minha experiência, e tenho as mesmas queimaduras no rosto. Ela teve as queimaduras, mas não no rosto. Então eu digo para ela que tem muita gente que tem queimaduras e isso está fazendo um grande desafio, porque todo mundo vai poder ver o meu rosto.”

A marca no rosto que todos poderão ver, aparece como um sofrimento adicional à migração, à experiência migratória, ao corpo desumanizado, ao lugar de menos valia do gênero na sociedade. Além de todas as dores e mortes, há também a presença constante de que poderão sempre ver o seu rosto com a marca. *“Então eu acho que há um efeito de olhar ou se tornar conselheiro nas mesmas condições, na mesma sensação. Então vai ter impacto e afeto.”* Muito do que compartilham com Habiba também tem um impacto em si mesma. Porque é a mesma experiência e ser conselheiro de pares tem um impacto também na sua subjetividade.

Emerge também a marca da queimadura e de gênero como marcas para esse primeiro momento de conexão. É interessante a escolha (in)consciente de Habiba por esse relato para compartilhar, onde, com outra sobrevivente de queimadura, revela o medo do olhar e julgamento do outro. O medo da rejeição. Além disso, uma experiência não só de queimadura, mas também do mesmo sexo/gênero ser mulher, foi importante para a conexão. Me interessa então em perceber como Habiba pode ler isso. Pergunto: Por que você acha que o fato de ser mulher também foi importante em sua cultura?

“Para a nossa religião e a nossa sociedade há uma fronteira entre lidar com o sexo diferente. Acho que as mulheres devem cuidar dela falando com os outros, especialmente com homens. Então eu acho que há apenas um pouco de tímido ou quando você está dizendo algo que você não poderia dizer para sua mãe, como você poderia? Você poderia compartilhar essa coisa com o homem, mesmo que ele queira ajudá-lo(...) Mas você vai sentir que é estranho. Então eu acho que essa é uma das vantagens de ser mulher. Ser par, a conselheira de pares do sexo feminino, porque é do mesmo sexo. E há algo que eu não partilharia com o meu pai e a minha mãe, mas comecei a partilhá-lo com a mulher do meu tio porque confio nela. Vi que ela podia me ajudar. E ela é uma mulher também ela vai sentir da mesma forma que eu sinto. O homem não sentia o mesmo. Da mesma forma que nos sentimos. Eles não sentiram esses detalhes que nós apenas conversamos.”

Habiba deixa emergir em sua narrativa as diferenças. Diferenças impostas pelas leituras de mundo dadas pela cultura e pelo social, onde mulheres devem cuidar de como falam. A diferença que o outro convoca em si, “*vai sentir que é estranho*”. Essa estranheza de questões suas até então não reconhecidas que eclodem nesse encontro. E, no entanto, a diferença da sexualidade e do sexo, homens e mulheres sentem e se posicionam de maneiras diferentes em sua bagagem social e cultural. Mas para fazer um ligação em todas essas questões que são apresentadas como “novidade” para Habiba, há alguém em quem pode confiar, no caso, a Tia. Não se endereça questões profundas subjetivas a um outro sem confiança, estar vulnerável diante de um outro estranho, depois de tudo o que viveu, não é uma possibilidade.

E então pergunto a Habiba o que é importante para ser um Peer para entender o conteúdo que emergiu de sua narrativa da mesma maneira que deseja ser ouvida.

“Acho que esta é a minha paixão e é isso que eu realmente quero fazer. (...) Vejo-me neste lugar neste trabalho. Eu acho que eu vou fazer um monte de coisas que eu realmente quero fazer a partir de agora.” Habiba encontrou um lugar subjetivo do qual pode se apropriar, ser e se lançar desejante. Se “ver” para quem não podia mais se ver no espelho. Se ver e desejar, a partir de agora poder “fazer um monte de coisas” e poder ser o que quiser, construir a partir disso. A paixão, pulsa novamente “A paixão, eu acho que se você tem a paixão você vai passar horas e dias para aprender alguma coisa. Mas se você não tinha uma paixão, você apenas fica esperando até o final do dia para pegar suas coisas e voltar para casa. Sim, acho que o mais importante é a paixão.”

E termina a entrevista por si, sem minha interrupção, como se tivesse agora que seguir desejando. Mas me enlaça com uma promessa de compartilhar os efeitos desses próximos passos: “Só, é tudo o que eu gostaria de compartilhar agora. Talvez da próxima vez, quando eu tiver minha primeira sessão depois disso, eu vou ter certeza.”

Assim, temos um acordo, podemos ter outra chamada para Habiba compartilhar a sua experiência nesse tempo de 6 meses.

Análise da Entrevista de Habiba – O que ainda queima e um Lugar outro.

Habiba foi a única participante que o grupo de intervenção considerou menos experiente no processo de ser um Peer e que longitudinalmente seria então a participante para uma segunda entrevista após 6 meses. Coincidentemente, ela também convoca ao final da entrevista uma segunda participação para compartilhar esse processo a partir do momento que estivesse tendo seus próprios casos para o Apoio entre Pares, pois nesse momento da entrevista, estava ainda na fase de treinamento e “formação”.

Durante a leitura da transcrição da entrevista no grupo de intervenção, alguns temas emergiram com destaque a serem analisados. Algo que nos fez questão foi a maneira que Habiba relata o evento que transforma sua vida fisicamente como “acidente”, sem associar a situação com nenhum evento passado e nem mesmo com alguma possibilidade de relação com o conflito. Seria certa negação ainda necessária como mecanismo de defesa? Ou seria apenas uma explicação racional e consciente do quanto o motivo do acidente é irrelevante, sendo que o efeito dessa experiência é que realmente importa, tendo efeito de morte. Morte simbólica, do que é impossível dizer, e real da realidade afirmada medicamente. E essa morte real e simbólica despertou no grupo um efeito intrigante, pois Habiba revela suas possibilidades de vi-ver no decorrer da entrevista e nos convocou à análise.

Nesse vi-ver emerge também a profunda dificuldade em se perceber nesta outra imagem. *“No começo eu não estava sentindo que realmente mudei e que as coisas eram diferente para mim, porque sentia que a sociedade ao meu redor era a mesma.”* O tempo cronológico e o tempo lógico estão ainda incongruentes. Enquanto o choque diante do real e o choque da realidade não operasse convocando uma resposta de Habiba frente o olhar do outro, nada teria ainda sentido de mudança.

Ao mesmo tempo tinha muito “medo” da reação do outros, da sociedade. Lhe gerava muito sofrimento as perguntas sobre a experiência quando outros viam suas marcas e a associavam com a “rapariga” que sobreviveu. *“Algo que ainda queimava”*. Porém, foi interessante também perceber em sua narrativa que a partir disso e de “queimar” as expectativas do outro, foi possível se separar desse lugar de responder às questões sociais dadas, e “ser o que quiser”. Temas centrais que emergiram para análise: o que ainda queima e um lugar outro.

O que ainda queima

O mutilado, o queimado, o sobrevivente que apresenta uma marca da realidade no corpo também faz o grupo reviver suas memórias traumáticas. O paciente reflete a experiência

traumática e a história coletiva do grupo. Um corpo que carrega as marcas do horror compartilhado. Partes do corpo que foram perdidas representam as perdas sofridas. As feridas físicas lembram as feridas subjetivas e coletivas. As cicatrizes ardentes na pele refletem o que ainda queima nas memórias coletivas, aquilo que resiste a ser esquecido, cicatrizado e apagado. A representação do trauma revive a memória traumática no corpo.

O indivíduo em questão então, em muitos casos, é aquele que centraliza a projeção dos conteúdos reprimidos do grupo. Ponto que também foi discutido na análise da entrevista de Amira. O estigma, a agressividade e a exclusão marcam os laços sociais. O grupo ou família que supostamente acolheriam o paciente e poderia oferecer algum suporte para a sua recuperação, torna-se, ao invés, um potencial retraumático e excludente.

Habiba aponta esse medo da rejeição:

“Porque antes de voltar para a universidade eu tinha tanto medo das pessoas. Sim. Quando depois olham para mim e dizem que esta é a rapariga. Esta é aquela que se queimou, e foi tão difícil para mim aceitar que, no início, eu estava tão irritada. Eu estava e recusei tudo, até mesmo a ideia de me curar. Eu era tão linda.”

A paciente a qual Habiba oferece a escuta com o psicólogo também deixa emergir essa exclusão daqueles que deveriam ser a sua rede de suporte. A questão de gênero já antes do evento um fator de exclusão, fica ainda mais aguçado pela pele da mulher queimada.

Autores que estudam sobre sobreviventes de queimaduras corporais apontam as dificuldades de retorno à sociabilização. Isto porque, em primeiro lugar, é um exemplo de lesão na saúde, na funcionalidade e na aparência, dificultando assim a integração na sociedade. Em segundo lugar, é uma situação de estresse traumático contínuo, que começa com o acontecimento traumático da lesão, continua durante a hospitalização - que envolve dor intensa e ansiedade - e inclui dificuldades emocionais após a alta, no regresso à vida normal. (Tagkalakis e Demiri, 2009) Essas experiências de intensa vulnerabilidade diante da violência assumem ainda um maior potencial traumático quando associada ao deslocamento geográfico. Por mais que a mudança seja pela busca de segurança e proteção à vida, o sujeito se encontra

em um lugar outro, de leitura simbólica e narrativa outra, com discurso próprio e ainda não reconhecido pelo sujeito.

O deslocamento forçado envolve a perda repentina e traumática de um ambiente familiar e seguro, deixando os indivíduos expostos a circunstâncias desconhecidas e frequentemente perigosas. Desse modo, além dos desafios próprios e pessoais para a manutenção de um estado mental saudável, o sujeito é atravessado pelas circunstâncias das violências implicadas em seu deslocamento que tornam esse processo ainda mais difícil.

Um aspecto central do deslocamento forçado é, devido aos eventos aos quais o sujeito está exposto, como testemunhar ou ser sobrevivente de violência, torturas, ou outros tipos de abuso, que experiências podem vir a desencadear um trauma psíquico. No caso de Habiba a experiência da queimadura. O trauma ocorre segundo Freud (1930) quando uma pessoa é exposta a uma situação que excede sua capacidade de compreensão, assimilação e resposta. O impacto do trauma não está apenas relacionado à natureza do evento, mas também à maneira como é percebido e processado pelo indivíduo. Um aspecto fundamental do trauma é que ele rompe as defesas psíquicas e desencadeia uma sobrecarga emocional intensa. A pessoa se sente impotente diante da situação e é incapaz de assimilar completamente a experiência em seu aparato psíquico existente. Como resultado, o trauma permanece não integrado, causando distúrbios e sintomas psicológicos duradouros.

A compreensão do trauma, em certos casos, a intensidade do evento traumático é tão devastadora que a mente recorre a mecanismos de defesa, como a repressão, para proteger-se do sofrimento psíquico. Essas memórias reprimidas podem ressurgir posteriormente na forma de sintomas ou comportamentos disfuncionais. A superação do trauma envolve a construção de significados simbólicos e a integração das memórias traumáticas no tecido psíquico do indivíduo. Esse processo pode ajudar a reduzir a intensidade dos sintomas, além de promover uma melhora do sofrimento psíquico e a reintegração do indivíduo na vida cotidiana.

Habiba precisou de tempo e suporte para elaborar a experiência traumática. *“Recusei até mesmo a idéia de me curar”*. Mas como apoio e suporte, consegue perceber as *“portas”* que se abrem, e ouve o imperativo *“Você pode fazer o que quiser”*. A partir desse olhar do

outro e da aposta, se apropria da condição e se lança desejante, pode-se fazer e ser para além dos papéis e lugares sociais designados.

O sujeito reconhece a si mesmo a partir também do olhar do outro, que antecipa nele a imagem total de um corpo infante ainda fragmentado mas que é também, enigmático. Esse Outro que opera pelo discurso e imprime sentido às representações do sujeito. Ganha então uma identidade e uma convicção: se é, mesmo que seja em parte, uma resposta ao desejo do Outro, evita perder-se de si mesmo. Do imaginário para o simbólico que igualmente marca uma relação sujeito e sociedade. Agora com o Outro do discurso para além da imagem de si mas que então, imprime a significação a esta imagem. (Lacan, 1948)

“E tem alguém que é a esposa do meu tio. Ela era uma pessoa muito boa. Quando eu estava zero nível ou confiante zero ela começou a me dizer algo sobre mim e começou a falar sobre as melhores ou melhores coisas na minha personalidade. E me mostrar (...) não é da minha face eu não tirei a minha confiança da minha face. Eu tiro a minha confiança da minha alma interior. Então essa foi a diferença. Uh, isso me encorajou a começar, mudar de idéia ou minhas idéias sobre essa condição.”

A tia, a família, operaram esse olhar de reconhecimento que lhe deu amparo inicial para começar a olhar para si e fazer um giro. A partir desse amparo inicial pode avançar para apoiar a si mesma. *“Eu me vejo. (...) Então, o que eu estou esperando deles para mim, eles não me apoiariam se eu não me apoiasse primeiro. Então, a partir daqui, foi o ponto de diferença.”*

Desta forma, como proposto por Lacan (1949), a demarcação simbólica do ideal de eu demarca uma posição na relação com os outros. É neste Outro olhar que o infante/ bebê encontra amparo, reconhecimento e pertencimento. Paradoxalmente, algo se perde nesta relação, aquilo que não é traduzido e, também, um lugar de unidade.

Habiba reconhece o valor do apoio, do “aconselhamento” de pares, como chama. *“Porque eu estou no passado, ou quando eu não era conselheiro de pares, era apenas para pessoas que enfrentavam um problema muito simples, mas não são mulheres queimadas ou*

pais de filhos queimados. Então não é o mesmo problema. Então eu sinto que eu deveria ser mais cuidado com os sentimentos deles. E eu acho que a nacionalidade vai ser uma das principais razões para ser um desafio, porque há uma maneira diferente de viver e há muita diferença da minha.”

E narra uma preocupação importante em se tornar um Peer, a questão na cultura e ser sensível ao sofrimento do outro. Trata-se, efetivamente, de uma responsabilidade que não pode ser ignorada. Como houve uma mudança significativa na sua vida e na percepção de si mesma, ela reconhece o potencial transformador do encontro.

Um Lugar outro

De acordo com Frosh (2010), o foco está em como as pessoas constroem a percepção de si mesmas. Para ele, a tarefa central da vida é encontrar uma identidade que organize a experiência. Identidade é um conceito social a ser entendido sociológica e politicamente, ao invés de um projeto de vida de indivíduos. A questão da identidade passa a ser o que determina o grupo a que se pertence e quais são as características desse grupo, e a partir disto o sujeito se contrói nestas e a partir destas relações.

O estrangeiro é também, aquele que situará a fronteira do grupo definido por identificações. O estrangeiro, é o diferente para quem o recebe, coloca em questão a unidade, a identificação narcísica do grupo que o acolhe. Segundo Souza (1998) o estrangeiro personifica para o grupo, esse outro. A identidade é então relacional, ou seja, identidade se constrói na relação com o outro em um processo constante de identificação e diferenciação. Identidade é também cultural pois abrange aspectos da cultura e do social.

“Eu acho que e eu para a nossa religião e a nossa sociedade há uma fronteira entre lidar com o sexo diferente. Acho que as mulheres devem cuidar dela falando com os outros, especialmente com homens. (...) E mesmo que haja muita segurança e muito disso seja ultrassecreto para ele, ele não dirá a mais ninguém. Mas você vai sentir que é estranho.”

O lugar de uma mulher designado socialmente a partir da percepção da entrevistada, é aquele de quem cuida na maneira que fala, como fala, na relação com o outro do sexo oposto e

que fazer algo diferente do esperado, faz se sentir estranho. Estranho e estrangeiro à consciência. Habiba relata o sofrimento de sua experiência pela questão da migração, da queimadura, do estranhamento de si e da relação com esse Outro, social e cultural. Ou seja, pelas questões individuais e também sociais.

Esta difícil tarefa de articular estes registros constitui a base da identidade. Lacan (1957) chama a atenção para o elemento mais importante que vem perturbar o narcisismo primário que é o complexo de castração operado a partir da Função da Lei simbólica. Possibilita a questão de quem se é frente ao desejo do Outro. Lacan diferencia Outro e outro enquanto conceitos e escritas diferentes. Outro, da ordem do simbólico, é também da ordem da cultura, social, linguagem, discurso, e o outro, como imaginário, outro indivíduo, outro da relação de igualdade, da qual também aprendemos e apreendemos uns com os outros.

Todos somos então, constituídos na relação com o diferente, estrangeiro, com seu discurso e inconsciente da ordem do enigmático, e, diante das mensagens deste estranho, o indivíduo é desafiado a interpretar, reconhecer e estabelecer laço. Este encontro de conteúdos identitários vai moldando a experiência da identidade. Sendo assim, os discursos sociais, aspectos da cultura, e a linguagem já estão presentes e operam de forma importante na constituição psíquica do sujeito. A relação com o outro e aspectos identitários sendo integrados no desenvolvimento do indivíduo é também parte fundamental do ‘ser’ sujeito.

Assim, a psicanálise tem presente em suas questões a compreensão do que representa para o sujeito a identidade. Não apenas a correlação do indivíduo, sociedade e cultura como contribuintes para definições de sua constituição psíquica e identificações mas, que também, moldam o seu discurso e percepção de si. Em contrapartida, o discurso do sujeito também tem efeitos na sua particular maneira de ler a sociedade e se posicionar subjetivamente nos laços sociais.

Ao começar a se separar desse lugar anterior dado à mulher e a dar novos sentidos à sua experiência e percepções outras de si mesma, Habiba passa a ocupar um lugar discursivo diferente nessa relação com o grande Outro. Percebe outras “portas” abertas e outras possibilidades de existir.

“Eles me disseram (...) você pode fazer o que quiser, mesmo que você tenha esse acidente ou essa queimadura, tudo vai ficar bem”

“Então, quando eu comecei este trabalho, eu realmente acho que há uma mensagem neste trabalho e muito é dado a mim. Ir ao meu objetivo e acho que a coisa mais importante que eu realmente quero fazer agora é ajudar os outros. Acho que esta é a minha paixão e é isso que eu realmente quero fazer. Comecei na engenharia elétrica, mas acho que não me via naquele lugar. Vejo-me neste lugar neste trabalho.”

A partir desse Lugar outro, é capaz então de começar o seu processo em se tornar um Peer a apoiar outros.

Pode partilhar conosco a sua experiência como Peer, a sua experiência pessoal como conselheiro de pares?

“Então ela veio da Síria depois de sua lesão, e ela me disse que quando ela chegou à Jordânia e depois de sua lesão, ela vai em depressão grave por um ano. Depois disso, algumas pessoas apresentam JICA para ela. Então ela começou a frequentar muitos workshops, muitos treinamentos. E ela era a única mulher da Síria com o grupo de aconselhamento entre pares. Então ela começou a visitar muitas pacientes do sexo feminino compartilhando experiência. ”

Ela conta que incentivou outras mulheres a saírem de casa e se envolverem na comunidade. A saírem desse isolamento mortífero do qual também viveu. Seria importante entender o que aconteceu na Síria já que inicia sua fala apenas falando de sua chegada. Então pergunto se sente-se confortável para partilhar conosco a sua experiência na Síria.

“Ela era professora na Síria e ela se lembrou que estava vivendo em uma cidade insegura. É uma guerra e não é seguro. E lembrou-se que certa hora queria visitar a vizinha e quando estava na rua houve um tiro nela. Na espinha dorsal e depois disso ela começa a usar cadeira de rodas com base em sua condição médica. Então, após os ferimentos, ela ficou em Syria por dois meses. Ela está recebendo apenas fisioterapia. Mas depois, devido ao mau estado na Síria e à instável condição de segurança na Síria, o fisioterapeuta não veio ter com ela e fazer as suas sessões, por isso aconselhou-a a ir para a Jordânia para continuar o seu tratamento, porque os serviços médicos na Jordânia são melhores do que na Síria. E há muitos centros que podem fornecer-lhe os cuidados médicos completos. Então, depois de três meses de suas lesões, ela decidiu vir para a Jordânia.”

Alla relembra sua chegada à Jordânia no primeiro ano, quando começou a receber tratamento em sua casa. Naquela época, ela estava profundamente deprimida. Como permanecia em casa, diversos centros a visitavam e a aconselhavam a sair, interagir com outras pessoas e participar de atividades oferecidas pelos centros. Ela então começou a seguir esse conselho e nos contou como passou a visitar os centros e conhecer outros pacientes. Aos

poucos, ela começou a se sentir mais estável, por diversas razões. Primeiro, ao encontrar outras pessoas com deficiências semelhantes, e, em alguns casos, em condições ainda piores, ela percebeu que podia realizar coisas que eles não conseguiam, o que lhe deu um novo senso de capacidade. Além disso, ela reconheceu que, embora sua família fosse seu principal suporte, muitas pessoas ao seu redor não tinham ninguém para apoiá-las. Essa percepção fez com que ela se sentisse privilegiada por contar com o apoio de pessoas próximas. A partir desse entendimento, Alla começou a melhorar sua saúde mental e seu humor, além de se envolver mais ativamente nas atividades dos centros.

Alla relata que começa a saber e conhecer mais sobre os direitos, como os direitos das pessoas com deficiência e o acesso para todos. Recebeu e frequentou diferentes treinamentos, e então, passa ela mesma a dar treinamentos para os outros sobre deficiência, sobre direitos e deficiência. Depois, começa a envolver-se mais no aconselhamento entre pares. Relata ter recebido um treinamento em conselheira de pares, e começa então, a compartilhar essa experiência com outras pessoas.

“Alguém, então, quando ela começa a visitar as mulheres e o impacto em suas sessões realmente a motivam a se lembrar. Ela diz que não posso esquecer essa senhora. Ela me disse sem você talvez eu tivesse morrido em minha casa na mesma esquina. E então ela fica muito orgulhosa quando começa a receber ligação das mulheres. Que comecem a sair de casa e a ajuda com as famílias. E aí ela começa a receber ligações deles tipo, estamos saindo de casa sozinhos sem apoio de ninguém. Então, este é realmente o grande impacto que ela viu. E isso realmente a capacita a continuar dando o mesmo apoio, especialmente para a mulher, porque ela gosta de ficar em casa e não sair.”

E então, quando você disse que começou a seguir essas mulheres e elas começaram a sair e melhorar e se sentirem empoderadas, o que você acha que estava acontecendo nesse encontro que as ajudou?

“A primeira coisa é a confiança. Construímos uma confiança com eles e com as suas famílias a confiança especial com as famílias é muito importante. A segunda coisa, compartilhando experiências, eles começam a ver que há outras pessoas. Eles têm algumas de suas deficiências mas eles podem se mover. Podem viver as suas atividades normais de

vida. E nós somos como um modelo para eles e isso encorajou-os a mudar. (...) Depois de construir uma confiança e ela trabalha mais na reabilitação e na independência, então às vezes ela liga esses pacientes com algumas ONGs em alguns centros pode fornecer alguns treinamentos de capacitação para eles. Então, neste caso, sim. E essas pessoas precisam de alguém que as ajude no primeiro passo. Depois, podem continuar sozinhos. Então, e trabalhando e tendo vínculo com o paciente e outros centros, é muito importante, especialmente se eles têm talento específico ou lidar com isso ou querem iniciar coisas novas.”

O “*dar os primeiros*” passos. Expressão interessante ao pensar que estão numa cadeira de rodas. Mas a metáfora aqui funciona ao entender que o processo de reconstrução de vida inicia-se como “*nos primeiros passos*” de um bebê. Alla relata, assim como em outras entrevistas, o quanto lhes foi tirado no conflito, a violência com efeito nos corpos e o sofrimento relacionado às perdas do deslocamento geográfico. É um “*privilegio*” aqueles que possuem alguém da família para dar apoio, mas a realidade é que muitos sobreviventes não os tem. O Apoio entre Pares faz essa função, da “*parentalidade*” até que possam seguir sozinhos. Me chama a atenção quando relata que está a ajudá-los nos seus processos de recuperação. Então continuo a entrevista com a pergunta em que para ajudar outros, o que é importante para um Peer? Passar pelo seu próprio processo de recuperação antes de apoiar os outros?

“E é bom, mas é normal estar de mau humor às vezes, ou ter um humor deprimido de vez em quando. E terminar este processo, o processo de recuperação não significa que você vai estar totalmente bem às vezes. Estou falando de mim. Às vezes sinto-me deprimido. Sinto-me triste. E isso é normal. Acho que agora posso descobrir que isso é normal, mas tenho que saber como posso me cuidar. (...) Portanto, não posso dizer-vos isso o tempo todo. Eu sou perfeito. Às vezes estou. Estou entrando como de muito mau humor. Mas às vezes consigo. Sim. E acho que isso é normal.”

Esse foi um ponto importante escolhido pelo grupo como tema de análise. Recuperação não significa estar pronto, é estar ciente desse processo. Poder expressar as limitações e aceitar as faltas é também um processo já mencionado em outra entrevista. A oportunidade de receber apoio para perceber isso, se permitir também não se cobrar nesse

lugar de “perfeição” impossível, de ideal, e cuidar de si aparecem como essenciais a Alla. As experiências dos recém chegados carregadas de dor e do que ainda está vivo na memória têm efeitos nesses encontros. As experiências vividas e as marcas do trauma estão ainda em “carne viva” e “ainda queimam”. *“não é fácil para ela quando ela se senta com o paciente e compartilha sua experiência. Não é só a experiência deles. Às vezes toda a família que está envolvida na discussão e na avaliação nas sessões, cada um vê no seu ponto de vista nos seus olhos e às vezes, sim, sinto que está sobrecarregado.”*

O processo de aculturação é um desafio a todos os membros da família, no caso da Alla, há ainda esse reordenamento do lugar do sobrevivente nesse núcleo familiar. Assim como K. também mencionou, em muitos casos, aquele que carrega a marca corporal “sobrecarrega” as memórias familiares e experiências compartilhadas. Em muitos casos, há que se desprender cuidados físicos a este membro da família se tornando um “peso” a mais nesse processo já muito custoso a todos. O Peer pode então ser um elo, uma ponte que aponta a uma realidade de autonomia e menos dificuldades.

Então, como o encontro com o Peer ou outra pessoa que Alla está apoiando impacta a si mesma?

“Ouço como muitas histórias de dor deles. Às vezes tem impacto na minha saúde mental. E acho que é normal. É por isso que eu preciso de alguém para compartilhar o que eu sinto e compartilhar também minhas emoções para me proteger. Normalmente não compartilho com outros histórias de pacientes por causa da confidencialidade, mas geralmente estou falando mais sobre mim e como me sinto.”

As histórias compartilhadas, os afetos, impactam a todos os envolvidos, ao indivíduo, à família e ao Peer. Assim, o apoio emocional aparece como sua primeira resposta no que seria importante para se tornar um Peer. Então a minha outra pergunta foi qual é o ganho em ser um Peer?

“Há muitas coisas positivas. Por exemplo, lembro-me que saí apenas de casa para um tratamento para ter um tratamento como fisioterapia ou cuidados médicos. Agora saí de casa para apoiar os outros, para mudar a vida dos outros, para ver, para ver as pessoas. Eles são

a sua mudança de vida do desesperado para a esperança. Então eu acho que isso é uma coisa muito importante para mim que mudou na minha vida. Começo a sentir que estou a dar a esta sociedade e estou a dar algo às pessoas, não só a receber cuidados ou tratamentos médicos.”

A transformação social como consequência desses encontros é uma afirmação da ordem da política. Importante salientar que definimos aqui como política o termo clássico do grego πολιτικός / *politikos*, que significa algo relacionado com grupos sociais que integram a *polis*, ou seja, todos os assuntos relativos à vida em sociedade, comunidade, coletividade, à vida urbana. Então o se reconhecer neste lugar outro, corpo mesmo-outro, com o outro de outro lugar e cultura, é um ato da política.

Se entendemos que política é sobre as relações dos indivíduos na polis, ser um Peer para Alla é exercer uma função então política. Quando a sociedade impôs destituição, há que se reconstruir laços e afetos. Ponto que o grupo de intervenção escolheu a ser melhor explorado na análise .

O que mudou para si mesma desde que se tornou um par?

“A autoconfiança. Porque é realmente o que ela sentia falta de autoconfiança em algumas áreas, mas agora ela está realmente autoconfiante em si mesma e até mesmo em sua família. Disseram-me que, se a minha família quiser tomar uma decisão, a primeira pessoa que vêm dar a opinião sou eu. Então, realmente, ser um conselheiro de pares me ajudou a ser mais confiante. E na frente de todos, até da minha família. Esta é a coisa mais importante que o aconselhamento entre pares acrescenta à minha vida e à minha personalidade.”

Ser um Peer acrescenta aspectos identificatórios à “sua personalidade”, ou seja, molda sua subjetividade também no processo e a partir dessas mudanças, passa a ocupar um lugar discursivo diferente na sua história. Pergunto-lhe sobre os desafios que ela enfrentou com os pacientes.

“O primeiro desafio é a acessibilidade, ambiente acessível. Por exemplo, se há um paciente e o que eu quero visitar e não há rampa ou não há elevadores, apenas escadas. Então eu não vou chegar a essa pessoa. Portanto, a acessibilidade ambiental, é o principal e os primeiros desafios que enfrentamos. O segundo desafio que enfrentam é a confiança. Às

vezes, precisa de tempo para construir a confiança não só com o paciente com suas famílias, também porque na primeira sessão geralmente eles perguntam a ela que tipo de apoio você vai dar a ele e, para ser honesto, eles se concentram mais no apoio financeiro ou em outro apoio como algo que eles podem ver como ferramentas ou o que quer que seja mais concreto. Por isso, por vezes, não acreditam na importância deste tipo de apoio e este é um dos desafios que enfrentamos não só com o paciente mas também com as suas famílias. Portanto, estes são para ela os principais desafios que enfrentam, e por vezes as elevadas expectativas da família, do aconselhamento entre pares.”

Isso é interessante, para ajudá-los a entender que podem ter seus próprios mecanismos de enfrentamento para se tornarem independentes, não apenas demandando e respondendo ao Outro.

Análise da Entrevista de Alla – Corpo político e autonomia

O grupo de intervenção analisou dois principais temas que emergiram na narrativa de Alla: o Corpo político e Autonomia.

Corpo político

O Apoio entre Pares aparece em cena para Alla como a possibilidade de apoio nos “primeiros passos” de reorganização identitária e psíquica. Caminhar junto com esse outro semelhante que sobreviveu ao horror da guerra é testemunhar uma história individual e também coletiva. Podemos perceber o valor do testemunho como reconhecimento e oportunidade de enlace nas diferentes entrevistas já analisadas nesse trabalho, ponto que se repete nas diferentes experiências compartilhadas.

Alla ficou um ano em depressão e isolamento, os encontros com os Pares foram “permitindo-lhe voltar à vida” como descreve. Função também de “parentalidade” ao se colocar como um “modelo” nesses “primeiros passos” antes de seguir por si só. Esse ponto é

repetido em todas as entrevistas, o lugar de um modelo bem sucedido, o que representa um lugar discursivo diferente de quando iniciaram sua trajetória de recuperação. Mas Alla levanta um ponto essencial, o de não se colar a esse ideal do eu, em não se alienar a essa construção imaginária de perfeição. Pelo contrário, poder dizer que as vezes sente-se triste e está tudo bem também. *“E terminar este processo, o processo de recuperação não significa que você vai estar totalmente bem às vezes. Estou falando de mim. Às vezes sinto-me deprimido. Sinto-me triste. E isso é normal.”*

O reconhecimento de afetos e ambivalência é a possibilidade de oferecer um espaço ao outro também ser. Isso é possível ao reconhecer que nem tudo é resolvido na relação de amor com o outro. O desamparo original constitutivo da vida psíquica de todos nós, nos lança à incompletude de qualquer relação.

Freud (1926) trabalha a noção de desamparo no contexto do desenvolvimento psíquico. Esse conceito está diretamente relacionado à idéia de uma experiência inicial de vulnerabilidade e dependência do ser humano frente ao mundo exterior. Freud sugere que, ao nascer, o ser humano se encontra em um estado de "desamparo original" (ou "*urhilflosigkeit*"), em que não possui nenhum recurso para se proteger ou cuidar de si mesmo. Na impossibilidade de responder aos afetos e excitações internas, o bebê procura um objeto que o satisfaça. Porém não há um objeto de completude, assim como não há uma resposta única aos equívocos e necessidades da vida. Ser, é estar ‘desamparado’, é um fator base das futuras experiências de angústia e desamparo que se repetem ao longo da vida. A experiência de desamparo é, portanto, fundamental na construção da relação entre o indivíduo e o mundo, influenciando suas defesas psíquicas e a formação do ego. Essa condição inicial de desamparo aponta para uma incompletude na relação com o outro mas também uma abertura a outras formas de enlaçamento com o outro.

O reconhecimento do desamparo como parte da vida em sociedade ao invés de evitá-lo a todo custo parece ser a saída para certa autonomia. Freud (1930) trabalha esse ponto da identificação com o grupo como forma de pertencimento e como resposta ao desamparo. Apesar de já ter citado esse ponto das identificações com o grupo na análise da entrevista de Amira, retomamos aqui o Mal Estar e os afetos reprimidos pelo sujeito para fazer parte de um

grupo. A identificação seria uma estratégia para aplacar certa angústia frente ao desamparo como possibilidade de ‘pertencimento’, levando os indivíduos a certo nível de alienação ao grupo social. O desamparo assim sendo, convoca o sujeito ao laço com o outro. Poderia o desamparo ser também uma abertura possível de saída da alienação ao grupo. A partir do ser afetado pelo desamparo, poderia-se questionar sobre outra forma de deixar-se afetar e outra forma de construção de laço social.

O autor Vladimir Safatle (2015), avança esse conceito ao discutir o circuito dos afetos na sociedade e os efeitos nos corpos políticos. Segundo o autor, é a recusa de um desamparo que expressa coordenadas sócio-históricas precisas como mola ao desejo de alienação social. Mas é da afirmação do desamparo, que vem a emancipação. O desamparo não é algo do qual se luta contra, mas algo que se afirma. É da afirmação da contingência e da errância que a posição de desamparo pressupõe, o que transforma esses conceitos em dispositivos de transformação política. O autor ainda adverte que constituir vínculos políticos é indissociável da capacidade de ser afetado, de ser sensivelmente afetado. Um corpo não é apenas o espaço no qual afecções são produzidas, ele também é produto de afecções. “Estar desamparado então, é deixar-se abrir a um afeto que me despossei dos predicados que me identificam” (p. 26). Um corpo político, nessa visão, é um corpo em contínua desposseição e desidentificação de suas determinações. Um corpo marcado por contingências que desorganizam normatividades.

Safatle (2015), numa perspectiva crítica, aponta para uma desconstrução de modos de inscrição tradicional única para produzir a abertura social à multiplicidade própria, “um corpo sem *eu* comum e unidade”, um corpo aberto com autonomia e autenticidade.

Autonomia

E não seria justamente isso que Alla aponta em seu relato? A possibilidade de, a partir da sua diferença, dar espaço ao outro para caminhar com as próprias pernas e desenvolver autonomia. Mas inicialmente, houve uma marca significativa na aposta da identificação. Foi a

partir da relação imaginária, do mesmo, que se apostou no processo de reconstrução da sua história, ou melhor, deveríamos então fazer (des)construção das marcas de normatividade de alienação.

Esse lugar, apesar de não ser novo, das mulheres e crianças em conflitos armados, nos convoca a repensar e analisar o lugar discursivo de mulheres e crianças sobreviventes nesse contexto na contemporaneidade, considerando suas fragilidades, sofrimento psíquico, mas também suas possíveis saídas diante desses impasses. Portanto, a questão de gênero é um aspecto relevante a ser incluído.

No próprio Relatório do comissário dos Direitos Humanos da ONU (2023) vemos como é dado espaço à questão de gênero e seus impactos especialmente no conflito na Síria. O documento aborda as consequências negativas do conflito prolongado sobre as mulheres e meninas na Síria, especialmente em decorrência do deslocamento maciço e do aumento do número de mulheres só: viúvas de centenas de milhares de pessoas mortas, esposas de cônjuges desaparecidos e órfãs na Síria. O conflito afetou a capacidade dessas mulheres e meninas de ter seus direitos mais básicos garantidos, como, por exemplo, o direito à alimentação e à saúde. Nesse cenário, das quase 6 milhões de pessoas que vivem em extrema necessidade de assistência nutricional, 74% delas são mulheres e meninas.

As famílias chefiadas por mulheres têm duas vezes mais chances de relatar uma total incapacidade de atender às necessidades básicas em comparação às famílias chefiadas por homens. Aquelas que vivem em deslocamento prolongado são ainda mais afetadas: 92% das famílias chefiadas por mulheres que vivem em campos de deslocamento na Síria relatam capacidade insuficiente ou incapacidade total de atender às suas necessidades básicas. Os ataques sistemáticos às instalações de saúde durante todo o conflito reduziram, em muitas áreas, o acesso à assistência médica, inclusive aos serviços de saúde reprodutiva, o que leva muitas mulheres ao sofrimento puerpério ou a complicações no parto sem assistência apropriada, aumentando os riscos para a vida da mulher e do bebê. Além disso, elas também sofrem tratamento discriminatório com base em seu gênero.

Em algumas regiões da Síria e em outros países, há relatos de que os casamentos precoces e forçados - principalmente de meninas - aumentaram também em consequência do

conflito. Esses casamentos são frequentemente utilizados como um mecanismo de enfrentamento às dificuldades financeiras exacerbadas pelo conflito ou para atenuar os riscos à reputação da honra da família em meio ao aumento dos riscos de violência sexual em arranjos de moradia superlotados causados pela destruição de casas e pelo deslocamento (ONU, 2023).

Ainda a respeito deste grupo é de se notar que mulheres enfrentam estigmatização e discriminação com base nos supostos vínculos de seus maridos com grupos armados. Desse modo, o número de casos de violência sexual também é muito maior durante e após conflitos. No nordeste da Síria, cerca de 56.000 pessoas estão detidas em condições precárias, o que constitui privação ilegal de liberdade e tratamento cruel e desumano. Entre elas estão mais de 37.000 estrangeiros de aproximadamente 66 países, e a maioria são viúvas e esposas de supostos combatentes do Da'esh, suas filhas e filhos pequenos (ONU, 2023).

É então a partir de se desconstruir e despossuir dessas marcas impostas pelas questões sociais, políticas e culturais, para se apropriar de um lugar outro, uma posição subjetiva outra, de autonomia, transformação, desejo e até “*meio deprimida*” as vezes, e “*isso é normal*”. Um lugar de sujeito dono de seu destino, construindo uma narrativa própria.

Alla, mulher, cadeirante, sobrevivente de uma guerra, e que em muitos cenários lhe seria socialmente designado um lugar de “segunda esposa”. Perdendo o lugar de reconhecimento e valor na família, muitas vezes dos direitos em relação aos filhos e designada a um lugar de silenciamento. Ouso aqui chamar de “apagamento discursivo”, pois a muitas é negado o direito de criar os filhos e vê-los crescer, como se impusesse um corte nessa ancestralidade e impusesse o apagamento das marcas geracionais.

Alla, a partir do processo em se tornar uma Peer, se apropria de outros espaços nos laços sociais e de um lugar outro discursivo.

3.2 Apresentação e Análise das Narrativas: Segunda Recolha de Dados

Após seis meses da primeira recolha, foi realizada a segunda etapa de recolha de dados. Com intenção de acompanhar longitudinalmente a experiência de uma das participantes. Considerou-se que era a única em um início do processo de tornar-se uma *Peer Support*, e, dessa maneira, poderia revelar aspectos importantes desse processo de transformação, re-organização identitária e re-posicionamento subjetivo. Habiba, apontou também ao final da primeira entrevista, interesse em compartilhar sua experiência em um segundo momento. A entrevista aqui apresentada e analisada foi parte desse segundo momento de recolha de dados que aconteceu seis meses depois. A questão colocada foi sobre a sua experiência desde a primeira entrevista e o seu processo desde então.

Habiba, a participante, e as mulheres as quais ela se refere são todas migrantes de países do Oriente Médio que sobreviveram a conflitos armados e sofreram queimaduras ou feridas graves consequentes do conflito. Elas se encontram deslocadas geograficamente ainda na região do Oriente Médio e participam de um projeto de cuidado de saúde que inclui apoio psicossocial e saúde mental.

O segundo artigo foi fruto da apresentação e análise dessa segunda recolha de dados e desse processo longitudinal de Habiba.

Apresentação da Narrativa II – Habiba

A entrevista se inicia com a seguinte pergunta: *“Há algo que você queira compartilhar sobre essa experiência durante esses meses como Peer Support Worker?”*

A participante começa sua narrativa com uma afirmação que aponta um desejo mas que, já em si, marca uma diferença do antes e do agora: *“Quando primeiro cheguei aqui, você sabe que havia alguma paixão para começar. E eu não tinha tanto medo.”*

Medo? pergunto.

“Há um certo medo. Sobre não ser possível gerenciar os casos ou como lidar com pacientes com queimaduras ou com lesões diferentes? Então é a primeira vez que eu lido com

isso. Então foi como um “você não pode fazer isso”. Sim, eu não sabia o que era isso, o que precisava, não tinha muitas expectativas antes de começar e como eu ia impactar o paciente, o apoio que eu ia fornecer.”

O medo aqui, colocado como uma (im)possibilidade diante do desafio e do encontro com o outro, da ordem do insabido, do enigmático, do estranho. Algo comum a toda relação com o outro estrangeiro, que diz também da estrangeiridade própria. De conteúdos inconscientes, não (re)conhecidos da consciência e que nesse encontro com o outro, também diz de si. Os efeitos também de si no outro. Saber (im)possível de pre-dizer. Diante deste, a incapacidade de não saber fazer. Se depara com a falta, uma falta que a convoca à transformação.

Nesse processo em se tornar uma PSW, além de conhecimento técnico, a prática convoca a um reconhe(ser)se. O apoio nesse processo com treinamento e supervisão se fazem essenciais.

“Eu não tinha informações suficientes ou mais detalhes sobre o impacto da intervenção que eu ia fazer com o paciente, nas avaliações dos pacientes e nas sessões que eu tenho que fazer, os objetivos que eu tenho que trabalhar e então, no início, eu recebi muita ajuda da equipe de saúde mental e esse é o ponto da velha conversa de esperança porque a gerente e toda a equipe de psicólogo, psiquiatra colaboraram. (...) Aprendi muito com eles. Comecei a fazer as sessões. Quando eu comecei na sessão, eu estava com medo, sentindo medo dentro do meu coração. Mas conseguimos, agora, tudo é mais fácil para mim e eu sei melhor sobre o que eu devo fazer e os objetivos e sessões. Como eu posso começar com o paciente, construindo um relacionamento, relacionamento confidencial. Então aprendi muito com eles”

A entrevistada aponta então para essa relação, um encontro com efeitos em ambos, no que oferece apoio e naquele que o recebe. Nesse processo, é então essencial, que tenha suporte para desenvolver suas habilidades. Como os pais e a parentalidade. Habiba precisou de tempo sendo acompanhada.

Continuo a entrevista retomando o que a própria participante relata: “Quando você diz que aprendeu o objetivo.” Você pode falar um pouco mais sobre o que você entende que é o seu objetivo agora?

“Então, no início, tratava-se apenas de aceitar suas almas e o trabalho de aconselhamento. Mas agora comecei a saber mais sobre higiene do sono. Mais sobre controle da dor. Vou aprender habilidades mais técnicas como uma habilidade de comunicação e clínica, e ah sim, e também os limites.”

Aqui a entrevistada aponta para o desenvolvimento de competências técnicas e da importância de treinamentos “formais” e suporte técnico. Outro desafio trazido pela participante é a questão cultural e a linguagem.

“Talvez a linguagem seja tão difícil para mim entendê-la no início, mas aqui, os meus colegas iam me dizendo... que se você ouvir essa palavra significa assim. (...) E comecei a lidar com eles como se tivesse medo, mas agora, não, sinto que somos apenas humanos e estamos apenas em contato uns com os outros.(...) Sim, porque a maioria das coisas que eu realmente confundiria eu acho que em inglês foi quando você diz para o paciente do Iêmen, quando você diz para ele: “você quer isso?” ele faz assim e diz que sim, o que significa na nossa cultura: Não. Mas em sua cultura significa sim.”

A linguagem e o encontro entre culturas aparece então como essa falta em dizer e compreender tudo, na (im)possibilidade desse (des)encontro entre duas pessoas com seus significantes próprios. A participante então compartilha um outro desafio para ela nesse encontro com o outro, a questão de gênero:

“Com homens ainda, é um desafio, para ser honesta. E preciso de tempo para se preparar mais para dar suporte ao paciente do sexo masculino. Então, sim, estamos trabalhando essa experiência para normalizar o meu sentimento, e de que está tudo bem e vou ter apoio nesse processo para começar a trabalhar com homens e saber mais os desafios e que durante a supervisão posso discutir isso. (...) Eu sinto que eu não posso gerenciar o caso no início, porque eu não sei como começar com eles porque eles são homens e eu sou mulher.”

A partir do encontro (im)possível com o outro, é possível rever questões de si, seu lugar discursivo em relação ao cultural e simbólico e que em um lugar outro, na relação com o outro, pode-se rever essas questões que emergem e que talvez ao longo dos seus anos, foram apenas repetidos. O que é ser mulher, como uma mulher se comporta diante do sexo oposto.

Essa relação coloca em questão então a sexualidade.

“Eu acho que na cultura, o desejo, a gente pode conversar com tudo sobre tudo com as mulheres e ela pode falar sobre tudo com uma mulher. Mas quando você acaba de tomar com um homem tem alguns limites que você não pode fazer, para mim está tudo bem, mas eu não sei se é para ele, como não é permitido para uma mulher falar sobre essas coisas com os homens que eu não conheço.”

Pergunto à participante então o que é que pode-se falar com uma mulher e não com um homem?

“Acho que você começa a fazer uma pergunta muito sensível. Você sabe disso. Sim, porque sou mulher. (...) E tem o nosso sentimento. Ou porque se ele estivesse no seu país ele teria... assim... atenção da família. De sua família para sua lesão ou para seu caso que o trouxe aqui, Quando ele disse com uma mulher começou a apoiá-lo começou a dizer-lhe que tudo é fácil, tudo vai ficar bem.... Então assim... talvez ele comece a pensar. É, ela cuida de mim, ela. sim, tenho certeza que ele... gosta. (...) Começa a pensar se posso me casar com você.”

Em seguida, a entrevistada pontua a importância de ter supervisão para aprender a lidar com suas próprias questões nesse processo de apoio com um outro par. E continua a relatar o que a partir desse encontro com o outro de outro lugar, de outro sexo, convoca em si mesma. Habiba revela em sua narrativa a importância de supervisão, pois esse encontro com o outro, a convoca em sua estrangeirice própria. Convoca e evoca conteúdos que antes eram reprimidos.

“Eu me sinto culpada? Eu sinto. Talvez eu seja responsável por esse sentimento, ele compartilhou o que sente e ela respondeu. E agora, como eu posso lidar com essa situação?”

(...) Mas depois da sessão eu podia ver, alguém que está confusa. E para ser honesta, fiquei confusa e estressada por muitos dias só pensando no que aconteceu.”

Efeitos que a convocam a se rever em sua posição subjetiva e discursiva. Encontro que não é neutro, tem em si efeitos em ambos. Habiba diante do desejo de um outro, ao reconhecer-lo, é convocada em um lugar não mais infantil. Continua com o relato de sua relação com outras mulheres, e parece então, que Habiba esta se deparando com um lugar de mulher, que lhe gera estranhamento.

“No começo eu estava apenas construindo uma relação entre mim e as pacientes depois disso, depois daquela terceira e quarta sessão, eles começaram a me dizer...oh atrevido, que nós somos tão confortável com você.”

A partir dos encontros e da relação entre pares, passam a falar de seus desejos e sexualidade. O que parecia estar reprimido nesse contexto. O que emerge como marca de identificação é a questão de gênero para além da queimadura.

“Eu vejo o impacto que esta fazendo nelas, elas começaram a sair de seus quartos. Começaram a vir para a sala de atividades. oh e elas começaram a saber mais sobre si mesmas. Elas começaram a se concentrar mais em si mesmas.”

No decorrer dos encontros, a relação de confiança e o laço construído permite que através deste enlace, possam falar do que há de mais íntimo.

“Depois disso, que eu comecei a construir essa confiança com a paciente e ela compartilhou uma informação muito, muito sensível relacionada ao assédio e... E ela queria ficar calada, mas ao mesmo tempo não estava se sentindo bem. Não estava bem. Mas ela só compartilhou comigo e passo a passo eu a ajudo a gerenciar e lidar com a situação e deixá-la segura. E eu só estou pensando, se ela ainda estiver com o conselheiro, talvez ela não conte isso para ele porque esse paciente ela tem na cultura a questão da mulher. Elas não podem falar. Então estou feliz por muitas coisas. Pelo psicólogo que ele sabe disso e ele optou por sugerir o suporte e comunicação, o ambiente seguro, comigo.”

A entrevistada aponta então para uma contribuição importante do Apoio entre Pares, a da colaboração multidisciplinar. Relata também como administraram juntos a situação. E em

um nível mais individual, traz então, as questões relacionadas não apenas ao deslocamento geográfico e as diferenças culturais, mas também os efeitos das marcas físicas fruto das experiências dos conflitos.

“E as adultas mulheres compartilharam comigo que, por causa de suas queimaduras, elas têm medo de que elas não serão aceitas na sociedade. Então comecei a fazer com que elas não focassem na lesão. Apenas focando em suas habilidades, porque não importa se há alguém que vai te amar, ele não vai te amar por causa de sua fé ou sua beleza. vai te amar porque você é você. Então elas começaram a se olhar para dentro e começaram a se amar.”

A partir da marca física, fala-se então das marcas da experiência, das marcas discursivas deste lugar de mulher nesta sociedade.

“Elas se sentem seguras porque tudo e todos são como nós. Há muitas lesões, há muitas delas, então não, (...) mas elas só pensam em quando voltam para seus países. Qual é a reação das pessoas lá? E se serão aceitas ou não? (...) Só acho que o mais importante e problemático que elas têm é que elas acham que os homens em seus países não vão aceitá-las. Não há valor para o sexo feminino. Mas apenas elas sentem que não há ninguém que vai amá-los por causa de suas queimaduras . Este é o ponto.”

A partir deste lugar de identificação é possível falar de seus medos, expectativas... é possível se questionar desse lugar que se ocupa diante do desejo do outro. Um lugar discursivo de destituição, que pode ser questionado a partir do outro olhar em um outro lugar.

“Teve uma paciente, Ela era do Iraque. O marido disse que ele a amava muito. (...) Eu te amo muito. Eu não vou te deixar nunca. Mas quando a lesão aconteceu. Ela não o viu mais a partir deste momento. Mesmo aqui no hospital, aqui ela pedia que falasse com seus filhos e não ele pedia por ela nunca. E isso a deixa mais traumatizada. Traumático mais do que a lesão em si.”

Ela não o viu mais, ela não foi vista. Aqui emerge a vulnerabilidade de certos grupos, não ser vista, a invisibilidade dessas mulheres. A invisibilidade de um sistema que potencializa o apagamento discursivo, ela pedia para falar com os filhos, direito que lhe foi negado. *“traumático mais do que a lesão em si”*.

A partir do encontro com a Peer que passou pela mesma experiência, é possível ter outras perspectivas, se espelhar em uma experiência outra.

“E todo mundo que começou a compartilhar comigo a história, me disse que não se via de uma forma boa. Tem que se reconhecer. Quando me olho no espelho, acho que assim, eu me vejo.” “Eu acho que tenho as evidências para elas. Quando eu falo, eu sinto ser mais forte porque eu experimentei isso antes. (...) Então, quando eu experimentei antes, eu sinto que eu sou forte e eu tenho a capacidade de fazê-las acreditar no que eu disse.”

E o que esse espelho diz de si? Esse encontro tem também efeitos naquele que oferece o suporte. Ser um modelo “bem sucedido” carrega suas marcas e “peso” subjetivo. Pergunto então que experiência é essa similar? Você diz que aconteceu com você também?

“Você ficará surpresa, mas aconteceu. Talvez quando eu era criança, minha mãe me disse que eu não podia ir a certo lugar quando há um homem em casa. Você tem que ter mais certeza sobre se há sua mãe ou sua filha ou algo assim. Só assim ela me mandava fazer alguma coisa ou trazer algo de outras casas. Uma vez me pediu para pegar algo. Então eu fui até ele. Ele queria que eu estivesse mais perto, perto da mãe (...) Sem dizer nada porque eu só tenho medo de dizer para minha mãe ou meu pai e há um grande problema o que acontece e nossa sociedade temos que manter silêncio. Então minha mãe, eu não sei como ela sabe. Ela me disse isso. Vem comigo. Para o quarto. O que aconteceu com você? Eu disse a ela que não tinha acontecido nada. (...) Ela sabe que aconteceu alguma coisa a partir da minha palavra. Sim, ela resolveu o problema sem dizer nada para ninguém até agora. Ninguém sabe disso. Apenas eu e minha mãe.”

“Estou surpresa porque estou apenas me lembrando disso agora. E por causa da minha lesão, eu simplesmente esqueço muitas coisas que aconteceram comigo (...) Mas essa coisa eu não esqueci nunca. Então, ela se surpreendeu. E você, você ainda se lembra disso, E por causa dessa experiência, contei a ela e compartilho minha experiência com ela. (...) E eu disse a ela que também tinha medo. (...) Mas a gente tem que falar. Temos que não nos calar e ela se sente forte também e passou a compartilhar.”

Através dessa marca, dessa experiência que ambas não sabiam de si e que não viam, estava invisível, mas agora algo foi evocado nesse espelho de si e do outro, ambas puderam compartilhar, ver e ser. E a partir de então, daquilo que pode ser simbolizado e reconhecido através do testemunho, pode-se avançar, pode-se elaborar saídas criativas para o que até então era um impasse, uma visão turva e que agora se vê mais claramente.

E assim podem construir de maneira singular uma narrativa outra. E a participante também pontua ao finalizar a entrevista, um aprendizado essencial nesse processo em se tornar uma Peer, de que ela não conhece tudo, não sabe todas as soluções e esse caminho é construído por cada um em sua experiência única.

Análise da Entrevista II de Habiba - As mulheres, o feminino e suas possibilidades.

Como resultado desse segundo momento, os principais temas que se destacam na narrativa da entrevista para serem analisados são: As mulheres, o feminino e suas possibilidades.

A participante diz estar mais envolvida em atividades de apoio e aconselhamento de pares. Porém, logo afirma que *“trabalho com crianças e mulheres, e agora com os pais também. Com homens ainda não. É um desafio, para ser honesta. E preciso de tempo para se preparar mais para dar suporte ao paciente do sexo masculino”*. Isso, de imediato, abre à questão se haveria um certo desconforto em lidar com o sexo oposto, ou seria talvez um incômodo em lidar com as suas próprias questões enquanto mulher no encontro com o outro do sexo oposto.

A entrevista continua e a participante então explica a razão de se sentir desconfortável à diferença imposta pelos gêneros: *“eu acho que na cultura, o desejo, a gente pode conversar sobre tudo com as mulheres e ela pode falar sobre tudo com uma mulher como ela. Mas com um homem tem alguns limites (...) não é permitido para uma mulher falar sobre essas coisas com os homens que eu não conheço”*. Essas coisas a qual se refere acaba denominando como *“questão sensível”* e *“o desejo”*. É uma questão sobre o desejo do outro e sobre se perceber

nesse lugar de mulher desejada. Há também a questão: como responder a esse olhar que este corpo suscita? Um corpo que apresenta marcas consequentes de ferimentos e que mudou a sua forma, mas um corpo também atravessado pelas marcas da linguagem, da cultura e do simbólico. Corpo que incorpora a cultura, o discurso, traços do feminino e que, então, desperta o olhar do outro.

Uma ambivalência eclode, um corpo físico marcado e rejeitado pelo outro mas um corpo também sexualizado: *“as mulheres adultas compartilharam comigo que, por causa de suas queimaduras, elas têm medo de que elas não serão aceitas na sociedade.”*

Algumas mulheres receberam o divórcio por conta de seu corpo marcado e como consequência, perderam a guarda dos filhos. Outras passaram a ser estigmatizadas e seus maridos casaram com segundas esposas e, neste caso, as mulheres passam a um lugar de empregada, sendo destituídas deste lugar discursivo de primeira esposa. Para estas mulheres, essa experiência é vivida como uma humilhação. O conteúdo do relato apresentado por Habiba é uma representação dos dados dos relatórios sobre conflitos armados e gênero. Nos apresenta em prática a realidade expressa pelos relatórios e dados internacionais. Sistemas que reforçam a invisibilidade das mulheres. A Peer que recebe o apoio, originária do Iraque, é outro número nas estatísticas de violações dos direitos das mulheres.

Segundo relatório da ONU (2023) práticas e leis discriminatórias preexistentes, muitas vezes reforçadas por normas culturais da sociedade, já colocavam as mulheres e meninas em situação de vulnerabilidade antes do conflito, inclusive, em relação à igualdade perante a lei; proteção contra a violência; distribuição equitativa da herança; acesso à moradia e à propriedade; direito à família e à custódia dos filhos; atribuição de nacionalidade aos filhos; e, às vezes, liberdade de movimento. As mulheres que não gozam da presença de um homem na família podem enfrentar restrições específicas aos seus direitos humanos, como liberdade de movimento e violências com base em estereótipos culturais e discriminação, além da vulnerabilidade econômica.

Esses dados revelam que além do alto risco de serem mortas durante o conflito, o pós-conflito exacerba também a vulnerabilidade destes grupos. Em um cenário de conflito, mulheres e crianças sobreviventes, enfrentam ainda esta realidade cruel de violência,

discriminação legal, social e cultural que compromete ainda mais aquelas que precisam de atenção urgente.

Ressaltamos, que entenderemos mulher como o indivíduo autodeclarado mulher na sua própria cultura. Por conseguinte, e uma vez que mulheres estão morrendo de forma considerável nas guerras na contemporaneidade e as que sobrevivem se encontram muitas vezes em um lugar de vulnerabilidade, desigualdade de gênero, de violação de seus direitos e de destituição de um valor de humano.

Considerando a importância da diferença de gênero nesse contexto, tentamos apresentar também como parte da análise, possibilidades de reconstrução desse lugar humano para essas mulheres, ou seja: o que é possível como saída desses impasses, para esses corpos desumanizados, enquanto estratégias de enfrentamento da violência e apagamento discursivo? A partir disso sustentamos que os conflitos armados provocam uma desidentidade para essas mulheres, e que o trabalho entre pares, sustentado na identificação, pode ser importante para mulheres em situação de refúgio, em especial para uma reconstrução identitária.

O percurso ora proposto também inclui apontamentos sobre esse ponto teórico pois foi desenvolvido a partir dessa entrevista, realizada na segunda etapa de recolha de dados com uma Peer sobrevivente com queimaduras graves no corpo, que trabalha com migrantes e refugiados sobreviventes de conflito armado, em que esse ponto é mencionado e se apresenta como fundamental a ser discutido nesse processo de re-organização identitária. Desse modo, almejamos também apresentar, a partir dessa entrevista, uma discussão sobre a realidade das mulheres nas guerras e discutir o Apoio entre Pares como uma ferramenta possível para uma reconstrução identitária.

O medo da realidade, da rejeição e de não serem aceitas na sociedade pode levar a certa vulnerabilidade se sujeitando ao outro e às suas exigências que podem ser abusivas, opressivas ou destrutivas. E no caso da entrevistada esse medo de rejeição e demanda de amor está intimamente ligada à questão de gênero: *“o mais importante e problemático é que elas acham que os homens em seus países não vão aceitá-las. Sim. Não há valor para o sexo feminino.”*

A entrevistada relata preferir trabalhar com as mulheres e como elas solicitam por seu apoio ao invés dos conselheiros e psicólogos homens. Elas querem falar sobre “o atrevido”. *“Eu vejo o impacto que está fazendo nelas, elas começaram a sair de seus quartos. Começaram a vir para a sala de atividades. E elas começaram a saber mais sobre si mesmas. Elas começaram a se concentrar mais em si mesmas.”* Mas ainda encontram barreiras para se expressar pois há a “cultura e a questão da mulher (...) elas não podem falar”.

Durante a entrevista, a participante então relata um acontecimento de assédio com uma das mulheres a quem dava suporte. Desse relato compartilhado, a participante a ajudou a não se calar. Comenta que questões relacionadas a culpa, auto-estima, sensação de vergonha, foram trabalhadas nos encontros, mas algo além também suscitou uma identificação da entrevistada com a participante: *“experiência semelhante foi comigo antes de 10 anos. (...) E eu disse a ela que também tinha medo. Mas quando eu falei e quando eu falei para a minha mãe e ela resolveu esse problema, eu vejo que a gente tem que falar. Temos que não nos calar e ela se sente forte também e passou a compartilhar o mesmo com os outros.”*

Através do espelho pode-se ver. Ver aquilo que as marcou com violência e vi(ver) diferente a partir de agora. Poder ver as possibilidades a partir desse compartilhar, desilenciar para quebrar a invisibilidade de viver.

As mulheres, a partir dos encontros com a Peer, passaram a se reunir em grupos e a compartilhar como estabelecer limites às demandas às quais não desejam responder, querem também saber mais sobre como “vi(ver)” novamente e transitar pelos limites e nuances da existência. Abre-se um espaço entre culturas, entre indivíduos, entre passado e futuro, abre-se para a possibilidade de ser e se reconhecer outra. A partir do encontro com o outro, foi possível passar a saber mais de si e a se re-conhecer através do olhar desse outro.

As Mulheres

As marcas corporais são o que possibilita esse encontro inicial, porém a partir desse encontro as questões da existência acabam vindo à tona. O existir neste corpo que diz do

mesmo mas é também outro depois das visíveis marcas dos ferimentos. Corpos marcados que despertam o olhar do outro, hora de rejeição, hora de atração. Como responder ao olhar do outro? Como ser mulher com este corpo marcado e diante das representações sociais e culturais? Como se reposicionar discursivamente?

Retomamos o ponto aqui do reconhecimento de si a partir da relação com o outro considerando as marcas no próprio corpo. Questão que independente do gênero seria colocada. Porém, o ser mulher se apresenta aqui como uma categoria adicional nesse processo, essencial e necessário de ser discutido. O lugar da mulher na sociedade, no caso do Oriente Médio em específico, e o seu lugar discursivo ocupado na cultura, tem seus efeitos nas subjetividades e nas suas questões ao se (re)ver corporalmente outra.

Podemos interpretar esse encontro entre as mulheres e a Peer, mediado por esses primeiros laços construídos através da identificação, como um espaço com potencial para ressignificar o passado e traduzir a cultura numa atualidade insurgente. O lugar discursivo atribuído à mulher, muçulmana, coberta, mas agora também marcada pelo sofrimento, pode assim ser posto em causa, permitindo que as representações culturais e sociais sejam desafiadas e reavaliadas.

A narrativa da participante destaca o impacto desproporcional que os conflitos armados têm sobre as mulheres e o quanto as guerras intensificam ainda mais as desigualdades. A participante relata diversas formas de violência, incluindo abusos, perda de autonomia, e discriminação dentro de suas próprias comunidades. Essa realidade está em consonância com as teorias de Gayatri Spivak (1988), que discute o conceito de "subalternidade" – a posição de marginalização e silenciamentos em contextos pós-coloniais e de conflito. Spivak argumenta que, muitas vezes, nessas situações, os sujeitos são relegados a uma posição de subalternos. A exclusão dessas mulheres dos processos de reconstrução social após os conflitos, reforça um silenciamento discursivo. No entanto, as participantes também indicaram formas de resistência e resiliência, muitas vezes manifestadas nas interações com outras mulheres, destacando a necessidade de espaços de fala seguros.

Spivak (1988) constrói importantes questões sobre o lugar de sujeição do indivíduo ao Outro a partir da pergunta “*Pode o subalterno falar?*”. A questão da autora não incide sobre o subalterno como aquele que não pode falar enquanto enunciado, mas do lugar de representação como questão da ideologia. Critica Foucault e aponta uma limitação à sua análise de poder por considerar que o discurso e as massas sabem sobre os seus desejos, e assim, sabem o que dizem. Spivak ressalta que Foucault acaba por ignorar a questão do desejo inconsciente relacionado à contradição constitutiva do sujeito, o sujeito dividido. Assim, não haveria, segundo a autora, clareza total sobre si, o que pode levar a violências discursivas na manutenção dessa relação entre Eu e Outro de alienação, opressão e tentativas de apagamento do subalterno.

A autora aponta então para a importância de representatividade e do lugar de fala e escuta. Não seria o falar por alguém e nem mesmo destituir a fala de alguém no lugar de escuta. Seria também uma ferramenta utilizada para denunciar as amarras que levam o subalterno a não falar ou a não ser reconhecido em seu lugar de fala.

Nesse ponto Butler (2017) contribui ampliando para as questões inconscientes que perpetuam o lugar de alienação do sujeito. Quando se fala, se apresenta dentro dos padrões esperados de certa sociedade e cultura. Seria uma manutenção desse lugar de opressão ao manter uma posição de responder ao desejo do Outro. “Nem a submissão, nem o domínio são performados pelo sujeito” (p.125). Butler coloca então que as questões ideológicas estão presentes na própria fundação da fala, constituição do sujeito. Desnaturalizar concepções culturais e normativas é uma saída para uma posição de contra-ideologia. Spivak (2012) coloca sobre a importância de um coletivo de pessoas que escutem os sujeitos para que sejam agentes na esfera pública para que o subalterno possa “falar”. O subalterno então fala quando os mecanismos de silenciamentos são demonstrados e desnaturalizados. Quando se apresenta o que impede o indivíduo de falar e ser escutado. E então o lugar de quem escuta é também parte do processo. Não basta falar, tem que ser escutado e reconhecido em seu lugar discursivo. É uma escuta que valida a fala para que esses sujeitos se tornem agentes na esfera pública para expor esses mecanismos de opressão.

Importante salientar que o sofrimento dos participantes das atividades de *Peer Support* é decorrente de suas experiências de histórias individuais de trauma físico, de migração

forçada e de inúmeras perdas, mas também e em muito, devido a essa destituição de categoria de humano na polis e de sua desqualificação no laço social. Sendo assim, o individual e o social estão intrinsecamente ligados e nos convoca a questões sobre a clínica com essa especificidade, não só do deslocamento geográfico mas também de um “deslocamento” discursivo da ordem de um desamparo e desqualificação ou “suspensão” do eu. O desamparo discursivo frente a esse abalo narcísico diante dos discursos sociais e hegemônicos nos quais o sujeito é capturado por definições identitárias e desqualificadoras. “A perda do endereçamento ao outro do lugar de fala atualiza o desamparo e abala as bordas organizadoras do sujeito” (Rosa, 2022, p.5).

Uma análise mais aprofundada das questões de poder não pode então estar fora desse debate já que a população pesquisada está sujeita a no mínimo um lugar de segregação, e que em grande parte, seus sofrimentos são efeitos de suas desqualificações no laço social, na polis, onde esse poder opera.

As nomeações estabelecidas e dadas pelo Outro, pela sociedade, pela cultura, do que deve ser uma “mulher” suas funções e lugar discursivo, pode então a partir desses encontros, ser nomeado outro. O individual e o coletivo, o privado e o público estão intrinsecamente ligados neste processo em que aspectos identificatórios irão moldar subjetividades e possibilitando reorganizações identitárias.

Resgatamos aqui o relato da entrevistada e o importante ponto em que compartilha um momento da sua experiência como Peer. Nela observamos que a partir da identificação operou uma escuta que promoveu um lugar de fala/reconhecimento ao outro e que, a partir de então, se expõe a questão que podemos colocar aqui como esfera pública: a denúncia do agressor, o compartilhar experiências conjuntas em grupos, o se relacionar fora do quarto e a reiniciar laços sociais.

Se por um lado o Peer faz-se enquanto um lugar de reconstrução de um laço outrora perdido, ele também pode se mostrar como o lugar do qual se pode articular uma voz que denuncia o horror sofrido. Uma voz que tem o poder de retirar o sujeito do silenciamento ao qual foi submetido e que é o efeito dessa destituição identitária. O método de análise

privilegiado permitiu que em nossa leitura da narrativa da entrevistada pudéssemos identificar sinais dos efeitos de ser um Peer para a participante.

Na medida em que a entrevistada escuta o que acontece com a mulher para a qual ela opera como par, ela também se identifica com ela. Nessa identificação parece ser possível para ele vociferar o horror do qual ela também foi vítima. Um deslocamento simbólico entendemos que só foi possível a partir desse dessilenciamento discursivo. Da análise dos relatos conseguimos tecer os efeitos do apoio enquanto par na reconstrução de sua própria identidade.

Esse papel que ela pode ocupar para a outra em um determinado momento enquanto par de alguém que não se resume a um lugar de alienação ao desejo do outro, que não cessa de ser apenas em função do que foi feito dela mas vai além, podemos entender que é também em função do estabelecimento do laço que uma saída é possível. Uma identificação, um laço, um resgate, uma palavra, uma identidade não mais em função de uma marca.

O Feminino e suas possibilidades

Como uma resistência a esse apagamento e desumanidade. O Peer então representa este lugar de elo vivo do testemunho dos sobreviventes. A identificação da ordem do imaginário é um primeiro movimento para se resgatar um laço com o outro que representa a humanidade, a qual o sobrevivente deixou de acreditar, é um recomeçar, através da imagem, do igual, do olhar do outro, a se reposicionar num discurso e laço social. A presença do Peer, com as marcas bem identificadas no corpo que representam o horror da guerra, é como uma marca que pode cicatrizar e ficar na história individual. Uma “*história bem sucedida*” como citado na entrevista, de um modelo para se relançar nesta aposta com o outro.

Essa construção tem sua importância para a psicanálise, em especial porque Lacan a sustenta de uma maneira interessante ao falar do estágio do espelho e da relação imaginária, relação que ocorre entre um eu e um outro. A partir do *Seminário XVII: O Avesso da Psicanálise*, em que Lacan (1969) trabalha os discursos, começa também a desenvolver o

lugar do feminino teoricamente. O feminino não se resume ao género; por isso, nem a feminilidade nem o feminino são temas exclusivos das mulheres. A dimensão do feminino é também socio-histórica e cultural. Não se limita ao género nem ao facto de ser mulher em termos biológicos.

O feminino foi então, posteriormente trabalhado por Lacan nos anos 70 elaborando a clínica do Real. Introduce a questão do falo - antes como único operador a ordenar a subjetividade e diferença sexual – elevando ao status de significante da metáfora paterna, e da importância do Outro na estruturação psíquica dos sujeitos (e aqui essencial em tudo o que discutimos), Lacan (1972) No Seminário XX - *Mais, ainda*, organiza duas lógicas: a fálica, em essência já delineada por Freud, e a do ‘não todo fálico’. Cujas repercussões serão decisivas na construção de um novo estatuto para o feminino na psicanálise.

Essa dimensão então diz de uma lógica, a lógica fálica, ou no caso, ao que está fora da lógica fálica/ uma lógica não-toda fálica. Assim, a divisão do sujeito na sexualidade se dá em função dos dois gozos (o fálico e o Outro) e não mais entre dois sexos. Logo nas Fórmulas da Sexuação: “quem quer que seja ser falante, se inscreve de um lado ou de outro.” (Lacan, 1972, p. 107) Saída para pensar a posição do sujeito diante da sexualidade. Como eu me identifico? Como amar? Como exercitar a sexualidade? Como me colocar no mundo?

A lógica do feminino em uma construção lacaniana não é então prerrogativa das mulheres e nem dos homens, mas no quadrante do feminino é de uma lógica do campo do particular, do estranho, do impossível de entender e simbolizar, do enigmático. Caracterizado por um gozo fora da linguagem, não simbolizado. Lacan (1972) fala do efeito de criação do feminino, que tem como função, invalidar generalizações e abre para elaborações e questionamentos. Um lugar de exceção. O ponto de exceção que confirma a regra. O operador é então a falta, que remete ao feminino.

O feminino, podemos dizer, é ético, pois aponta para o impossível de se colocar em generalização e de se construir um saber universal. Abre um furo no saber das fricções e ficções do sujeito. A ausência de um significante que represente o feminino é então o que abre para o (im)possível. Se não há algo que represente, impossível de simbolizar, é possível então

criar. Lacan (1972) utiliza LA/ - A para representar A mulher, existência de puro real. Não é possível, A mulher não existe. Mas as mulheres, uma a uma essas existem.

E por não haver então algo, um significante que lhes responda o que é ser mulher, elas então são, se constrói esse lugar subjetivo.

Diante do apagamento discursivo, o feminino aparece como possibilidade de criação. De poder então, ser. E são então nomeadas não todas fálicas e que podem a partir de, de maneira singular, como se comparecer em cena. A marca que outrora autorizava uma narrativa que a colocava enquanto central no relato e na experiência de mundo, e que em muitos casos se tornava o próprio sujeito pode passar a ocupar um novo lugar. Se num primeiro tempo a pessoa só pode falar em função dela, essa passa a operar novos sentidos. No caso da entrevistada que tem seu corpo queimado faz sentido, pois ela diz que só pode falar a partir da marca. Nós também falamos a partir de uma marca e no processo analítico, no caminho da “cura”, podemos reconstruir nossa relação com a marca. A marca é o que possibilita falar de si. A pessoa deixa de ser Peer e algo se resolve, e não se precisa mais dessas marcas para se autorizar e encontrar outros caminhos para falar de si.

Quando a história as apaga discursivamente, quando seus corpos são marcados, quando os laços se dissolvem, algo escapa, algo resiste. Não mais manter a ancestralidade viva em uma história individual mas se fazer viva nessa cena. Diante do apagamento discursivo, o feminino faz função e elas, uma a uma, podem então ser mulheres.

Parte IV

Os efeitos

Capítulo 4 – Discussão

*“Procuro suportar todos os dias minha própria personalidade renovada,
despencando dentro de mim tudo que é velho e morto.”*

Cora Coralina

Os temas selecionados para análise e discussão remetem às questões subjetivas trazidas pelos participantes durante as entrevistas, baseadas nas suas próprias experiências ao tornarem-se Peer Support Workers (PSW). As temáticas e os conceitos não poderiam ser definidos previamente, uma vez que emergiram durante as observações e entrevistas, momento em que as questões puderam ser levantadas. Foi a narrativa dos participantes sobre a experiência vivida, a sua percepção da realidade e os efeitos dessa narrativa, no contexto do encontro com o entrevistador, que orientaram a eleição dos temas relevantes a serem discutidos. Simultaneamente, foi possível recolher explicações e expectativas relacionadas com o papel de Peer Support Worker, bem como explorar as motivações inconscientes que levam os indivíduos a fazer essa escolha.

Apresenta-se aqui uma discussão baseada nos conteúdos e temas analisados nas entrevistas, os quais foram comparados entre a primeira e a segunda recolha de dados, permitindo uma leitura longitudinal. Inclui-se também os temas transversais comuns identificados nas entrevistas, considerados pontos importantes a serem discutidos: *Identities Roubadas; Cronologia e Trauma: sintoma ou criação?; Tornando-se um Peer: se deparar com sua própria história, criar pontes e se reabitar; O Apoio entre Pares e o re-enlace social: os (des)encontros e suas (im)possibilidades; O Apoio entre Pares: potencialidades e desafios.*

O Apoio entre Pares, como já mencionado, surge não apenas como uma possibilidade de intervenção, mas também como uma função complementar à do mediador intercultural. Esta abordagem despertou o meu interesse e uma reflexão profunda sobre as possibilidades que essa intervenção oferece e o seu potencial

terapêutico. No entanto, também levanta questões importantes sobre os seus desafios e riscos potenciais. A partir da análise das entrevistas, discutiremos aqui o que é necessário e importante no processo de se tornar um Peer.

Retomando o objetivo principal da presente tese, pretende-se explorar e discutir a prática de intervenção Peer Support/Apoio entre Pares e os processos intersubjetivos com migrantes marcados pela experiência de deslocamento forçado, resultante de conflitos armados, e os seus efeitos nas identidades.

Identities Roubadas

As experiências compartilhadas nas entrevistas, tocaram na questão da língua materna e/ou reconhecimento de traços culturais como via de aspectos identificatórios enquanto importantes pontos nesse processo de “reconstrução” subjetiva. Os entrevistados, se referem à importância do vínculo com os traços de identidades como prioridades.

A narrativa de Ana evidencia de forma clara a ligação estabelecida pelo grupo de pares com a líder, também migrante refugiada, que partilha a mesma língua. *“Há uma identificação maior assim, né? Então alguém que entende o que eu falo, que passou pelo que eu passei e porque algumas das nossas facilitadoras hoje são líderes de grupo também. (...) eu vejo que que há uma identificação muito maior com as participantes, então, então é possível. Não é porque quando você chega num país, não é tudo tão diferente? Como que vai ser ele e tudo mais? Mas eu tenho alguém que está aqui. E que já está numa outra fase e está compartilhando essa não é a jornada comigo assim, então eu vejo assim que eles servem como esse modelo”*

Essas relações e encontros inter-subjetivos não são todavia, sem efeitos nas identidades dos pares que participam dos encontros. Para discutir os efeitos desses encontros, se faz primeiramente importante então retomar como entendemos aqui os conceitos de identidade e identificação.

Pela psicanálise entende-se que não existe uma identidade estática, o conceito de algo fixo e único estaria ligado a uma totalidade que não se faz possível na transitoriedade do sujeito. A identidade como estagnação ou predicação e determinação do sujeito seria um atributo ilusório, orientado pela ambição do sujeito de alcançar uma igualdade com o ego ideal ou pela manifestação de um desejo de “apropriação mítica de si” (Ayouch, 2019, p. 210). Partimos então de uma definição que possibilite a alteridade e transformação das identidades, no plural, e que inclui as operações de identificações nesse processo.

De acordo com o Dicionário de Psicanálise, Laplanche e Pontalis (2004) o conceito de identificação é definido como um processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo de outro e se transforma, total ou parcialmente, no modelo deste último. A subjetividade seria então constituída e diferenciada por uma série de identificações. Como a palavra “identificação” faz parte tanto da linguagem cotidiana quanto da linguagem filosófica, é necessário antes de tudo especificar, do ponto de vista semântico, os limites da palavra “identificação”. O substantivo identificação pode ser tomado em um sentido transitivo, correspondente ao verbo identificar, ou em um sentido reflexivo, correspondente ao verbo identificar-se. Essa distinção pode ser encontrada nos dois sentidos do termo e diferencia em duas ações a “de identificar, de reconhecer como idêntico, seja numericamente, quando um objeto é reconhecido como pertencente a uma determinada classe, ou também quando uma classe de fatos é reconhecida como sendo assimilável a outra.” E a outra ação do “ato em virtude do qual um indivíduo se torna idêntico a outro, ou em virtude do qual dois seres se tornam idênticos um ao outro.” (2004, p.184)

Ainda segundo os autores esses dois significados são encontrados em Freud, que descreve como típico do trabalho do sonho o processo que traduz a relação de semelhança, o “como se”, pela substituição de uma imagem por outra ou “identificação”. A identificação constitui um processo ativo que substitui uma identidade parcial ou uma semelhança latente por uma identidade ativa. Mas o termo, em seu uso psicanalítico, corresponde principalmente ao sentido de “identificar-se” para Laplanche e Pontalis é:

“O termo “identificar a si mesmo” tem o sentido de “identificar-se”. O sujeito identifica sua própria pessoa com a outra, e uma identificação idiopática e centrífuga na qual o sujeito identifica o outro com sua própria pessoa. O sujeito identifica o outro

com o eu. Finalmente, nos casos em que ambos os movimentos coexistem, nos encontraríamos em uma situação em que o sujeito identifica o outro com sua própria pessoa. Se ambos os movimentos coexistirem, estaremos na presença de uma forma mais complexa de identificação, às vezes invocada para explicar a formação do “nós”. (2004, p.185. tradução nossa)

Os autores então nos apontam a complexidade da identificação na formação dos grupos, não apenas das identificações individuais. O conceito adquiriu progressivamente na obra de Freud e Lacan mais do que um mecanismo psicológico entre outros, faz dele a operação em virtude da qual o sujeito humano se constitui ou melhor é constituído. “De um ponto de vista puramente conceitual, pode-se dizer que a identificação é realizada com objetos: a pessoa ou traço de uma pessoa, objetos parciais, enquanto a internalização é a de uma relação intersubjetiva. “ (Laplanche e Pontalis, 2004, p.185) Sendo assim, a identificação convoca uma experiência relacional com o outro.

Lacan dedica boa parte de sua teoria sobre a identificação e a experiência relacional desse processo. Lacan (1961) no *Seminário IX – A Identificação* o sujeito é constituído através da identificação com a imagem do outro (pequeno ‘o’ / indivíduo) na relação imaginária e com os significantes que o marcam provindos do Outro na relação simbólica. Outro que designa todo um mundo de linguagem, símbolos e signos, sociais e culturais. Nessa relação com o outro/Outro ha sempre algo que resta à completude, que resiste e que marca a singularidade.

Essa (im)possibilidade é então a marca única que impulsiona o movimento desejante na cadeia discursiva de significantes de cada sujeito. Uma impossibilidade do encontro que funda a possibilidade de (ex)istir do sujeito.

Lacan (1961) avança nesse tema da incompletude na relação com o outro. Há algo no sujeito que é sempre faltante e que não há um objeto que o complete, a constituição subjetiva tem como base a falta. O conceito de falta em Lacan é essencial para a constituição subjetiva e também a marca de cada um que aponta uma radical diferença e singularidade. Na relação intersubjetiva há sempre algo da ordem do enigmático que resiste à simbolização. Uma *falta-a-ser*.

O conceito de "falta-a-ser" (*manque-à-être*, em francês) foi introduzido por Jacques Lacan em seus ensinamentos nos anos 1950, mais especificamente no *Seminário VI: O Desejo e sua Interpretação* (1958-1959). Refere-se à falta estrutural que constitui o sujeito, à incompletude estrutural do sujeito. Diferente da "falta", que alude à ausência de um objeto específico, a falta-a-ser diz respeito à impossibilidade de completude ontológica do sujeito. Lacan entende que o desejo humano está sempre marcado por essa falta, que o leva a buscar no Outro a resposta para o que ele é, sem nunca alcançar uma satisfação plena. Esse conceito é central na teoria lacaniana, pois expressa a incompletude do sujeito e sua constituição em torno do desejo e do Outro.

Na teoria lacaniana, o sujeito é estruturado a partir de uma falta primordial, que jamais pode ser totalmente preenchida. Essa falta-a-ser é o motor do desejo, que permanece insatisfeito, já que a completude jamais é alcançada. Portanto, em Lacan, a falta-a-ser é uma noção central para compreender o desejo humano, a subjetividade e a impossibilidade de alcançar uma identidade plena e definitiva.

A narrativa identitária do sujeito é, em acordo com a teoria lacaniana, constituída a partir da relação primordial de alienação ao desejo do Outro. O Outro é então o horizonte da identificação e constituinte do sujeito, a idéia do idêntico ou de uma identidade torna-se insuficiente em acolher o problema identitário.

Estamos diante então de múltiplas possibilidades de identificações que vão moldando identidades. Ainda segundo o autor, uma identificação da ordem do significante é o fenômeno em que um sujeito adota e assume como seu um traço que, inicialmente, pertencia ao Outro, ampliando assim o que lhe é próprio.

Para Lacan (1961) esse núcleo de representações é a base para futuras combinações que vão se articulando em cadeia, cadeia de significantes. E dessa cadeia e articulação que vão emergindo os significados construídos pelo próprio sujeito, na relação com as representações vindas do Outro, para dar um sentido à sua leitura de mundo.

Mais de uma década depois, ainda trabalhando sobre o tema, Lacan (1975) no *Seminário XXIII – O Sinthoma*, confere ao estatuto do sujeito a palavra “*meuble*” em francês,

ou, móvel em português que destaca tanto a mobilidade do sujeito na medida que em que o sujeito é definido como representado por um significante junto a outro significante. Quanto móvel como substantivo, pode ser interpretado como morada, como base do *fallasser*. Para existir é preciso que haja enunciado.

O sujeito é constituído interrelacionalmente e as identidades são portanto, formadas através dos laços identitários das identificações. Imaginário e simbólico; eu ideal e ideal de eu. Pergunta feita por Lacan (1975) no *Seminário XXII – R.S.I* “ouviram falar de identificação?” “o que é que desejo? A identificação com o grupo.” (p.64) e ao trabalhar o nó borromeano, coloca o desejo como possibilidade de identificação no centro do enlace do nó. O ponto de partida para qualquer no se constituir é a relação com o Outro. Relação como já trabalhado aqui, que baliza o desejo.

Por outro lado, e esse é um fato essencial para a presente discussão, o conjunto de identificações de um sujeito não forma um sistema relacional coerente. Laplanche e Pontalis (2004) advertem que em uma instância como o superego, diferentes demandas são encontradas, diversas demandas conflitantes, heteroclíticas. Da mesma forma, o ideal do ego é formado por identificações com ideais culturais, que nem sempre estão em harmonia entre si. Ou seja o eu ideal e o ideal do eu podem não co-existir e gerar certa angústia e sofrimento ao sujeito.

Retomando à presente tese, na migração forçada existem então, vários aspectos relacionados às perdas. Perda de referenciais simbólicos, da pátria, de questões culturais, laços que se rompem, perdas materiais e inclusive físicas - como é o caso de alguns participantes da pesquisa. A guerra que irrompe em seus países força à mobilidade nem sempre antes desejada. A violência que impera tem também consequências físicas, perda de partes de si e transformações de partes do próprio corpo (queimaduras, mutilações, violências, abusos e amputações).

Os deslocamentos forçados apontam então para as situações de extremas violência e vulnerabilidade impostas pelo contexto armado, em que esses laços e enlaces se desenodam. Ou melhor, suas identidades são roubadas. A relação com o Outro e outro é rompida. A identificação de si mesmo é então queimada e desmembrada literalmente no corpo.

Algo invade com violência, como Amira deixa emergir com clareza no seu discurso: “*fraturante*”. Experiências e narrativas geracionais fraturantes. Causando um rompimento na visão de mundo. Para Eida a guerra “*rouba sua visão de mundo*” também na cegueira. Habiba “*morreu*” e reviveu com marcas profundas em todos o corpo. Corpos marcados, como também acontece com Hani e Ravi, devido às amputações. Ou ainda, em Ana, que, embora a marca não seja literal no corpo, revela a angústia através do que emerge na sua narrativa, ao ver as suas leituras de mundo esvaziadas, deixando-a sozinha nesse caminho em direção a um “lugar seguro”.

É na irrupção da realidade com valor de traumatismo que os participantes da investigação, e/ou aqueles com quem trabalham oferecendo apoio, se deslocaram geograficamente. Os laços identificatórios e as suas construções identitárias desmoronam-se, convocando o sujeito a um momento de descontinuidade na trama do tempo e dos significantes, das fantasias, em que as suas ficções construídas para dar sentido às experiências já não cumprem essa função. Uma desorganização psíquica que gera, assim, uma forte angústia.

Berta (2015) ao trabalhar a angústia e o trauma na urgência subjetiva, coloca a temporalidade como quentão central. A angústia é correlativa do momento em que o sujeito se vê questionado em sua existência, sem poder reconhecer o passado nem imaginar o que será no futuro. A autora então correlaciona angústia e temporalidade a partir de Lacan “o sujeito está suspenso entre um tempo em que ele não sabe mais onde está, em direção a um tempo em que ele será alguma coisa na qual jamais se poderá reencontrar.” (Lacan, 1956/1957, p.231)

Quando as leituras de mundo estão suspensas, o sujeito se encontra desamparado psiquicamente como trabalhado na análise de Amira. Rosa (2015) denomina esse momento de suspensão das coordenadas, seja no registro do simbólico ou no imaginário do eu, como desamparo psíquico. A migração é um dos fenômenos da vida que pode provocar no indivíduo uma desorganização psíquica. Trata-se de uma experiência subjetiva que edita os momentos arcaicos do desamparo original trabalhado por Freud (1926), uma situação primeira de desamparo se repete nas vivências ou situações posteriores, nas diversas formas de angústia e separação que acompanha o indivíduo, do seu nascimento à morte. Assim, a

angústia do desamparo se torna típica da condição humana. Nesse sentido o fenómeno da migração é uma das experiências na vida que reedita esta condição. Freud (1926) afirma então a posição de que a angústia/ansiedade “(*angst*) tem relação com a expectativa, é ansiedade por algo. Tem uma qualidade de indefinição e falta de objeto. Em linguagem precisa empregamos a palavra medo (*Furcht*) (...) se tiver encontrado um objeto”. (p.160)

Neste ponto, poderíamos entender que há uma divergência importante na teoria freudiana e lacaniana. Lacan (1962), no Seminário X- *A angústia*, discorda da posição freudiana acerca da falta de objeto. Para Lacan (1962) a angústia não é sinal de uma falta de objeto como coloca Freud (1926). A falta é constituinte do sujeito, em que Lacan conceitua o *objeto a* como objeto da falta, objeto causa de desejo e também o objeto função da angústia. Sustenta uma posição contrária a de Freud, afirmando que a angústia não é sem objeto. Para o autor o sinal da angústia revela a situação de desamparo da perda do lugar de amado diante do Outro. Pois é diante deste desejo do Outro, que o sujeito se organiza e se ampara, dando um sentido à sua própria falta e desejo. Desamparo designa um estado e a angústia um afeto, entendendo o afeto como aquilo que não foi recalado. “Ele se desprende, fica à deriva. Podemos encontrá-lo deslocado, enlouquecido, invertido, metabolizado, mas ele não é recalado. O que é recalado são os significantes” (Lacan, 1962 p. 23)

Aqui podemos pensar em certa diferenciação. Aqueles em que a experiência eclode e convoca questões relacionadas a todos nos das experiências constitutivas do sujeito. Experiência da confusão frente ao outro enigmático. Experiência então, que pode vir a ter um valor traumático ou não.

No entanto, há aqueles que, para além desse imperativo de convocação das questões constitutivas do sujeito, experienciam situações em que o fenómeno vivido adiciona um potencial valor traumático. Freud (1920) faz uma diferenciação ao elaborar as neuroses traumáticas e de guerra, considerando o potencial traumático desse evento externo. Reformula parte da sua teoria, distinguindo as neuroses traumáticas das já conhecidas neuroses de transferência. Ao contrário do que acontecia nas neuroses de transferência, nas neuroses traumáticas, em vez de se depararem com a já conhecida amnésia, os indivíduos precisavam lidar com um excesso de memória, uma vez que o problema residia justamente no facto de

não poderem esquecer nem a cena nem os acontecimentos dos quais haviam sobrevivido. Tais acontecimentos não cessavam de assombrar a consciência e o sono dos pacientes. Na neurose traumática o vivido inicial não é recalcado nem entra em ressonância com a rede simbólica, a lembrança do trauma permanecendo presente. “Uma presença terrível que faz com que o sujeito não cesse de reviver a cena traumática, razão pela qual no lugar da angústia enquanto mecanismo de proteção contra o perigo, o afeto predominante na neurose traumática é o pavor, uma vez que o acontecimento traumatizante atinge um psiquismo não preparado, portanto mais vulnerável.” (Koltai, 2016, p.25)

Sendo assim, nem todo migrante em deslocamento forçado passa pela experiência com valor de trauma, e além disso, nem todos serão considerados casos de urgência. Ana nos revela através de sua narrativa uma experiência que a convoca em certa desorganização psíquica e errância nesse deslocamento, e nos aponta a necessidade de certas questões subjetivas serem trabalhadas e elaboradas. Ainda assim, Ana aponta para questões subjetivas relacionadas com a sua história individual, ao revelar a necessidade de um "lugar seguro" e até mesmo as razões que a levaram a migrar, enfrentando a dor da desorganização a cada deslocamento geográfico e de si mesma. Ana também dá a conhecer o seu sofrimento por não falar a língua local e o impacto desse momento em que se vê "dependente" do outro para se orientar.

Porém, muitos sobreviventes de violência, trazendo ao cenário dos conflitos armados, vivenciam a experiência se deparando com o trauma do inassimilável convocado por um fenômeno externo e que convoca o sujeito a uma urgência no trabalho psíquico.

Entendemos aqui, em concordância com Berta (2015), em que a questão da urgência subjetiva se localiza na junção entre angústia e desamparo. Temporalidade do instante, “desesperar um instante em que a palavra não civiliza ou transborda.” (p.99) Diante de uma contingência que tem valor traumático, se experimenta uma ruptura na linha do tempo, onde os recursos psíquicos que serviam para contornar a angústia, encontram-se ausentes. Para a autora há que se fazer surgir a questão do sujeito ali onde se localiza pela angústia. Abrir um espaço que permita a reconstrução da ficção pois na situação de urgência suspende-se a

questão do Outro nesse tempo indelével que fratura a temporalidade. Portanto, segundo a autora, a urgência subjetiva é resposta ao traumático, mas esse não se eleva ao nível de causa.

Habiba nos apresenta essa urgência entre a morte e a vida. Para Habiba, a prioridade era viver depois da “morte”. Para Hani a prioridade no início era a “*aceitação e mais compreensão da condição médica*”. A sobre-vivência é a prioridade e depois um processo de aprender sobre a vivência na polis nessa nova realidade. Na segunda recolha de dados, nos aponta essa diferenciação, ela deixa emergir que está trabalhando suas questões individuais com a supervisão e psicologia. Os efeitos que percebe em si desses encontros com os pares que apóia.

Um deslocamento geográfico e psíquico na suspensão de certezas num tempo que então se desarticula nessa corno&lógia. “*É preciso dar-lhes tempo*” conteúdo esse que se repete nas diferentes narrativas. Que o Peer deve oferecer uma escuta que respeite o tempo de cada um na jornada em Ser. E foi também algo necessário no processo de cada um em se tornar um Peer. O tempo! E qual seria o enlace entre a escuta, a narrativa e o tempo nesses acontecimentos de deslocamento com valor traumático? Qual a relação do tempo com as experiências em se tornar um Peer?

Cronologia e Trauma: sintoma ou criação?

Freud desde o início da sua obra nos deu indícios e abertura suficientes para entender como o tempo e seu valor em termos psíquicos. O autor desenvolve o conceito de Inconsciente balizado pelo conceito do tempo. E propõe então, em 1915, que o inconsciente é atemporal. Ou seja, os processo psíquicos inconscientes não são ordenados temporalmente e não haveria uma equivalência entre o tempo do consciente e do inconsciente. “Os processos do sistema Inconsciente são atemporais; isto é, não são ordenados temporalmente, não se alteram com a passagem do tempo; não têm absolutamente qualquer referência ao tempo. A referência ao tempo vincula-se, mais uma vez, ao trabalho do sistema Consciente.” (1915, p.214)

Acontecimentos cronológicos terão efeitos *a posteriori* de uma significação com potencial traumático ou não. As palavras gregas: Cronos, da mitologia grega, o deus do tempo e o logos, da lógica, do argumento, se interrelacionam nesse tempo crono&lógico. O tempo cronos da migração, do deslocamento dos indivíduos, tendo seus efeitos a posteriori da logicidade da significação e suas marcas. Marcas que se enredam em uma narrativa e nas tramas da cadeia de significante na produção de sentido que abre a um novo ou outro sentido a cada enredamento. Há algo de valor novo mas que diz da marca anterior. As atualizações do inconsciente são súbitas e descontínuas, mas a partir de cada atualização que se efetuam, são irreversíveis. Temos, então, a irreversibilidade descontínua. A cada instante se institui um novo tempo que emerge inantecipável.

A partir disso, resgatando o conteúdo que emergiu nas entrevistas de que precisaram de tempo, ou, de que se viram em um tempo sozinhos como Habiba e Ravi relataram sobre o início dolorido do seu processo, logo após a lesão. Há uma diferença nas necessidades psíquicas de apoio entre o início, no momento de desorganização psíquica, e depois, quando já passaram por certa “sutura” e podem avançar a partir de então.

Ravi nos conta que não aceitou a lesão *“e todos os meus pensamentos eram muito negativos (...) eu preferi o tempo todo estar sozinho”*.

Hani nos revela um conteúdo longitudinal nesse processo em se tornar um Peer, quando chegou à Jordania refugiado da Síria *“sua prioridade não era o país, sua prioridade era a aceitação e compreensão da condição médica e que ele estava concentrado mais em sua condição do que se mudando de país”*. Ao longo do seu processo e ao oferecer apoio aos pares sobreviventes recém lesionados nos revela a mesma necessidade de outros no início do apoio: *“comecei apenas em fornecer um espaço seguro para um novo paciente irritado apenas para falar da sua lesão (...) essa é a única coisa que ele compartilhava no início”*. Ao final da entrevista, nos revela a diferença nesse processo: *“a minha vida se tornou melhor (...) sinto que faço algo na minha vida (...) ter mais relacionamentos e amigos”*.

Habiba *“morreu por três minutos” “o primeiro ano foi muito difícil” “eu estava odiando isso” “no início estava com medo”*. Ao longo do processo Habiba vai nos narrando as transformações até o momento em que agora: *“quando olho no espelho, eu me vejo”*.

Na narrativa de Amira o tempo da experiência (p)regressa foi conteúdo marcante. O relato de Amira deixa emergir essa questão das fraturas da experiência e das atualizações pelas narrativas transgeracionais, que podem cristalizar o indivíduo num tempo de memórias num lugar discursivo entre o passado da guerra e o futuro desejável, mas apontava a um presente que nunca se fazia atual. Narrativas geracionais “*fraturantes*”.

Hani também aponta a marca do tempo descontinuado, um “*início muito difícil*”, marcado pela incerteza e pelo impasse temporal: “*Até quando vou ficar aqui?*” e o que seria possível a partir desse momento: “*O que posso fazer no futuro?*”.

Experiências de indeterminação. Assim como Ana, que transita entre as migrações, uma transitoriedade de um tempo que nunca se atualiza presente. Indivíduos que apesar de encontrar um pouso geográfico, estavam ainda em uma errância temporal. Um corno&lógico que apontava “impasses” da experiência (p)regressa, tempo lógico e cronológico intrínsecos nas expressões subjetivas do sofrimento dos participantes no início de sua jornada. O deslocamento geográfico e as experiências de sobrevivência apontavam para um distanciamento nesse tempo e espaço, uma distância das representações de si, de quem se foi, das partes abandonadas de si mesma para um reconhecer-se outro/a nesta experiência de deslocamento e lugar outro. A experiência pregressa que regressa sem pouso, sem possibilidade ainda de atualização e elaboração.

Eida deixa emergir em sua narrativa o que a guerra roubou, a sua visão. E se torna um imperativo abandonar, perder, deixar-se. A guerra e o deslocamento, roubam as “visões de mundo”. Quando a falta de sentido impera, as representações de mundo falham e a dor fraturante é evocada, o sujeito está então diante do real, inassimilável.

Para Lacan (1975) o trauma é o impossível de simbolizar. Aquilo que irrompe e surpreende o sujeito que se encontra sem recursos suficientes para responder a ele. O encontro com o real que invade e as construções simbólicas se desmontam. O trauma causa uma fratura, um rompimento nos registros que ancoram o sujeito.

Frente ao trauma, é preciso metabolizar o excesso, “*costurar*” pedaços possíveis fratuados. Lacan afirma que “Só podemos alcançar pedaços de real”. (1975, p.71) Ou seja,

adiante em sua teoria, Lacan avança com o conceito de Real. Nos seminários de 1974/ 1975 – XXII R.S.I e de 1975/ 1976 XXIII *O Sinthoma* – Lacan dá indícios de possibilidades de “sutura” do trauma. O real de impossível para acesso em fragmentos. Lacan afirma “o Real é o impossível à espera de se escrever”. A questão que nos abre é como seria possível algum trabalho para alcançar esses pedaços do Real como saída frente o esfacelamento do simbólico em situação de trauma.

Lacan então retoma a identificação como via de acesso. A identificação com o grupo, com o outro como via possível de reorganização das coordenadas simbólicas do sujeito e o Outro. Pois a identificação segundo o autor, é sempre de um pedaço, uma borda, um primeiro enlace. Sendo assim, num primeiro momento de sutura nas situações de urgência frente o real que irrompe, o recurso imaginário faz função a partir da identificação. Uma primeira resposta de sutura. Entendemos que é desse modo que esta operação se dá entre o Peer e seu semelhante em sofrimento nestes primeiros movimentos de amarração e reenlace com o outro.

A partir disso pode-se avançar e Laurent (2004) sugere que depois do trauma é preciso reinventar o Outro, “causar” um sujeito para que ele novamente encontre as regras da vida, criar uma certa ‘mentira’, uma ficção que inclua o traumático. Conforme Lacan nos diz, inventamos um truque para preencher o buraco no real, ali onde não há relação sexual, ou seja, ali onde não há completude, Um se inventa (Lacan, lição de 19/02/1974). A possibilidade é de se inventar um caminho novo, causado pela ruptura do traumático. A partir das desconstruções e despedaçamentos de si, pode-se no encontro com o outro, a partir de um outro olhar, de um outro lugar, reinventar um sentido e leitura para a experiência.

Habiba em sua primeira narrativa nos convoca a acompanhá-la nessa jornada inicial e de suas ambivalência, hora se ver “*horrível e odiando a experiência*” e hora sendo “*linda*” e confiante a partir das nomeações feitas pela tia. Através do encontro com alguém que consegue amenizar a diferença da Habiba de antes e a de hoje, harmoniza o cronos e o logos, e auxiliar na costura desses pedaços fraturados. O que a convoca a fazer o mesmo com outro pares. “*e todo mundo começou a compartilhar comigo a história, me disse que não se via de uma forma boa*”. As mulheres que Habiba encontra no seu processo em se tornar uma Peer

compartilham uma experiência similar de dor, rejeição e de quebra do narcisismo. Ocupando um lugar outro para que reinventem o Outro.

Eida deixa emergir em sua narrativa essa necessidade que a convocou à “*reabilitação*”. Rehabi(li)tar. Um processo de re-habitar a si mesma, de apropriar-se dessas identificações outras e achar pouso para as anteriores. Frente a todas as perdas, da angústia frente ao desamparo, um lugar “*seguro*” é convoca(dor). Um espaço em que a dor possa ser endereçada, convocada e trabalhada se faz urgente e necessário. Pontes que possibilitam o estreitamento entre a diferença de quem se era e de quem se deseja ser num instante mais atualizado e presente. Um espaço rehumaniza(dor).

Como possibilitar costuras e das sentidos outros às experiências harmonizando assim, o tempo crono&lógico? Quais são as possibilidades de pontes entre esses tempos e espaços fraturantes?

Tornando-se um Peer: se deparar com sua própria história, criar pontes e se reabitar.

Tema que convocou o grupo de intervenção à análise e discussão, pois é parte fundamental à resposta da pergunta da investigação. Quais as possibilidades a partir desses encontros?

O que emergiu como conteúdo comum nas narrativas recolhidas foi a busca por um lugar seguro, um espaço de acolhimento que oferecesse e apresentasse um “*modelo*” alternativo de vida, permitindo a construção de “*pontes*” para lugares seguros, como Ana referiu. “Pontes” que, segundo Amira, ajudam a atravessar “impasses” e, passo a passo, a dar novo sentido, costurando os pedaços e fragmentos possíveis das experiências. Cada um pode criar as suas próprias pontes subjetivas, mas é importante destacar as pontes comuns que surgiram nas narrativas como possibilidades, sendo estas a língua materna, o testemunho e a escrita.

Para alguns, a possibilidade de partilhar uma narrativa com alguém na língua materna pode representar um mínimo de estabilidade, um primeiro passo para apostar na reconstrução de laços sociais e na recuperação da confiança no outro, até então perdida.

Aqueles que podem ter a oportunidade de em um lugar outro se reconectar para além da experiência similar mas com traços originários como a língua materna, o encontro é ainda mais potente e confortante. Amira, Ana e outros relataram claramente esse potencial. Amira afirma que *“Tem a questão da língua propriamente dita, você conseguir se comunicar com a pessoa, né? Na mesma linguagem e a compreensão é cultural, né? Toda essa questão, esses códigos de éticas todos, é de valores.”* *“a língua materna, é uma linguagem do acolhimento”* *“tem um pessoa aqui do outro lado do mundo que compartilha algo da minha historia em comum.”*

Amira nos conta que a língua materna é uma linguagem de acolhida de compartilhar histórias em comum. A língua em comum emerge como possibilidade de ponte nesses encontros intersubjetivos entre fronteiras de mundos. É possível encontrar pontos em comum quando a desorganização simbólica impera. Através da língua materna foi possível estreitar o distanciamento das fraturas. Fraturas entre quem se foi e de quem se deseja ser.

Já o falar em outra língua é desabitatar-se. Ana nos convoca a escutar seu sofrimento por não falar o holandês nem o árabe. O que reforça nesse deslocamento migratório uma certa errância, um não pertencimento e sentimento de solidão. Estar diante de um Outro sem saber como responder tem valor de insegurança, por isso a busca também por lugares seguros.

Ser despojado da língua materna e falar uma outra língua, neste caso o inglês, surgiu como uma possibilidade de ligação, de vínculo inicial, permitindo articular algo da experiência numa narrativa dirigida a outro, um estrangeiro, neste caso, à investigadora. Poder outra é falar de forma mais livre, permitindo expressar-se com menos interdições.

O apoio de mediadores interculturais/ Peers aparece então como uma ponte pela via da ‘língua’ que liga assim, mundos de linguagem. Ainda retomando o que emergiu de Ana, a ponte a lugares seguros, a língua materna emerge como via para facilitar a identificação e expressão de conteúdos psíquicos que ainda precisam ser “costurados” e simbolizados para

que se inscrevam nessas cadeias significantes. Algo que Ana não poderia ainda oferecer por não falar na mesma língua materna dos participantes, mas que os Peers ocuparam esses lugares de ligação nos grupos. Por outro lado, fizeram pontes ao processo de Ana enquanto não fala ainda a língua do país. Em uma segunda língua, comum ao outro, abriu-se espaço para encontrar outros caminhos no dizer.

O Apoio entre Pares fez a ponte para a angústia e desamparo. Sendo assim, falar em uma outra língua mas que seja comum nesse encontro, tem também seu potencial de costura e ponte. Durante as entrevistas alguns participantes iniciaram a narrativa em inglês e em certo momento mudaram para a língua materna com o apoio então do tradutor. A tradução aparece também como a possibilidade de ponte entre mundos e entre tempos.

Eida nos revela a Eida “*de lá*” e a “*de cá*”. Entre o árabe e o inglês, entre a Síria e a Jordânia, entre o passado da experiência traumática e o agora. Falar da experiência da guerra foi em árabe na língua materna, em que pode falar da violência sofrida. Hoje, quando fala da sua vida profissional e do lugar que alcançou com o Apoio entre Pares, fala em inglês. A cegueira da Síria foi ressignificada na Jordânia, em um lugar outro pode “enxergar” outras possibilidades de existir. Eida pode transitar entre as linguagens para trilhar novos caminhos de significação.

Habiba em sua transformação longitudinal nos revela essa transição em suas narrativas. Fala mais facilmente em inglês na primeira entrevista, no segundo momento transita mais entre as duas. Ao falar de desejo e sexualidade, do “*atrevido*”, falar na língua estrangeira parece ser a ponte para atravessar esses “tabus” sociais, pode-se falar do atrevido na língua ocidental. Pode reconhecer partes de si mesma, antes reprimidas, estrangeiras e exiladas da consciência. No entanto, ao falar da experiência de assédio e sofrimento das mulheres que acompanha e o que disso a convocou de sua história individual passada, fala-se então na língua em que a experiência traumática a habitou. Essa transitoriedade que Habiba esta aprendendo nessas relações com os pares de lugares outros aparece como ponte importante nessas fraturas. A partir disso, vai costurando suas histórias e seguindo para passos em lugares outros habitados por si mesma.

No entanto, é necessário avançar dessa suspensão de sentido para novas reconexões e traduções. A partir do estabelecimento de pontes e de lugares seguros, algo pode ser reconstruído e, então, o Testemunho e a Escrita emergem como possibilidades de temporalização da experiência traumática, oferecendo uma oportunidade de atualização, mas com um efeito distinto.

Para Laplanche (1996) nos casos de suspensão devido o terreno do traumático o excesso da mensagem funda e convoca à tradução do intraduzível numa tentativa de organizá-lo. Esse imperativo à tradução convoca o sujeito a testemunhar tal excesso por meio de novas traduções, que mesmo que falhas e em pedaços, permitem a sobrevivência psíquica. E a escrita pode ser entendida então como uma criação que permite tolerar o intraduzível. O autor também adverte que a temporalização é o processo contínuo do ser humano que se organiza no tempo, tomando a si mesmo a partir de uma nova perspectiva diante das situações difíceis da vida. Essas situações exigem uma reordenação dos significantes inscritos por meio do processo de tradução, destradição e retradição.

Para Rodrigues e Martinez (2014) embora a escrita não se relacione a uma tradução efetiva pois a forma se sobrepõe à significação, no entanto, possibilita uma tomada de si, uma certa apropriação da alteridade interna pelo distanciamento que possibilita. Contudo, não se trata apenas da história dos fatos, mas dos fantasmas que os fatos mobilizam em cada um e coletivamente e as possíveis significações que podem ser atribuídas como parte do processo de temporalização, de metabolização do excesso. Ademais, recorrer à linguagem literária não é amenizar a situação traumática, seria um auxílio nesse processo diante do intraduzível. É o encontro da ferida psíquica com possível significação.

A escrita surge também como possibilidade de ponte nesse processo de costura dos pedaços do real. Amira nos convoca a olhar com cuidado à sua narrativa devido o valor que a escrita teve em seu processo. Ela “*vive coletando histórias*” e as transformou em livros. Livros que ao levá-los consigo, “*leva também os irmãos*”. Amira relata de A. o primeiro livro e personagem, que teve maior sucesso e reconhecimento, porém tem outros dois personagens. Amira na vida real tem dois irmãos que vivem em diferentes países, separados. Através das escritas ela não só elabora sua própria história atravessada pelas narrativas transgeracionais

mas também reúne a família, e os leva consigo. Aponta para um desejo seu de reunião familiar.

Segundo Koltai (2016) o valor da escrita testemunhal, enquanto relato pessoal, cuja autenticidade é garantida pela presença do narrador nos eventos narrados, passa a exercer duas funções distintas e complementares: a atestação dos fatos e a revelação de uma verdade mais profunda. Nesse percurso, é a forma literária que intervém, conferindo ao relato um valor simbólico e atribuindo-lhe um sentido que transcende a mera descrição factual.

A autora contribui acrescentando o valor da escrita testemunhal, onde aqueles que testemunharam e cujos relatos chegaram até nós falaram tanto por si mesmos quanto em nome dos que já estavam mortos. Seus corpos foram privados do estatuto de cadáver, e, por isso, não foram sepultados, dissolvendo assim a fronteira entre o vivo e o morto. Esse ato, ao matar a morte e fazê-la reinar, contaminou a própria vida. Ler esses autores e ouvir o que conseguiram expressar sobre a barbárie é uma forma de ocupar um lugar como elo vivo na cadeia de transmissão do testemunho, garantindo que suas experiências não sejam esquecidas e permitindo que eles se desprendam do evento, assumindo o lugar que lhes cabe em nossa sociedade.

A escrita testemunhal permite assim, enlutar os mortos, trabalho impossível enquanto a morte ainda reinar. A escrita é então, a verdade da história de quem escreve. Rever a própria história é também falar da História e ancestralidade, apesar de ser algo citado pelos participantes, esse tema foi selecionado e analisado na entrevista de Amira. A necessidade de manter a história de ancestralidade viva, de rememorar os mortos e dá-los dignidade de vida. (Koltai, 2016) A escrita como uma resistência a esse apagamento discursivo e desumanidade.

Aparece nas narrativas também o testemunho oral, a narrativa endereçada a um outro que lhes escute com dignidade de humano. O PSW pode então representar este lugar de elo vivo do testemunho.

“O testemunho é um endereçamento que a testemunha dirige a outro que representa a comunidade humana da qual ele foi excluído, aquele que o escuta tem que responder presente, para que sua escuta possibilite àquele que ousou tomar a palavra para falar do irreduzível de sua experiência religar os fios de uma vida interrompida por uma

catástrofe histórica, visto que ele representa a possibilidade de uma reintegração na comunidade humana.” (Koltai, 2016, p. 29)

A partir desse elo vivo, pode representar a possibilidade de reintegração na comunidade, ou seja, o Peer nesse lugar de escuta ao humano, oferece um espaço re-humanizador, em que esses primeiros laços com a humanidade podem ser reestabelecidos.

O Apoio entre Pares é então, a partir das narrativas dos participantes, um processo que vai sendo integrado “*nas personalidades*” como citado nas entrevistas, ou melhor, em termos psicanalíticos, nas identidades. A partir do encontro com o outro se abre a oportunidade de se deparar com a história individual e História coletiva, se rever e de integrar novos aspectos identitários, pode-se também avançar para um posicionamento outro. “*então um Peer, ele tem que atravessar muita coisa para chegar onde está e conseguir fazer esses vínculos todos, e conseguir gerar essa transformação na vida do outro. Mas tudo perpassa a questão de se conhecer mesmo. (...) O mais importante é que o Peer se aceite primeiro. (...) porque penso que o aconselhamento entre pares começa a fazer parte da minha personalidade, não só quando estou a prestar Apoio entre Pares*”

O conteúdo que emerge na narrativa de Alla reflete sobre esse lugar identitário e os novos aspectos das identificações que vão sendo integrados, possibilitando giros subjetivos num reposicionamento diante do discurso do Outro. Fazendo parte de sua “*personalidade*” e que Alla também vai ocupando outros lugares enquanto uma PSW.

Na primeira recolha de dados, Habiba se questiona sobre suas marcas, lugar de mulher, desafios das diferentes culturas, e deseja se trabalhar. O encontro com o outro lhe causa estranheza. O olhar do homem, do sexo oposto, que remete ao desejo, lhe faz questão. Habiba, uma mulher queimada, muçulmana, coberta. Parecia ter todas as definições sociais de um lugar de “*apagamento*” e de certa forma também “*protegida*” em não ter que responder a um outro, a um homem, nesse lugar de mulher desejada. Supostamente a via de conexão não passaria pela sexualidade. Mas é isso que logo a convoca nos encontros.

Já na segunda recolha, após seis meses, é interessante perceber o giro discursivo que tem feito no seu próprio processo de reorganização identitária. As perguntas sobre lugar da

mulher dado e impostos socialmente, não cabem mais a Habiba. A partir da sua marca física foi lhe dada a “aprovação” de continuar a estudar e “*pode fazer o que quiser*”. A partir da lesão, da “*morte*”, Habiba queima o que lhe foi designado enquanto mulher e agora pode ser o que quiser.

No trabalho de Apoio entre Pares tem também oferecido uma escuta que oportuniza ao sujeito a possibilidade de dizer de seu desejo. Na relação com outras mulheres, não apenas vai se questionando enquanto mulher, mas também, oferecendo espaço para que se interroguem sobre o desejo e sobre as relações com os homens e com as expectativas desses lugares sociais dados a elas. Habiba oferece o espaço para que outras encontrem o suporte necessário a recomençar suas escolhas.

Habiba relata um caso de assédio e o quanto se apropriaram juntas de um lugar de reconhecimento e força para seguirem adiante. Falar sobre “*o atrevido*”, a necessidade de serem amadas e desejadas, foi importante para as mulheres “*que foram saindo de seus quartos*” mas também à Habiba sobre a questão de que mulher deseja ser. Revela certa angústia na relação com os “*homens*”, certa culpa ao reconhecer a questão do desejo e sexualidade mas vai avançando. Aponta ainda ser um desafio mas que está “*trabalhando essa experiência pra normalizar o meu sentimento*”. E nesse caminho de transformações, não livre de angústia e desafios, vai se apropriando de si mesma: “*Quando me olho no espelho, acho que assim, eu me vejo*.” Uma afirmação que aponta uma transformação: de um lugar de destituições e invisibilidade, um rosto queimado que convoca a relação de rejeição do outro, para um lugar de uma mulher que se vê no espelho hoje.

A entrevista de Ana também aponta esses questionamentos nos grupos de mulheres. “*Passam a olhar mais para si*”. Antes respondiam às demandas e expectativas dos outros e às definições e desígnios de papéis sociais e culturais dados pelo Outro. Agora, a partir do encontro com outro par, podem se reorganizar e ocupar diferentes posições subjetivas na relação com esse Outro desse lugar que as acolhe. Coordenam grupos e “*ensinam sobre suas culturas; culinária, o que quiserem, umas as outras nos workshops*”.

Se tornar um Peer, relato das entrevistas, foi então se deparar com a própria história e apostar em reconstruir caminhos e uma narrativa diferente a partir dessa história e experiência prévia. A partir de reconhecer essa história e se apropriar dela para seguir.

Habiba resgatou a experiência da infância antes ‘esquecida’ mas presente na cristalização do tempo que se atualizava em medo, angústia e certa negação de seu lugar de mulher. A partir do encontro com um outro par, pode avançar, deixar no passado e criar uma narrativa menos fraturada que a permite deixar de ser criança para se tornar uma mulher.

Esse (des)encontro com o outro, migrante, estrangeiro, que diz também de si mesmo. Diz e desperta questões e memórias que talvez ainda não foram elaboradas. Esse encontro diz de algo de todos. Estranhos de nós mesmos, exilados de si mesmos, que podem a partir do outro, se rever. (Hassoun, 1998) Assim como todo encontro da linguagem é impossível se dizer tudo, em que algo falta e escapa, é também a possibilidade de se rever e ressignificar. (Des)encontros (im)possíveis entre humanos.

O Apoio entre Pares e o re-enlace social: os (des)encontros e suas (im)possibilidades

Ravi nos oferece um ponto precioso para discussão pelo o que emergiu de sua narrativa. O encontro com o outro, de outra cultura e outra língua, deixa “*escapar*” algo. Mesmo que a língua seja semelhante como ele relata entre o Árabe da Síria e o Árabe do Iêmen, é ainda outra, com suas particularidades, atravessamentos e sentidos. Ravi então deixa emergir que essa diferença e falta de sentido oferece a possibilidade de se perceber outro. O encontro subjetivo se dá entre dois outros, de lugares diferentes, que compartilham um não saber mas que nesse encontro de Apoio entre Pares há um saber fazer. Sabe-se se tornar um “*modelo a ser seguido*” na funcionalidade e aculturação, mas há um não saber dos conteúdos inconscientes, estrangeiros, de línguas e lugares diferentes. Pela via do ‘saber fazer’, do modelo a ser seguido, oportuniza-se uma abertura. Podemos chamar essa abertura aqui, de uma “*falta linguística*”, que fez ponte entre saberes insabidos para que fosse possível construir uma nova forma de articular as palavras para “*ser*” entendido. Nesse movimento dirigido a um outro estranho, diferente, depara-se também, assim como Habiba, com a estrangeirice própria.

Segundo Souza (1998) o estrangeiro é o outro. Outro que se afirma em muitos sentidos: outro país, outro lugar, outro modo de estar na vida. O estrangeiro é o outro do familiar, distante, que é de outra parte. O estrangeiro é o eu, o eu pensado em sua condição paradoxal, dividido, discordante. Sua verdade é a sua divisão. “O eu, esse estrangeiro, esse outro que somos nós”. (Souza, 1998, p. 155) Sendo assim, no encontro com o estrangeiro, encontramos a nós mesmos.

Ravi, de um “*vi(ver)*” sozinho pela solidão e depressão em que se encontrava, passa a ver a si através do outro. Ou melhor, através da (im)possibilidade com o outro. E vai construindo primeiros passos para esse novo caminho a ser construído se reorganizando subjetivamente. Como uma criança a aprender a andar, não é por acaso que Ravi encontra na metáfora por ele mencionada uma filiação a um “Pai”, na relação com o instrutor de pares, relatando que era “*como seu filho*”.

O apoio no acolhimento inicial, nesse momento de desamparo psíquico (Rosa, 2015), faz função de espelho (Lacan, 1949) de apoio de uma imagem de possibilidade e de representação e modelo simbólico como “*um Pai*”. Ou seja, de apoio nas reconstruções identitárias mais arcaicas do sujeito nesse momento de intenso sofrimento psíquico e “despedaçamento”.

A partir do conteúdo que emergiu da entrevista de Ravi, pudemos analisar mais profundamente como inicialmente entendemos que a psicanálise pode pensar o trabalho do suporte de pares a partir do eixo imaginário em Lacan (1949). Sendo entendido que a relação eu-outro se estabelece muito intimamente ligada às questões identificatórias. A partir disso é que o Peer Suporte funciona, no sentido de ser um primeiro momento de acolhida e sustentação identitária para esses indivíduos que foram destituídos de parte de sua subjetividade e identidades roubadas. O encontro entre pares também foi oferecendo um lugar discursivo outro a esses Peers que foram também respondendo a essas demandas e reconhecimento.

Para inclusive passar a ter novos objetivos e se reconstruir identitariamente também. Um lugar discursivo nessa trama do tecido social. Ravi, um dia foi paciente e se identificou com o seu treinador e os traços importantes da constituição subjetiva, a relação com o pai e a

mãe, são resgatados neste momento de se reorganizar identitariamente. A relação com os modelos e as identificações primárias, que tantas vezes se perdem ou enfraquecem no processo de migração, pode ser recriada neste encontro, permitindo uma reorganização e um relançamento a partir desse traço.

Na sua entrevista, Ravi relata-nos a força da identificação com o modelo do Peer que o apoiou e apostou num processo de longo prazo para que ele próprio pudesse tornar-se um Peer. Um desejo que foi despertado em Ravi e ao qual ele conseguiu responder: *“E um dia serei o vosso substituto. Eu vou ser um treinador e eu vou treinar pessoas com deficiência e vou capacitá-los a serem líderes para mudar a suas vidas, a sua realidade e a sua comunidade. Então ele me encorajou a ser isso. Como seu filho e para alcançar este objetivo. Então ele quando me ouviu chorar e me disse - Eu vou apoiá-lo até o final para ser um treinador.”*

Estar no estrangeiro é solicitar filiação a um outro Pai, uma outra Pátria. O radical etimológico da palavra "pátria" em latim é o mesmo da palavra "pai". Contudo, isso não significa que será automaticamente adotado por essa nova realidade. Apesar da metáfora de Ravi ao identificar o instrutor como um “Pai” e do próprio instrutor se dispor a assumir esse lugar significativo no processo de Ravi, as relações sociais em um novo país nem sempre ocorrem nesse nível de acolhimento.

Os encontros de pares emergem como pontes no processo de reconstrução das identidades e aculturação. Porém, apesar desse potencial transformador, fica claro também nas narrativas, a vulnerabilidade do migrante e os riscos desse encontro. Ser estrangeiro é pedir filiação, é estar vulnerável diante de um Outro.

Amira nos aponta sobre o preconceito, xenofobia e silenciamento do migrante. *“Os refugiados são colocados à margem. Imigrante, refugiado, ele é muitas vezes retratado como uma pessoa que não pode falar por si. É uma pessoa que não tem as suas questões validadas de alguma forma, então tem que ter sempre alguém falando por eles.”*

Habiba em suas entrevistas deixa emergir a dor do seu processo inicial. A cicatrize que ainda *“queima”* nas memórias coletivas. As experiências compartilhadas da guerra eram evocadas a partir das suas marcas físicas. Habiba *“morre”* mas a cicatriz ainda *“queima”*,

ainda evoca a rejeição, o olhar do outro, o julgamento, o peso da História incorporada em sua marca. Habiba vai nos narrando seu processo e seus giros subjetivos, mas nos lembra em diferentes momentos dos seus medos e sofrimento desse processo.

Na segunda recolha de dados, surge novamente o medo perante o olhar do outro. O medo evocado face às estranhezas que se manifestam. Agora, porém, já num estado de avanço, não mais diante da rejeição, mas perante um olhar que desperta o desejo. E se percebe sendo convocada a um lugar do qual nem ela e nem as mulheres as quais oferece suporte, desejam responder. Estar diante de um Outro opressor e como responder a isso? Habiba: “*estava com medo de enfrentar*”, mas “*aprendeu*”. A vulnerabilidade das mulheres migrantes é compartilhado por Habiba no relato de assédio e nos revela a invisibilidade de sistemas de proteção e garantias de direitos que potencializam lugares de silenciamentos e de apagamentos discursivos. Nas narrativas de Habiba, analisamos então o quanto a questão de gênero e as lacunas abertas para a opressão e violência contra mulher ficam ainda mais exacerbadas nesse contexto aqui relatado.

Hani também deixa transparecer esse silenciamento ao relatar que se encontrava sozinho perante as diferenças culturais, sem conseguir obter informações sobre a sua lesão e o tratamento necessário. Além disso, sentia-se em dívida para com o lugar que o acolheu e que lhe oferecia suporte. Sentia-se como um “*peso*”. Via-se dependente de um outro, e as suas necessidades pareciam transformar-se em obrigações para com o outro, levando-o a permanecer em “*silêncio*”.

Ou seja, são silenciados e ainda, como apresentado durante as análises, sofrem tentativas de um ‘apagamento discursivo’. Termo proposto aqui para englobar além do não reconhecimento do valor de humano de direito citado por Agambem (1998) e o silenciamento que Spivak (1988) nos alerta. Mas ampliando para a dimensão da realidade devastadora do genocídio que resulta na negação do direito de existir, onde a limpeza étnica e a impossibilidade de continuidade histórica e geracional se impõem. Nesse contexto, os direitos fundamentais de criar uma família e perpetuar a existência ao longo das gerações são brutalmente negados. Comunidades étnicas sofrem apagamentos culturais, enfrentando a tentativa deliberada de eliminar as suas marcas nas gerações futuras. Esse apagamento é

promovido por um Outro que se recusa a reconhecê-las, negando-lhes não apenas a identidade, mas também os direitos e condições básicas para existir.

A impunidade aos agressores também exacerbam o sofrimento, além de promoverem e perpetuarem essa desumanização dos corpos. Vidas que não são reconhecidas no seu valor de vida já que não são reconhecidas no discurso social. (Butler, 2017). A Psiquiatra palestina Jabr (2024) ao relatar sobre as experiências dos pacientes e suas questões traumáticas, nos coloca: “O mais significativo é que o causador desses traumas jamais é responsabilizado, o que multiplica os efeitos da lesão”. (p. 30)

As questões sociais, étnicas e políticas, bem como as artimanhas do poder, são parte das experiências de sofrimento e exclusão vivenciadas pelos Peers, bem como, na relação que será estabelecida entre os Peers neste apoio oferecido. Esses indivíduos aparecem nessa História como o estranho, o refugiado não acolhido, o resto do mundo, a vida nua como Agamben (1998) relata. Estranho esse como Freud (1919) descreve que devia ficar à margem, irreconhecível, mas que agora é convocado e aparece como íntimo, como aquele que está mas não é reconhecido como parte e que causa estranheza, sendo então alvo das projeções agressivas do grupo. Uma vida nua, desqualificada em seu direito de humano e destinada a puro corpo, corpo este que pode ser matado. A transformação da vida humana em objeto do poder soberano reduziu-a a uma condição puramente biológica. Vidas são reduzidas à situação de não-sujeitos. (Agamben, 1998)

Refletindo sobre essas ferramentas de desumanização, a possibilidade que se abre é a da linguagem, do discurso e do reestabelecimento possível de laços sociais em um novo espaço, como no caso dos refugiados. A partir da linguagem e das identificações que inicialmente se estabelecem, torna-se possível ser diferente do que se foi outrora nomeado.

Os temas levantados a partir das entrevistas levaram a algumas reflexões como: mas, como "ser" ou reorganizar-se identitariamente? Como alcançar um valor de humano na polis quando seus corpos sofrem desumanização e aniquilamento, e os sobreviventes resistem com marcas literais no corpo como efeito dos conflitos?

Parte da resposta a essas questões encontra-se no reconhecimento coletivo. Trata-se da possibilidade de ressignificar designações anteriores e adotar novas. De forma transversal,

este tema emerge em todas as entrevistas, destacando-se particularmente no caso de Habiba, já que foi o tema escolhido para a análise longitudinal. Trans-forma-ção. O radical *trans* do latim, significa além de, através. Seria então a ação de sair da forma dada. Atravessar esses limites impostos. O reconhecimento coletivo tem importante efeito de transformação nas identidades.

Habiba menciona em sua entrevista sobre as razões que a levaram a trabalhar como Peer, que inicialmente “*apenas aconteceu*” e depois torna-se uma escolha e decisão. Comum às entrevistas da primeira recolha de dados em que a maioria dos participantes foram reconhecidos e foi acontecendo “*organicamente*”.

Esses encontros, que surgiram de forma “orgânica” na vida dos participantes, também tiveram impacto neles próprios. Trata-se de encontros que, ao resgatarem esses laços, refletem algo do próprio Peer. São aspectos identificatórios que influenciam não apenas os participantes, mas também o Peer, contribuindo para a transformação e remodelação das suas identidades. Esse potencial transformador do encontro “entre” espaços (Bhabha, 2007) é percebido nos relatos de todos os participantes. A relação entre os Pares também muda no processo em que as transformações pessoais vão sendo integradas e apropriadas singularmente.

A Nomeação e identificação por parte de outros a reconhecer o Peer aparece durante o processo de se tornar um Par, e nos relatos ficou muito marcado que ser Peer foi acontecendo pela via da experiência compartilhada e a intenção em ajudar o outro. Durante esse processo, muitos foram sendo reconhecidos por outros pares como um ajudador e até pelas instituições em que acabaram sendo contratados profissionalmente. “*Eu não decidi me tornar um par. Veio por si mesmo.*” (Eida) “*Eu estava fazendo isso sem saber o nome disso, do que eu faço.*” (Hani)

Ravi em seu relato, diz: “*Um especialista sentou-se comigo e perguntou-me (...) da formação sobre aconselhamento Peer e nessa altura eu não sabia nada sobre a ideia de aconselhamento (...)*” Não sabia que o que estava a fazer era um lugar que vem então a ocupar a partir da nomeação dada pelo outro.

Hani no seu processo foi nomeado como muitos outros mas teve também que por si mesmo responder e se apropriar desse nome “Peer” *“Sim, eles estão nomeados. Há muitas pessoas de quem me lembro connosco, mas só nomeiam o meu nome e O. porque viram que temos motivação, alta motivação para ajudar outras pessoas. É muito importante para ser um conselheiro de pares.”*

Importante aqui também salientar que, frente aos discursos recolhidos, para o Peer, há um importante aspecto no próprio processo de elaboração, significação e recuperação de sua experiência e história ao estar neste lugar de oferecer apoio. Ao se tornar um Peer, o indivíduo não apenas recebeu um lugar ou foi designado a este lugar, mas também precisa se nomear nesse lugar apropriando-se.

Cinco dos seis participantes se tornaram agentes oficialmente reconhecidos, inclusive sendo contratados para ser um PSW e prestar o serviço de apoio psicossocial. Considerando que os outros 2 se tornaram psicólogos e 1 Psicóloga / Professora, assumiram outro lugar profissional mas ainda assim atravessados pela temática e trabalhando para a mesma população. O que revela a possibilidade de diferentes saídas e rearranjos, são desfechos distintos em que cada Peer articula o que lhe é possível a partir de sua experiência singular. Irão fazer “outras coisas” com isso, uns vão dar aula, ser psicólogo, estudar, outros vão escrever livros.

A partir do reapropriamento de si e de um lugar outro nesta relação discursiva e laço social, esses indivíduos desenvolveram estratégias importantes de apoio à sua própria comunidade. Visando independência e autonomia, reverbera-se a multiplicação de atividades que visam a transformação social.

O Apoio entre Pares: potencialidades e desafios

Sendo assim, a experiência do Apoio entre Pares na saúde mental, especialmente no contexto de deslocamento forçado por motivos de conflitos armados e guerras, com sobreviventes de violências extremas, oferece um vasto campo de possibilidades terapêuticas e de ressocialização. O valor da identificação entre pares – onde indivíduos compartilham

experiências traumáticas semelhantes – não pode ser subestimado, pois cria uma ponte de empatia e compreensão que transcende as barreiras do isolamento e da alienação social.

As experiências vividas aparecem então como a via de enlace. Para aqueles que perderam suas casas, país de origem, até mesmo partes do próprio corpo e que sobreviveram à violência da ordem da desumanização, desacreditam na humanidade. Reconstituir as malhas do tecido social e reconstruir laços com o outro, é uma tarefa árdua. A imagem semelhante do outro faz função importante neste momento e opera nesses primeiros resgates identificatórios. O trabalho de reconexão e de restabelecer laços é essencial.

Além das considerações já apresentadas, é crucial reconhecer o papel transformador que o modelo de Apoio entre Pares pode desempenhar no fortalecimento das experiências coletivas. Este modelo não apenas facilita o processo de cicatrização emocional, mas também atua como um catalisador para o reapropriamento dos indivíduos, permitindo-lhes assumir um papel ativo em suas próprias jornadas de recuperação e na reconstrução de suas vidas.

Entendemos então que o Peer Support tem seu valor terapêutico, porém não intencionamos aqui equivaler a uma análise. A partir do conteúdo exposto, podemos pensar nessa intervenção como um apoio psicossocial nesse momento de urgência e de necessidade de reconexão com a humanidade. De acordo com as entrevistas analisadas, as questões relacionadas à experiência traumática não são o foco dado inicialmente pelos deslocados sobreviventes de conflitos no processo de tratamento e recuperação. O mais urgente está anterior a esse momento e talvez por isso o resgate de identificações mais arcaicas da constituição subjetiva sejam uma prioridade nessa reorganização inicial para que depois possa-se trabalhar sobre os efeitos das experiências traumáticas. E então, o trabalho de uma análise pela via da transferência seria um momento posterior. O Apoio entre Pares, aparece como uma ponte “entre” esses momentos.

Ravi e Hani nos apontam esse lugar ao nos narrar que logo após a lesão, desejavam saber da experiência com a lesão, e mesmo que tivessem psicólogos no centro que os acolheu, não os procuravam. Apenas após seu processo de um mínimo de reorganização psíquica é que o trabalho “*consigo mesmo*” aconteceu.

Habiba nos revela na sua trajetória longitudinal o mesmo percurso de si e das mulheres no hospital no qual oferece apoio. Elas desejam alguém que “*passou*” pelo mesmo para um primeiro enlace. Habiba passa pelo processo de análise anos depois do seu acidente. Mas nos mostra o quanto essa é ainda essencial no seu processo de se tornar uma Peer ao compartilhar que sabe que precisa trabalhar “*essas questões suas*” que eclodem do encontro com o outro.

Outro aspecto fundamental que merece atenção é a capacidade do Apoio entre Pares de desafiar e remodelar narrativas de vitimização. Ao compartilhar histórias de superação e resistência, os indivíduos podem se ver não apenas como vítimas de suas circunstâncias, mas como sobreviventes com agência. Essa redefinição de identidades e de lugar discursivo pode ser profundamente libertadora, oferecendo um novo sentido de propósito e direção.

Portanto, a resposta à pergunta de pesquisa é a possibilidade de criar algo diferente com o vivido com os traços da migração e fazer disso um “*modelos eficiente a ser seguido*”. Acolher o sofrimento, acomodar o desamparo sem negá-lo (Safatle, 2015) e fazer da diferença a marca no mundo. Ajudar outros a escreverem e a criarem com suas singularidades.

Ter modelos “*visíveis de sucesso*” aparecem como pontes. A unidade imaginária e ideal, assim como a imagem do espelho, são trabalhadas na análise da narrativa de Hani. Trata-se da busca de um corpo fragmentado por uma unidade de si, e que vê no outro a possibilidade almejada de autonomia e independência.

Necessidade comum que emerge das narrativas é a de se conhecer, de ter acesso a treinamento formal e da supervisão. E o se conhecer, não apenas para se desenvolver capacidades para oferecer um apoio mais qualificado tecnicamente, mas para também não se “colar” nesse lugar discursivo de poder e não repetir inconscientemente essas artimanhas de silenciamentos e apagamentos discursivos. Precisa se estar advertido para operar nesse encontro pela via da desalienação, na separação, na alteridade. Um encontro que visa a autonomia do outro sem coloniza-lo é possível a partir de um decentramento de si mesmo (Moro, 2015), conceito trabalhado na análise da entrevista de Ana.

Nathan (2000) pela etnopsiquiatria, adverte sobre a necessidade da clínica como lugar pacificador entre mundos, entre visões e que construções comuns podem ser possíveis para uma vida com os outros. Os pacientes, migrantes em suas narrativas pela via das suas próprias

significações e não as do terapeuta, deve ser ouvido pela “escuta” que não destitui o saber do sujeito. Mesmo que a tradução seja necessária e que assim, tenha suas limitações de “imprecisão”, ganha-se em termos de números de lugares onde podemos escutar.

Há um aspecto interessante a ser mencionado, o potencial do Apoio entre Pares para promover a inclusão social e combater o estigma associado à saúde mental. Por meio do engajamento e do compartilhamento de experiências comuns, esse modelo pode ajudar a desmistificar transtornos mentais e promover uma maior compreensão e aceitação tanto dentro das comunidades afetadas quanto na sociedade em geral. Eida e Alla comentam que as mulheres sofrem de depressão e que a partir o Apoio entre Pares foram sensibilizadas a receber apoio. Habiba nas suas entrevistas fala das mulheres com as resistências ao psicólogo e aos profissionais do sexo apostado, mas aceitaram continuar seus processos terapêuticos depois do apoio de Habiba. Hani revela sua própria resistência inicial com psicólogo, e depois, ao longo de seu próprio processo em se tornar um Par, relata que percebe a necessidade de “*aconselhamento*”.

A falta de acesso a cuidados que promovam a saúde mental de maneira adequada é um desafio enfrentado pelas pessoas deslocadas, dentre tantos outros. Em muitos contextos, os serviços de atendimento às diversas formas de sofrimento mental são escassos ou inexistentes, sendo difícil o acesso a profissionais qualificados e a serviços de saúde mental. Dentre muitas comunidades existem ainda o estigma e a discriminação em relação ao sofrimento mental que podem impedir que as pessoas procurem ajuda e apoio.

Segundo Nathan (1994) em locais tão diversos quanto o hospital, os serviços sociais, a escola, os interlocutores dos serviços de acolhimento aos refugiados, muitas vezes desconhecem a cultura de origem dos migrantes. De fato, as perguntas que os migrantes fazem, em torno das dificuldades que sentem, nem sempre recebem respostas compreensíveis para eles. Ao procurar um sentido para seu desajuste, eles obtêm, na melhor das hipóteses, uma informação sobre sua causa. Essa resposta é direcionada ao corpo visível, sintoma de doença, e não ao corpo invisível. O tratamento que se baseia em uma causalidade dita científica acrescenta uma nova dor ao trauma inicial ou, mais precisamente, se inscreve na cadeia infinita dos traumas, pois de maneira alguma, com esses pacientes, tal tratamento

permite o 'descentramento' e, posteriormente, a construção do sentido. “Se se quer modificar a identidade de um sujeito, deve-se atribuir um novo sentido aos fatos psíquicos existentes.” (Nathan, 1994, p. 303).

O *Peer Support* pode ser uma estratégia importante para a democratização do acesso aos cuidados de saúde e dos direitos básicos a essas comunidades. Entendemos que nem sempre a nomenclatura Peer ou Apoio entre Pares é clara e utilizada. Como colocado, na maior parte dos projetos a nível global, denominam Mediador Inter/cultural. Independente do nome e título designado, ficou claro nas entrevistas que o mediador/ Peer tem funções para além da mediação de um serviço e tradução. Para esses casos, de PWs/ Mediadores Interculturais, se faz ainda mais urgente a clarificação das suas responsabilidades.

Os mediadores interculturais são intermediários que melhoram a comunicação e a compreensão entre os participantes, reduzindo a interferência das diferenças linguísticas e sócio culturais. No entanto, os autores Flor Pérez P e Antonin Martin M (2014) centram-se na importância de um código de ética, profissionalização e capacitação dos mediadores, passando pela contratação formal pelos serviços de saúde ou outros serviços. Os mediadores ajudam os prestadores de cuidados de saúde, a nível individual e organizacional, a adaptarem os seus serviços às necessidades dos refugiados e dos migrantes. Também defendem indivíduos ou grupos, nomeadamente quando as práticas discriminatórias limitam a acessibilidade ou a qualidade dos cuidados.

O apoio é então amplo e a implementação de programas de Apoio entre Pares na saúde mental requer uma abordagem cuidadosa e culturalmente sensível, que respeite as experiências únicas de cada indivíduo e promova um ambiente de segurança, confiança e respeito mútuo. A formação e supervisão contínuas dos pares, juntamente com a integração de práticas baseadas em evidências e a colaboração com profissionais de saúde mental, são essenciais para maximizar os benefícios dessa abordagem. Em resumo, a ampliação das possibilidades de trabalho em saúde mental por meio de processos inter-subjetivos abre caminhos promissores para a recuperação e reintegração social de migrantes em deslocamento forçado.

Um grupo como esse “é o motor que conduzirá a uma mudança, pois constitui uma estrutura "meio-termo", "mestiça", adequada para fornecer um recipiente para o sofrimento de um paciente que sempre se encontra, de alguma forma, também em situação de aculturação, em um entre-dois". (Nathan, 1993, p. 52).

Adicionalmente, a prática do Apoio entre Pares oferece um terreno fértil para a advocacia e a mobilização social em torno de questões de saúde mental, direitos humanos e justiça social. Os pares podem unir forças para chamar a atenção para as falhas dos sistemas de apoio existentes e lutar por mudanças políticas e sociais que beneficiem não apenas os indivíduos afetados, mas também as comunidades mais amplas.

E Hani também agrega valor a essa experiência quando diz: *“E isso me encoraja a ser mais responsável. Porque agora eu tenho. Acho que tenho uma boa experiência e uma boa história de sucesso com deficiência. E por isso tenho de partilhar a minha experiência e o meu conhecimento com outra pessoa. (...) A Comunidade não mudará nem melhorará sem os nossos esforços. Como pessoa com deficiência, porque posso falar dos meus problemas. Posso enviar a minha mensagem e mais do que alguém que não tem deficiência.”*

Entendemos que para se tornar um Peer é necessário um profundo processo de autoconhecimento. Assim, a supervisão clínica é essencial e de extrema importância no processo de apoio a outros, bem como no suporte emocional e psicológico para o PSW. Habiba revela nas suas narrativas complexo percurso de transformação que implica tornar-se um Peer, destacando o quão fundamental foi a supervisão técnica e o apoio terapêutico individual no seu processo.

Necessária também a definição clara de seus papéis e responsabilidades. Os autores Gustafsson, K., Norström, E., Fioretos, I. (2013) advertem sobre dilemas que os programas de mediação intercultural variam muito nos seus objectivos, prioridades e papéis dos mediadores interculturais: alguns centram-se nas diferenças linguísticas, enquanto outros se concentram no desenvolvimento de competências culturais ou na capacitação do doente. Uma questão complicadora é a falta de clareza entre os papéis dos intérpretes e dos mediadores interculturais nos cuidados de saúde.

Portanto, considero crucial finalizar esta discussão enfatizando a importância de definir claramente as responsabilidades ao implementar dispositivos de apoio psicossocial e de saúde mental no trabalho com migrantes, apátridas e refugiados em deslocamento forçado, especialmente aqueles que são sobreviventes de graves violações de seus direitos nos conflitos armados. Uma clara estrutura de suporte ao Peer, a definição clara de suas atividades e responsabilidades, uma rede de apoio para encaminhamentos e a integração em equipes multidisciplinares de cuidado evitando um isolamento e abuso de sua função aparecem em todas as entrevistas como essenciais na eficácia do dispositivo.

Essa importância fica evidente na narrativa de Hani e no processo de Habiba, tanto da integração em uma equipe, como em ter bem estabelecida a rede de apoio com outros atores para os encaminhamentos de acordo com as necessidades. O Apoio entre Pares tem seus limites, mas trabalhar em rede facilita também que os Peers sintam-se confortáveis em aceitar seus limites e encontrar ferramentas de apoio frente às demandas recebidas.

Esses são alguns dos aspectos que se inscrevem na problemática do trabalho do Apoio de Pares -*Peer Support* enquanto mecanismo terapêutico passível de ser pensado em contexto de migração de deslocamento forçado.

Parte V

Tempo de concluir

Conclusão

“O importante não é a casa onde moramos.

Mas onde, em nós, a casa mora.”

Mia Couto

Partimos de um problema que, entendemos, é importante recordar, a saber: considerando a existência do trabalho de pares no apoio a pessoas refugiadas em contextos de guerra, como é que a psicanálise pode refletir sobre o funcionamento do mecanismo de Apoio entre Pares? Pois bem, perante o trabalho realizado até agora, entendemos que alcançámos e descrevemos uma possível resposta a esta questão.

Relativamente à questão da validade do dispositivo, a nossa investigação revelou que este instrumento desempenha uma função circunscrita num primeiro momento de cuidados em saúde mental. Trata-se de um recurso válido para os importantes cuidados iniciais a indivíduos cuja identidade pode estar fragilizada pelas vicissitudes da guerra ou do conflito. No entanto, estes podem encontrar no apoio de um parceiro, com o qual se possam espelhar e identificar, um suporte ímpar.

O processo baseia-se, assim, no encontro entre pares, que tem um efeito sobre ambos. O par que oferece escuta e apoio também revisita e reelabora questões específicas da sua própria experiência. E este processo "acontece naturalmente". Por outras palavras, o lugar do par é construído, mas também é nomeado nesse lugar. É essencial que os pares reconheçam e legitimem a posição discursiva do Peer Worker. A partir daí, e através das identificações e da relação imaginária com esse Peer, um "modelo de sucesso", é possível criar algo diferente e singular: marcas semelhantes que oferecem a oportunidade para uma diferença radical e uma reconstrução única.

Por meio dessa identificação inicial, é então possível pensar na diferença radical. A partir desses encontros e do reconhecimento coletivo, vão-se moldando novas interações e vínculos. Através deste processo, inicialmente pela via do imaginário, podem ser revisitados aspetos arcaicos para uma reorganização do eu ideal e, nesse vínculo com o outro, passo a

passo, um reorganizar pela via do simbólico: novos sentidos, novas posições subjetivas, novas escolhas.

Das identificações à incorporação de aspetos que moldam identidades. É possível reposicionar-se subjetivamente no vínculo social. Identidades que, através do encontro, também podem transformar realidades e construir novas histórias e narrativas. O Apoio entre Pares pode, assim, ser percebido como tendo valor terapêutico, constituindo-se como um instrumento de acolhimento de um sofrimento subjetivo, tecido cultural e socialmente. O modelo surge na cena como uma possibilidade de intervenção facilitada pela via da identificação. Aspetos identificatórios são a base desse encontro e, ao longo do processo, podem ter efeitos em ambas as partes. Subjetividades que vão sendo também remoldadas no processo de trans-forma-ção.

As pontes da língua, da escrita e da linguagem, dirigidas ao outro como testemunho de histórias e Histórias, são reconhecidas a partir do encontro. Estas têm um valor humaniza(dor) e operam como suturas, costuras que amenizam as fraturas cronológicas e lógicas. Novos aspetos identificatórios são incorporados a partir do encontro com o outro.

Este estudo buscou abordar aprofundar a complexidade das experiências vividas sobreviventes de guerras, concentrando-se especialmente nas marcas físicas e traumas que carregam. Ele destaca como esses conflitos contribuem para uma invisibilidade discursiva dentro do âmbito internacional, apontando para a discrepância entre o conhecimento e a percepção da esfera internacional sobre as realidades vividas por esses grupos. A análise enfatizou o impacto devastador dos conflitos armados, mostrando como a violência é frequentemente naturalizada, promovendo laços dessubjetivantes e contribuindo para um maquinário de apagamento discursivo.

As narrativas compartilhadas por uma Peer, uma sobrevivente de graves queimaduras no Médio Oriente, trabalhando agora com migrantes e refugiados, serviram como uma poderosa ilustração dessas realidades, enfatizando as desigualdades de gênero exacerbadas pela guerra e os desafios adicionais enfrentados por mulheres e crianças. Rosa (2022) descreve como a invisibilidade dos conflitos gerados no e pelo laço social recai sobre o sujeito, individualizando e naturalizando seus impasses, o que aponta para a necessidade de

abordagens de intervenção que considerem o contexto social amplo e a invisibilidade discursiva enfrentada por sobreviventes de conflitos.

Os principais achados deste estudo destacam o poder da identificação entre pares como uma ferramenta significativa para a reconstrução identitária e social. A capacidade de se ver refletido no outro, que partilha experiências semelhantes, oferece um caminho para a reconexão e reorganização psíquica, reiterando a importância do Apoio entre Pares na saúde mental. A partilha de experiências de superação não só desafia narrativas de vitimização, como também fortalece a resiliência individual e coletiva, permitindo que os sobreviventes assumam um papel ativo nas suas jornadas de recuperação.

Um conteúdo emergente das narrativas que revela profundas transformações subjetivas foi o confronto, no encontro intersubjetivo, com a própria história, sendo que, nem sempre essas histórias eram verdadeiramente próprias. Muitas dessas histórias eram marcas do Outro, do coletivo, do social, designando lugares discursivos que amplificavam certos sofrimentos, como as questões de opressão contra mulheres e o peso da culpa transgeracional. Torná-las próprias, apropriar-se de si, da sua história e das novas histórias que possam ser acomodadas e integradas, é um processo de reabi(li)tar-se. Se afirmamos que é necessária essa reorganização a partir da reinvenção do Outro, num possível reenodamento simbólico, também é necessário um certo distanciamento e desalienação.

Este estudo sugere a necessidade de abordagens de intervenção que integrem o suporte entre pares como componente fundamental nos programas de acolhimento para sobreviventes de conflitos armados, bem como políticas mais inclusivas e sensíveis ao gênero. Direções para pesquisas futuras incluem a exploração de modelos de Apoio entre Pares em diferentes contextos culturais e a avaliação da eficácia dessas intervenções, além de incluir as especificidades de gênero e nacionalidades. Essa investigação não contemplou a análise apesar de apresentar esses temas e apontar para a importância tal.

Em resumo, o estudo reforça a importância de abordagens de promoção de autonomia e reapropriação na assistência a migrante sobreviventes de conflitos, onde a identificação entre pares emerge não apenas como uma estratégia terapêutica, mas como um meio de reconstrução social e pessoal. Ele chama a atenção para a necessidade de um espaço de fala e

escuta que promova a cura e o desenvolvimento, desafiando a desumanização e promovendo a recuperação e a resiliência, movendo-se do desamparo para o pertencimento e reconhecendo a importância crítica do lugar de quem escuta na reconstrução do laço social e no reposicionamento discursivo.

As questões aventadas não possuem uma resposta mas produzem ecos que refletem caminhos e possibilidades. Se por um lado o Peer faz-se enquanto um lugar de reconstrução de um laço outrora perdido, ele também pode se mostrar como o lugar do qual se pode articular uma voz que denuncia o horror sofrido. Uma voz e testemunho que tem o poder de retirar o sujeito do silenciamento ao qual foi submetido e que é o efeito dessa destituição identitária. O Apoio entre Pares aparece na cena e mostra o seu valor na possibilidade de democratização do cuidado e na descolonização de estratégias possibilitando intervenções culturalmente sensíveis.

Referências

- ACNUR/ UNHCR (2024). *Figures at a Glance*. Retrieved from: <https://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html>. Accessed in; Jun. 2024.
- Agamben, G. (1998). *Homo Sacer: Sovereign Power and Bare Life*. Califórnia: Stanford University Press.
- Amnesty Internacional (2024). Israel and Occupied Palestinian territories. Disponível em: <https://www.amnesty.org/en/location/middle-east-and-north-africa/israel-and-occupied-palestinian-territories/report-israel-and-occupied-palestinian-territories/>
- Ayouch T. (2019). Qui craint le grand méchant genre? Le social, le politique et le psychique *La Pensée*, n° 397, pp 34-45.
- Barudy J. (1989) A programme of mental health for political refugees: dealing with the invisible pain of political exile. *Soc Sci Med*. 28(7):715-27. doi: 10.1016/0277-9536(89)90219-0. PMID: 2652324.
- Benjamin, J. (1998). *Shadow of the other: Intersubjectivity and gender in psychoanalysis*. Nova York: Routlage.
- Berta, S. L. (2015) *Escrever o trauma, de Freud a Lacan*. São Paulo: Annablume.
- Bhabha, H. (1994). *El Lugar de la cultura*. Argentina: Routledge.
- Bhabha, H. (2007). *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Block, Azadeh et. All. (2018). Peer Support Groups: Evaluating a Culturally Grounded, Strengths-Based Approach for Work With Refugees. *Advances in Social Work*. 18. 930-948. 10.18060/21634.
- Brison, S. (1999) *Acts of Memory: Cultural recall in the present*.
- Butler, J. (2004) *Precarious life: the powers of mourning and violence*. London: Verso.
- Butler, J. (2017) *A vida psíquica do poder: teorias da sujeição*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- Caruth, C. (1996) *Unclaimed experience: trauma, narrative, and history*. London: the Johns Hopkins University Press.
- Cooper RE, Saunders KRK, Greenburgh A, Shah P, Appleton R, Machin K, Jeynes T, Barnett P, Allan SM, Griffiths J, Stuart R, Mitchell L, Chipp B, Jeffreys S, Lloyd-Evans B, Simpson A, Johnson S. (2024) The effectiveness, implementation, and experiences of peer support approaches for mental health: a systematic umbrella review. *BMC Med*. Feb 29;22(1):72. doi: 10.1186/s12916-024-03260-y. PMID: 38418998; PMCID: PMC10902990.
- Cruglak, C. (2001). *Clínica hda identificação*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

- Davidson L, Chinman M, Sells D, Rowe M. (2006) Peer support among adults with serious mental illness: a report from the field. *Schizophr Bull.* Jul;32(3):443-50.
- Davidson, L., & Guy, K. (2012). Peer support among persons with severe mental illnesses: a review of evidence and experience. *World psychiatry*, 11(2), 123-128.
- Devereux, G. (1967). *Essais d'ethnopsychiatrie générale*, Paris: Gallimard.
- Drozdek, B. & Wilson, J. (2007) *Voices of trauma : treating psychological trauma across cultures*. New York : Springer.
- Eidelsztein, A. (2018) *Modelos, esquemas e grafos no ensino de Lacan*. São Paulo: Toro Editora.
- Fanon, F. (2008). *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA
- Flor Pérez P, Antonin Martin M. (2014) Proposal for a code of ethics for intercultural mediators in health care. *Ramon Llull J Appl Ethics*. 2014;5179–203
- Foucault, M. (1975). *é preciso defender a sociedade*. Ed. Livros do Brasil, Porto Pt. 2006.
- Freud, S. (1915) O inconsciente. In: *Introdução ao narcisismo, Ensaio de metapsicologia e outros textos* (1914-1916). Vol XII. Tradução: Paulo César de Souza. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2010.
- Freud, S. (1919). O estranho. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. XVII J. Salomão tradução. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 1996
- Freud, S. (1920). Além do princípio do prazer. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XVIII. J. Salomão tradução. Rio de Janeiro, RJ: Imago. 2006.
- Freud, S. (1921). Psicologia de grupo e análise do ego. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, Vol. XVIII. J. Salomão tradução. Rio de Janeiro: Imago. 1976.
- Freud, S. (1926) Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol XX J. Salomão tradução. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1930). O mal-estar na civilização. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*, vol. XXI. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Freud, S. (1932). Por que a guerra? In: *Escritos sobre a Guerra e a Morte*. Tradução de Renato Zwick. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 85-100.
- Frosh, S. (2010). *Psychoanalysis outside the clinic: interventions in psychosocial studies*, UK: Palgrave Macmillam.

Frosh, S.; Baraitser, L. (2014). Pensamento Reconhecimento e Alteridade. Em: *Raizes da intolerancia*, Sao Carlos: Edufscar.

Graaff, A. M., Cuijpers, P., Acarturk, C., Bryant, R., Burchert, S., Fuhr, D. C., Sijbrandij, M. (2020). Effectiveness of a peer-refugee delivered psychological intervention to reduce psychological distress among adult Syrian refugees in the Netherlands: study protocol. *European Journal of Psychotraumatology*, 11(1). <https://doi.org/10.1080/20008198.2019.1694347>

Gustafsson, K., Norström, E., Fioretos, I. (2013) The interpreter: a cultural broker?. In: Christina Schäffner, Krzysztof Kredens, Yvonne Fowler (ed.), *Interpreting in a changing landscape: Selected papers from Critical Link*. (pp. 187-202). Amsterdam: John Benjamins.

Hassoun, J. (1998). O estrangeiro: um homem distinto. In: Koltai, C (Ed), *O Estrangeiro*. (pp. 83-104). São Paulo: Escuta

Hegel, G. W. F.(2014) *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco.

Hollway, W.; Jefferson, T. (2000). *Doing Qualitative Research Differently*: Free association narrative and the interview method. London: SAGE.

Hollway, W.; Jefferson, T. (2008). The free association narrative interview method. In: Given, Lisa M. ed. *The SAGE Encyclopedia of Qualitative Research Methods*. Sevenoaks, California: Sage, pp. 296–315

IASC (2007) Inter-Agency Standing Committee. *IASC Guidelines on Mental Health and Psychosocial Support in Emergency Settings*. Geneva: IASC.

ICRC (1949) *The Geneva Conventions of August 12, 1949*, International Committee of the Red Cross, Geneva, pp.153-221. <https://www.icrc.org/ihl/INTRO/380>

ICRC (2022) *O que é o direito internacional humanitário?* Genebra: CICV. Disponível em: <https://www.icrc.org/pt/document/o-que-e-o-direito-internacional-humanitario>

Jabr. S. (2024) *Sumud em tempos de genocídio*. Rio de Janeiro: Tabla.

Kaës, R. (2005) Groupes internes et groupalité psychique: genèse et enjeux d'un concept. *Revue de psychothérapie psychanalytique de groupe*, (2), 9-30.

Kleinman A, Eisenberg L, Good B. (1978) Culture, illness, and care: clinical lessons from anthropologic and cross-cultural research. *Ann Intern Med*. Feb;88(2):251-8. doi: 10.7326/0003-4819-88-2-251. PMID: 626456.

Kleinman, A. (2020). Concepts and a model for the comparison of medical systems as cultural systems. In *Concepts of health, illness and disease* (pp. 27-47). Routledge.

Koltai, C. (2016) Entre psicanálise e história: o testemunho. *Psicologia USP*; 27:24-30.

- Lacan, J. (1945) O tempo lógico e a asserção da certeza antecipada. In. Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Lacan, J. (1946) Formulações sobre a causalidade psíquica. In. Lacan, J. *Escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- Lacan, J. (1949). Estádio do espelho como formador da função do eu. In: Lacan, J, *Escritos* (pp. 96-103). Rio de Janeiro: Zahar. 1998.
- Lacan, J. (1953). *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- Lacan, J. (1954-1955) *Seminário, livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- Lacan, J. (1956-1957). *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- Lacan, J. (1957 – 1958) *Seminário, livro 5: As formações do Inconsciente*, Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- Lacan, J. (1961-1962). *O seminário, livro 9: a identificação*. Inédito. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.
- Lacan, J. (1962-1963) *O seminário, livro 10: a angústia*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- Lacan, J. (1967 – 1968) *Seminário, livro 15: O Ato Psicanalítico*. Inedito
- Lacan, J. (1969 – 1970) *Seminário, livro 17: O Averso da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.
- Lacan, J. (1972 – 1973) *Seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- Lacan, J. (1974 – 1975) *Seminário, livro 22: R.S.I.* Inedito.
- Lacan, J. (1975 – 1976) *Seminário, livro 23: O Sinthoma*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- Laplanche, J.; Poltalis, J. (2004) *Diccionario de psicoanálisis*. bajo la dirección de Daniel Lagache.- 1a ed. 6f reimp.- Buenos Aires : Paidós.
- Laplanche, J. (1996). Temporalidad y traducción. Para un retrabajo de la filosofía del tiempo. In *La prioridad del otro en psicoanálisis* (pp. 65-84). Buenos Aires: Amorrortu.
- Laplanche, J; Pontalis, J. (2009) *Vocabulaire de la psychanalyse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.
- Laurent, E. (2004) Hijos del Trauma. In: *La urgencia generalizada*. Guillermo Belaga. (pp. 23 – 29) Buenos Aires: Grama Ediciones.
- Mbembe, A. (2018) *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. Arte e Ensaios: UFRJ.

- Melman, C. (1992). *Imigrantes: incidências subjetivas das mudanças de língua e país*. São Paulo: Escuta
- Moro, M. R. (2015). Psicoterapia Transcultural da Migração. In: *Rev. Psicologia USP*. v. 26 n.2. p.186-192 .
- Nathan T. (1993). ...fier de n'avoir ni famille, ni amis, quelle sottise c'était. Grenoble: Éditions de La Pensée Sauvage.
- Nathan T. (1994). *L'influence qui guérit*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- Nathan, T. (2000) Psychothérapie et politique. Les enjeux théoriques, institutionnels et politiques de l'ethnopsychiatrie. *Rev. Belin*. (1) no 38. pages 136 à 159.
- ONU (1948). *Universal Declaration of Human Rights*. Retrieved from: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>
- ONU (2023). *Gendered impact of the conflict in the Syrian Arab Republic on women and girl*. Disponível em: <https://www.ohchr.org/en/statements-and-speeches/2023/06/gendered-impact-conflict-syrian-arab-republic-women-and-girls>
- Rodrigues, G. M., & Martinez, V. V.. (2014). A narrativa testemunhal e o enredamento do traumático no psiquismo. *Revista Latinoamericana De Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 858–871. <https://doi.org/10.1590/1415-4714.2014v17n4p858.4>
- Rosa, M. D. (2004). A pesquisa psicanalítica dos fenômenos sociais e políticos: metodologia e fundamentação teórica. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 4(2), 329-348. Recuperado em 13 de julho de 2018, de http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482004000200008&lng=pt&tlng=pt.
- Rosa, M. D.; Domingues, E. (2010) O método na pesquisa psicanalítica de fenômenos sociais e políticos: a utilização da entrevista e da observação. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 180-188.
- Rosa, M.. D. (2015) *Psicanálise, política e cultura: a clínica em face da dimensão sócio-política do sofrimento* / Miriam Debieux Rosa. -- São Paulo, 2015. 151 f. Tese (Livre-Docência – Departamento de Psicologia Clínica.) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.
- Rosa, M. D. (2022) Sofrimento Sociopolítico, Silenciamento e a Clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 42, e242179. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>
- Safatle, V. (2015) *O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. São Paulo: Cosac Naify.
- Souza, N. S. (1998). O estrangeiro: nossa condição. In: Koltai, C. (Ed), *O Estrangeiro* (pp. 155 163). São Paulo: Escuta.

Spivak, G. C. (1988) *Can the Subaltern Speak?* in *Marxism and the Interpretation of Culture*, eds. Cary Nelson and Lawrence Grossberg. Basingstoke: Macmillan. 271–313.

Spivak, G. C. (2012) *An Aesthetic education in the era of globalizatization*. Cambridge, Londres: Harvard University Press, pp. 316-334.

Stenberg N, Gillison F, Rodham K. (2022) How do peer support interventions for the self-management of chronic pain, support basic psychological needs? A systematic review and framework synthesis using self-determination theory. *Patient Educ Couns*. Nov;105(11):3225-3234. doi: 10.1016/j.pec.2022.07.017.

Theisen-Womersley, G. (2021) *Trauma and Resilience Among Displaced Populations: A Sociocultural Exploration*. Switzerland: Springer.

Tagkalakis P. E. (2009) A fear avoidance model in facial burn body image disturbance. *Ann Burns Fire Disasters*. Dec 31;22(4):203-7. PMID: 21991183; PMCID: PMC3188186.

UNICEF (2022). *25 Years of Children and Armed Conflict: Taking Action to Protect Children in War*. Report available in: <https://www.unicef.org/reports/25-years-children-armed-conflict>

Varma, A. (2020) *The Occupied Clinic: Militarism and care in Kashmir*. California: Duke University Press.

WHO (2008) *Resolution WHA61.17.Sixty-first World Health Assembly*, Geneva, 16–24 May 2008. Geneva: World Health Organization Health of migrants. (http://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/23533/A61_R17-en.pdf;jsessionid=CC5E570EABCC5AD0E653539039737FF0?sequence=1

WHO (2010) *Report of a global consultation*, Madrid, 3–5 March 2010. Geneva. Health of migrants: the way forward. Available In: https://www.who.int/migrants/publications/mh-way-forward_consultation-report.pdf

WHO (2017) *Human rights and health*. Fact sheets. Available In: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/human-rights-and-health>

WHO (2019) What are the roles of intercultural mediators in health care and what is the evidence on their contributions and effectiveness in improving accessibility and quality of care for refugees and migrants in the WHO European Region? In: *Health Evidence Network Synthesis Report, No. 64*. Copenhagen: WHO Regional Office for Europe; 2019.

WHO (2021). *Peer support mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches*. Geneva: World Health Organization; 2021 (Guidance and technical packages on community mental health services: promoting person-centred and rights-based approaches).

Woodwark, K. (2011). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, T. (Org.) *Identidade e Diferença*. (pp. 07-73) Rio de Janeiro: Vozes.

UN (2019) *Promoting the health of the refugees and migrants: draft global action plan 2019–2023*. New York: United Nations. Report by the Director-General to the Seventy-second World Health Assembly. Available In: http://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA72/A72_25Rev1-en.pdf

UNRWA (2024) United Nations Relief and works agency for palestine and refugees in the near east. *Official Statements* Available in: <https://www.unrwa.org/newsroom/official-statements>

Anexos

ANEXO 1 – Comite de Ética Aprovação



Comissão de Ética de Investigação
ISPA - Instituto Universitário de Ciências
Psicológicas, Sociais e da Vida
Rua Jardim do Tabaco, 34,
1149-041 Lisboa
Telefone: (351) 218 811 700
Fax: (351) 218 860 954

COMISSÃO DE ÉTICA

PARECER

Título do projeto: Peer-to Peer Support: As reorganizações identitárias no tratamento com pacientes feridos de guerra.

Investigador responsável: Mariana Bassoi | Maria Emília Marques

Instituição/Curso: ISPA – Instituto Universitário

O protocolo do estudo apresenta objetivos relevantes. Foram descritos adequadamente os métodos e procedimentos a adotar e estes respeitam os direitos humanos e as recomendações constantes nos documentos nacionais e internacionais relativos à ética em investigação.

Assim, o parecer da Comissão de Ética do ISPA-Instituto Universitário é favorável à realização do estudo em epígrafe.

Qualquer alteração futura aos procedimentos descritos do estudo que possam colidir com os critérios éticos de investigação com seres humanos ou animais não humanos constantes nos referidos regulamentos, exigem uma reapresentação do pedido de apreciação a esta Comissão.

Comissão Ética do ISPA – Instituto Universitário

(Assinatura P^olo Presidente da CE)

Lisboa, 13 de outubro de 2023.



DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Título do estudo: *Peer-to-Peer* Suporte: As reorganizações indenitárias no tratamento com sobreviventes feridos de guerra e/ou em deslocamento forçado.

Informação sobre o estudo:

O presente estudo, cujos Investigadores são: Doutoranda Mariana Bassoi Duarte e Investigador/ Orientador Professora Doutora Maria Emília da Silva Marques, foi aprovado pelo Comité de Ética do Centro de Investigação e irá decorrer na instituição onde colabora.

Objetivos e Procedimento do estudo:

O estudo *que tem como finalidade discutir uma prática de intervenção que privilegia os processos intersubjetivos e os seus efeitos nos processos identitários articulando psicanálise e cultura em contexto de migração forçada consequente de guerra/conflito*. A tarefa para qual solicitamos a sua participação consiste numa entrevista individual onde irá conversar livremente, a partir da sua experiência profissional, sobre a sua perspetiva relativamente ao Peer-to-Peer.

Riscos e Voluntariedade na participação:

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. A sua participação é voluntária e caso sinta qualquer

mal-estar ao falar sobre as suas experiências, apoio de Saúde Mental é oferecido gratuitamente a todos os participantes a qualquer momento, quando necessário. No entanto, apenas irá falar sobre as experiências de que quiser e como quiser contá-las. Antes de decidir participar, poderá questionar o Investigador Responsável sobre quaisquer aspetos envolvidos no estudo que possam influenciar a sua decisão. Poderá desistir da participação do estudo a qualquer momento e a desistência não terá qualquer tipo de consequências para si.

Duração do estudo:

A duração média de cada sessão é de 60 minutos.

Confidencialidade:

Toda a informação recolhida ao longo do estudo é confidencial. Para fins de publicação, todos os dados biográficos serão alterados, sendo usado um código aleatoriamente produzido, para substituir o nome de cada entrevistado e sendo omitidos quaisquer dados que possam distinguir e permitir identificar os participantes. As entrevistas serão gravadas em formato áudio e, posteriormente, transcritas e apagadas. Para quaisquer dúvidas ou exercícios de direito de acesso, retificação, oposição, limitação, portabilidade ou apagamento de dados pessoais deve contactar o Investigador Responsável através do endereço electrónico mbassoiduarte@gmail.com (contato +33 749749667) e/ou emarques@ispa.pt. Enquanto titular dos dados pessoais tem ainda o direito a reclamar junto da Autoridade de Controlo – Comissão Nacional de Proteção de Dados (www.cnpd.pt).

Responsáveis pelo tratamento:

Os dados estarão acessíveis exclusivamente aos investigadores do projeto, sendo estes os únicos a aceder aos seus dados e com a informação necessária para proceder ao emparelhamento entre dados demográficos e os restantes dados fornecidos por si. O responsável pelo tratamento tem acesso aos dados até à conclusão do estudo (1 de setembro de 2024). Os dados sociodemográficos não serão comunicados a nenhuma entidade nem há possibilidade de serem transferidos para países terceiros.

Acesso e partilha dos dados anonimizados:

Apenas o responsável pelo projeto terá acesso à base de dados, sendo que a mesma (base de dados anónima) poderá ser partilhada em revistas internacionais ao abrigo do movimento open data e apresentada em apresentações públicas, congressos científicos e outras publicações.

Contactos/Esclarecimentos:

Caso deseje obter informações adicionais sobre este estudo, poderá contactar o investigador responsável (emarques@ispa.pt). O estudo dá cumprimento ao estipulado no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), garantindo a segurança, anonimato e confidencialidade de todos os dados facultados pelos participantes, em todas as fases do processo. O estudo segue também as recomendações da Declaração de Helsínquia para a investigação científica.

Declaração de consentimento informado:

Ao assinar, declaro que tenho mais de 18 anos que e tomei conhecimento do objetivo do estudo, que compreendi os procedimentos e o que tenho de fazer para participar no mesmo. Declaro também que tive oportunidade de ler na íntegra o presente consentimento informado, que o considero totalmente explícito e que, concordando com o seu conteúdo, aceito participar de livre vontade neste estudo, realizado em estrita obediência ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD) e da sua lei de execução nacional.

Nome do Participante da Pesquisa

Assinatura do Participante da Pesquisa



Assinatura do Investigador



Assinatura do Orientador